



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE

EVELYN COUTINHO ROTHER CANDIDO

**EXCLUSÃO E/OU SUPERAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER
NOS PRONUNCIAMENTOS DE DILMA ROUSSEFF: uma análise discursiva**

Campo Grande/MS
2018

EVELYN COUTINHO ROTHER CANDIDO

**EXCLUSÃO E/OU SUPERAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER NOS
PRONUNCIAMENTOS DE DILMA ROUSSEFF: uma análise discursiva**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Estadual de Mato Grosso, Unidade Universitária de Campo Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Linguagem – Língua e Literatura

Orientadora: Profa. Dra. Silvane Aparecida de Freitas

Campo Grande/MS
2018

C223e Candido, Evelyn Coutinho Rother.

Exclusão e/ou superação em políticas públicas para a mulher nos pronunciamentos de Dilma Rousseff: uma análise discursiva / Evelyn Coutinho Rother Candido. Campo Grande, 2018.

139f.; 30cm

Orientadora: Silvane Aparecida de Freitas
Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade
Universitária de Campo Grande.

1. Análise do discurso. 2. Mulher. 3. Desigualdade social. 4. Políticas Públicas. I. Título.

CDD 23 ed. 401.41

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM LINGUAGEM: LÍNGUA E LITERATURA

EVELYN COUTINHO ROTHER CANDIDO

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras, área de concentração em Linguagem: língua e literatura, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Letras.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 28/03/2018.



Prof.ª. Dr.ª. Silvane Aparecida Freitas, UEMS,
Orientadora.



Prof.ª. Dr.ª. Aline Saddi Chaves, UEMS.



Prof. Dr. Roberto Leiser Baronas, UFSCAR.

A todas as mulheres, que lutaram e lutam pela
igualdade social.

Dedico também à minha família, pelo amor e
compreensão, quando mais precisei.

AGRADECIMENTOS

- . À CAPES (Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior) pelo incentivo e suporte financeiro aos estudos.
- . A minha orientadora, professora Dra. Silvane Aparecida de Freitas, por me ajudar a conduzir esta pesquisa, compartilhando de seus conhecimentos, pela sua disposição, sempre propondo novos olhares.
- . Aos professores do Mestrado em Letras da UEMS em Campo Grande, que contribuíram para esta pesquisa, em especial ao prof. Dr. Marlon Leal Rodrigues que me ajudou e incentivou desde o projeto e à prof. ^a Dr^a Aline Saddi Chaves pelo apoio e seriedade durante o estágio e por partilhar seus conhecimentos de modo tão gentil.
- . Ao prof. Dr. Roberto Leiser Baronas pela disposição em colaborar, pelas preciosas contribuições na qualificação.
- . Aos funcionários da UEMS, todos: secretários, bibliotecários, zeladores, pelo auxílio e o trabalho de fundamental importância.
- . A meu esposo, Jonathan, por me apoiar, acompanhar e incentivar nesta caminhada. A meus filhos, Gabriel e Pedro Inácio, por entenderem a importância deste trabalho para mim, bem como, minha ausência nesse período.
- . Aos amigos e colegas de mestrado, que partilharam de suas dúvidas, seus anseios comigo, em especial às amigas Cinthia, Lucinéia e Maria Lúcia que me acompanham desde a fase de aluna especial do programa e por sempre me incentivarem.
- . A minha mãe e minhas três irmãs, mulheres guerreiras, cada uma a seu modo, que mesmo distante, torceram por mim.
- . Ao amigo William e sua esposa, minha amiga Elisângela, pelo apoio na área tecnológica, que sempre prontamente se dispuseram a socorrer-me.
- . A Deus, por ter colocado pessoas especiais em meu caminho, sem as quais eu não teria chegado até aqui.

Muito obrigada!

“O discurso nada mais é do que o reflexo de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos”.

(Michel Foucault)

CANDIDO, Evelyn C. R. **Exclusão e/ou superação em políticas públicas para a mulher nos pronunciamentos de Dilma Rousseff: uma análise discursiva**. 2018. 141 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2018.

RESUMO

A representação da mulher, nos mais variados cenários, seja no social, no político, como no econômico, vem se modificando ao longo do tempo. Podemos inferir, que os movimentos feministas contribuíram para a construção de uma nova identidade à mulher, dando-lhe voz e um pouco mais de autonomia, uma vez que antes era excluída do espaço público. No entanto, a mulher tem ainda lutado por reconhecimento, e, para isso, necessita de representação no meio político, por meio de políticas que a representem. A eleição da primeira mulher à presidência do Brasil, foi um grande avanço, e trouxe expectativas quanto a uma maior representatividade feminina por parte do governo. Desse modo, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar os pronunciamentos da ex-presidente Dilma Rousseff. Nosso enfoque é a representação discursiva feminina, advinda das políticas públicas para a mulher; buscamos compreender os efeitos de sentidos produzidos por esses discursos. Temos como base teórica-metodológica, a Análise do Discurso (AD) de orientação francesa, mais precisamente, os estudos de Pêcheux (1995), Orlandi (1996, 2015), Coracini (2003, 2007, 2011), Authier-Revuz (1990). Nosso respaldo teórico sobre a questão do ethos discursivo foram norteados pelos estudos de Maingueneau (1997, 2007) e Charaudeau (2008). Devido ao caráter multifacetado do nosso objeto de pesquisa, mobilizamos teóricos que gravitam a seu modo nos estudos do discurso, por exemplo, Foucault (2008, 2014, 2015) e Bakhtin (1997, 2006). A constituição do *corpus* desta pesquisa deu-se por meio de sites oficiais do governo federal que disponibiliza na íntegra os pronunciamentos presidenciais, transcritos, dos quais procuramos selecionar *a priori* os que tratavam de assuntos referentes à pauta feminina, ou seja, que tratavam das políticas públicas para a mulher no período de vigência de seu mandato (2011-2016). O *corpus* desta pesquisa foi formado a partir de nove discursos da Presidente Dilma Rousseff, dos quais extraímos quarenta enunciados. Portanto, procurou-se evidenciar, a partir da análise dos materiais coletados para a constituição do *corpus*, os sentidos produzidos, a representação discursiva da mulher, bem como sua participação e/ou exclusão na sociedade, na perspectiva dos discursos como práticas sociais, nos quais se materializam as ideologias que permeiam o sujeito. A partir das análises realizadas, foi possível concluir que, embora esses programas sociais corroborem para a melhoria das condições de vida de muitas mulheres, ainda apresentam uma visão estereotipada do papel da mulher na sociedade.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Mulher. Desigualdade social. Políticas Públicas.

CANDIDO, Evelyn C. R. **Exclusion and/or overcoming in public policy for women in Dilma Rousseff's pronouncements: a discursive analysis.** 2018. 141 f. Dissertation (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2018.

ABSTRACT

Women representation, in most varied scenarios, social, political, as economic, has been changing over time. We can infer that feminist movements contributed to the construction of a new identity, giving voice to women, previously excluded from public scope. However, women have still fought for recognition, in order to achieve that. Representation in the political environment is needed, through policies which represent them. The election of the first woman for the Brazilian presidency was a great advance, and brought expectations of greater female representation by the government. Thus, the general objective of this research is to analyze the pronouncements of the former president Dilma Rousseff. Our focus is on the feminine discursive representation, coming from the public policies for women. We seek to understand the effects of the meanings produced by these discourses. We have as theoretical-methodological basis, French Discourse Analysis (DA), more precisely, Pêcheux (1995), Orlandi (1996, 2015), Coracini (2003, 2007, 2011), Authier-Revuz (1990). Theoretical support on the issue of discursive *ethos* was directed by the studies of Maingueneau (1997, 2007) and Charaudeau (2008). Due to the multifaceted nature of our research object, we will also be guided by theorists from other fields, for example, Foucault (2008, 2014, 2015) and Bakhtin (1997, 2006). The *corpus* of the research was composed by nine pronouncements by President Dilma Rousseff, from which we extracted forty statements. Therefore, we try to evidence from the analysis of the collected material for the constitution of the *corpus*, the senses produced, the discursive representation of women, as well as their participation and/or exclusion in society, from the perspective of discourses as social practices in which ideologies that permeate the subject are materialized. From the analyzes carried out, it was possible to conclude that, although these social programs corroborate the living conditions improvement of many women, they still present stereotyped view of the women's role in society.

Keywords: Discourse Analysis. Women. Social inequality. Public policy

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Capítulo I - A HISTÓRIA DA MULHER: OS SENTIDOS DO SILÊNCIO	17
1.1 Exclusão e silenciamento na história da mulher.....	17
1.2 O discurso do empoderamento	22
1.3 O discurso do movimento feminista no Brasil	25
1.4 Mulheres na política: as relações de poder	30
1.5 Políticas públicas na busca pela igualdade, inclusão e superação.....	37
Capítulo II - A ANÁLISE DO DISCURSO: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	40
2.1 A Análise do Discurso e o (s) sentido (s)	41
2.1.1. Sobre o discurso e as condições de produção.....	44
2.2 Sujeito e identidade	45
2.2.1 O Ethos discursivo no discurso político	48
2.3 Ideologia – um conceito (re) significado.....	51
2.4 Formação Discursiva	53
2.5 O interdiscurso.....	55
2.6 O silêncio, o dito e o não dito.....	56
Capítulo III - A REPRESENTAÇÃO DO SUJEITO FEMININO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER	58
3.1 Discurso sobre a mulher – mãe e esteio da família	60
3.2 Discurso sobre empoderamento – a autonomia como degrau de ascensão	68
3.3 Discurso sobre a violência contra a mulher.....	73
3.4 Violência contra a mulher – a prática de uma ideologia	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS	101
ANEXOS	106

INTRODUÇÃO

A igualdade não é um ponto de chegada e sim de partida.

(Jacques Rancier, 2002).

Em pleno século XXI, nos deparamos com um quadro de desigualdade entre homem e mulher, em que esta ocupa, muitas vezes, uma posição discriminatória quando decide ou necessita ocupar posições dantes exclusivas ao homem. No Brasil, podemos dizer que houve grandes avanços nesse sentido, desde a conquista do voto feminino em 1932, por meio do Decreto-Lei 21.076¹, pelo então presidente Getúlio Vargas, após intensas lutas e manifestações pelo direito.

Além disso, as passeatas feministas², na década de 1960, contribuíram para uma maior visibilidade, ao levantar questões, referentes à igualdade de direitos no trabalho, direitos sobre o corpo e sexualidade – surgiu naquele período a pílula anticoncepcional³. Nos anos seguintes, o movimento feminista trouxe novas questões, como por exemplo, a aprovação da lei do divórcio, foi criada a fundação das Mulheres do Brasil e o movimento pela Anistia⁴ no Brasil em 1975, ano que foi considerado como o ano Internacional da Mulher, devido às conquistas e aos debates levantados sobre a condição da mulher na sociedade. Na década de 1980, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, hoje, conhecido como: Secretaria de Política para as Mulheres⁵.

A Constituição de 1988 trouxe novos avanços, ao estabelecer parâmetros de igualdade social para homens e mulheres. As atuais conquistas femininas no mundo, conforme Alambert (2004), são resultados de uma longa história de lutas e resistências. Alambert (2004) observa que os governantes - que, em sua maioria, são homens, fazem suas políticas voltadas para o próprio homem - ainda não atentaram para os direitos da mulher. Pondera, ainda, que as leis vigentes no país, dificilmente saem do papel, e, por desconhecimento, a mulher acaba tendo dificuldade em lutar por seus direitos.

¹ **Decreto nº 21076**, de 24 de fevereiro de 1932.

Art. 2º É eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código. No início, era facultativo o alistamento eleitoral das mulheres que não exerciam função remunerada.

Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2017/Marco/brasil-comemora-85-anos-da-conquista-do-voto-feminino> Acesso em: 10/03/2017.

² Disponível em: <http://www.politize.com.br/movimento-feminista-historia-no-brasil/> Acesso em: 22/12/2017.

³ Ver <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-nascimento-da-pilula> Acesso em 28/12/2017.

⁴ Ver <http://memorialdademocracia.com.br/card/mulheres-abrem-luta-pela-anistia> Acesso em 28/12/2017.

⁵ Ver <http://www.compromissoeatitude.org.br/secretaria-de-politicas-para-as-mulheres-da-presidencia-da-republica/> Acesso em 28/12/2017.

Desde então, a luta feminina pela igualdade social, diante das transformações sócio-político-econômicas em curso no Brasil, a necessidade da efetiva participação feminina, e ampliação do poder político, tem-nos despertado curiosidade. As mulheres hoje representam mais da metade da população brasileira segundo o IBGE⁶, ocupando cerca de 40% da chefia do lar e, em 2011, se viram representadas pela primeira mulher a ocupar o cargo de presidente do Brasil. Nesse contexto, nasceram as questões levantadas nesta pesquisa, pois a eleição de Dilma Rousseff, primeira mulher eleita à presidência do Brasil, gerou novas expectativas de políticas públicas para a mulher durante seu governo.

No ano de 2011, teve início o primeiro mandato da Presidente Dilma Rousseff, que, desde o início, demonstrou interesse pelas causas femininas em seus pronunciamentos: “Meu compromisso supremo – eu reitero – é honrar as mulheres, proteger os mais frágeis e governar para todos!”⁷. Para melhor contextualizarmos esta pesquisa, cito também o que foi dito pela Presidente Dilma em uma entrevista no “Café com a presidenta”⁸ do dia 18 de março de 2013⁹, com relação aos programas desenvolvidos em seu governo, afirmando que as mulheres seriam o público prioritário de vários programas sociais do governo, os quais traremos integralmente expressos nesta pesquisa, pois se trata de parte do *corpus*: “Nós já avançamos muito no apoio às mulheres e hoje elas são as personagens principais dos nossos programas sociais.” (ROUSSEFF, 2013).

Partimos, pois, da hipótese de que a eleição de Dilma Rousseff geraria um maior número de políticas públicas em favor da mulher, uma vez que, embora muitos direitos já tenham sido alcançados, a mulher ainda necessita de apoio, na segurança, na educação, para diminuir, ou superar a desigualdade social. De acordo com Coracini (2007), a mulher enfrenta

⁶ Disponível em: <https://teen.ibge.gov.br/sobre-o-brasil/populacao/quantidade-de-homens-e-mulheres.html> acesso em 18/10/2017.

⁷ Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-compromisso-constitucional-perante-o-congresso-nacional> Acesso em: 08/02/2017.

⁸ **Café com a presidenta** foi um programa de rádio exibido semanalmente, no formato de um bate-papo, entre a presidente Dilma Rousseff e o jornalista Luciano Seixas. O programa tinha a duração de 6 minutos e tinha como objetivo, falar sobre os projetos e ações do governo em diversos setores como educação, saúde, moradia, entre outros, de interesse da população. O programa era produzido pela Diretoria de Serviços da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e tinha a supervisão editorial da Secom. Era transmitido todas as segundas-feiras, às 6 horas da manhã, via satélite, no mesmo canal de distribuição de "A Voz do Brasil". Fonte: <http://cafe.ebc.com.br/cafe/o-programa> Acesso em 08/02/2017.

⁹ Disponível em: http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/cafe-com-a-presidenta/cafe-com-a-presidenta/_programa-de-radio-201ccafe-com-a-presidenta201d-com-a-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-78 Acesso em 08/02/2017.

preconceitos, porque é vista “[...] como uma figura secundária [...].” (CORACINI, 2007, p.89). Desse modo, necessita do apoio de leis que a amparem para que essa realidade se modifique. Assim, essa pesquisadora ressalta a importância da participação efetiva da mulher nas questões socioeconômicas, para que não seja tão manipulada, uma vez que “[...] como mulheres, temos sido massa de manobra daqueles que detêm o poder – econômico e/ou político” (CORACINI, 2007, p. 89). Portanto, consideramos que a participação feminina na política e/ou em altos cargos administrativos, seja essencial para que a desigualdade entre gêneros seja superada.

Nesse cenário, nasceu nossa reflexão, ponto de partida para esta pesquisa, isto é, nosso objetivo geral é analisar a representação feminina mediante as políticas públicas no governo de Dilma Rousseff. Buscamos refletir sobre a figura da mulher, como é representada discursivamente nessas políticas públicas. Conseqüentemente, outras questões foram abordadas, fazendo parte de nossa reflexão sobre o tema, as quais fazem parte de nossas perguntas de pesquisa, a saber, nossos objetivos específicos: a) analisar por meio de recortes os pronunciamentos de Dilma Rousseff sobre políticas públicas para a mulher, como por exemplo os divulgados no dia da mulher e os que envolvem a questão feminina; b) refletir sobre como a mulher é vista pela sociedade e pelo governo; c) analisar as relações de poder que envolvem o sujeito feminino em busca de igualdade, inclusão, bem como os efeitos de sentido produzidos por esses discursos e as ideologias que os permeiam.

A escolha do tema justifica-se devido à relevância das questões femininas no cenário político atual, sua sub-representação e o crescente destaque que as mídias têm dado à mulher no que concerne aos seus legados e conquistas. Assim, pretendemos, com este estudo, promover reflexões a respeito da desigualdade social, trazer questões relevantes, não apenas para as mulheres, mas para toda a sociedade, sobre a importância das políticas em favor da mulher como forma de promover a igualdade social e a equidade de gêneros.

Devido ao nosso objeto multifacetado, mobilizamos diversas vozes, isto é, diferentes teóricos, visto que, este estudo reclama esse diálogo. Sendo assim, esta pesquisa está pautada na Análise do Discurso (AD) de linha francesa como fundamentação teórica e metodológica de análise dos dados, dialogando com estudiosos de outras áreas. Embora exista divergências teóricas entre Pêcheux e Foucault, é possível encontrar pontos de convergência, como afirma Gregolin (2004) a respeito da trajetória teórica de Pêcheux e Foucault: “[...] ambos tinham projetos que, apesar de distintos, encontram-se em vários pontos”. (GREGOLIN, 2004, p. 53).

A partir da releitura de Bakhtin feita por Authier-Revuz (1990, 2004) nasceram os conceitos de heterogeneidade mostrada e constitutiva, de modo que, essa alteridade inspirou

Pêcheux (1997) sobre a questão do “outro” no discurso, assim como as ideias de memória discursiva e interdiscurso.

Diante do exposto, utilizaremos o conceito de discurso, condições de produção, interdiscurso, formação discursiva, e ideologia, trazidos por Pêcheux (1995; 1997) e apregoados por Orlandi (2015a; 2015b) que define discurso como “efeito de sentidos entre locutores”. (PÊCHEUX, 1997, p. 82). Dessa mesma autora, buscamos o apoio teórico em seus estudos sobre o silêncio e como ele significa nos discursos.

Ao adentrarmos às questões relacionadas ao sujeito e identidade, buscamos respaldo teórico nos estudos de Coracini (2003; 2007; 2011), cujas ideias, convergem às de Foucault (2008), ao afirmar que o sujeito é um espaço vazio, que ocupa uma função. Segundo Coracini (2003), ele é descentrado, marcado pela incompletude. Outro ponto importante, é o conceito de ethos discursivo, e nosso aporte teórico é proveniente dos estudos de Maingueneau (1997) e Charaudeau (2008).

Consideramos que os sentidos não são fixos, as palavras não possuem um único significado, como discorre Orlandi (2015a), portanto, não procuramos o sentido verdadeiro do discurso, “mas o real do sentido em sua materialidade”. (ORLANDI, 2015, p.57). Desse modo, para esse tipo de análise, não há esgotamento, pois, de acordo com Orlandi (2015), isso se deve ao fato de que os discursos não são fechados, partem de um discurso anterior e apontam para outros, ou seja, o objeto empírico é inesgotável.

No que concerne à metodologia em AD, a constituição do *corpus* é o primeiro passo a ser dado, pois é a partir dele que será construído o dispositivo de análise, portanto, *corpus* e análise estão diretamente ligados. (ORLANDI, 2015a). O analista do discurso não busca apenas interpretar o que foi dito, embora a interpretação faça parte da análise, daí a necessidade do dispositivo teórico, para intervir nesse processo. Cabe ao analista apreender o processo de construção de sentido (s), trabalhando com o equívoco, procurando traspasar o efeito de transparência da linguagem e de “controle” do sujeito. Nesse sentido, Orlandi (2015a) afirma que “o analista de discurso [...] não interpreta, ele trabalha nos limites da interpretação”. (ORLANDI, 2015a, p. 59).

Assim sendo, para esta pesquisa, selecionamos nove pronunciamentos que foram veiculados em cerimônias e em datas específicas, que envolviam questões relacionadas aos programas sociais para mulheres e dia da mulher. Todos os pronunciamentos encontram-se transcritos, anexos, e abrangem o período de 2011 (início do primeiro mandato) até 2016 (término do segundo mandato interrompido pelo impeachment, culminando na perda do

mandato). Destes nove pronunciamentos, extraímos quarenta recortes, os quais organizamos em subitens de acordo com cada programa social e o que ele representa discursivamente.

Encontramos alguns pesquisas¹⁰ que apresentam um objeto que se assemelha ao de nossa pesquisa, porém, trazendo diferentes abordagens. A dissertação de Dulce Valente Pereira, apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Ceará (UECE) em 2013, intitulada “A Construção do Feminino no discurso de Dilma Rousseff: Identidade, Performatividade e Ethos” trata da identidade feminina, em que o objetivo principal foi compreender as constituições de sentidos linguístico-discursivos da identidade de gênero em um discurso feminino, relacionando as teorias da linguagem, sob uma perspectiva pragmático-discursiva e os estudos de gênero, utiliza os conceitos de *ethos* discursivo e estereótipo.

Embora tenha alguns pontos de contato com o trabalho citado anteriormente, mais precisamente, com relação ao *ethos* discursivo, o presente trabalho difere das demais pesquisas, devido à abordagem ligada à representação do sujeito feminino presente nos discursos. Destaca-se, ainda, por abordar prioritariamente as políticas públicas para a mulher, dando ênfase e relacionando às questões de poder. Pretendemos, também, refletir, a partir do resultado desta pesquisa, sobre o conhecimento e, conseqüentemente, despertar para as questões das minorias, dos excluídos que necessitam de apoio, sobretudo político, por meio de programas sociais, leis, enfim, um aparato legal para diminuição da desigualdade.

Para melhor desenvolvimento desta pesquisa, organizamos esta dissertação em três capítulos. Em um primeiro momento, traçamos um percurso da história da mulher, considerando sua participação em diferentes épocas, bem como as mudanças ocorridas, o que envolve conquistas e responsabilidades. Procuramos problematizar questões de empoderamento, violência, discriminação, entre outros temas que envolvem a mulher. Desse

¹⁰ O trabalho de Carla Severiano de Carvalho apresentada em 2013, no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), tendo como título: “Discursos da presidenta da República, Dilma Rousseff: estudo sobre a argumentação da primeira voz feminina no poder executivo do Brasil”. Esta pesquisa parte dos pressupostos teóricos da Retórica Aristotélica, em que estuda a tríade argumentativa e faz o levantamento das técnicas argumentativas presentes em três discursos de Dilma Rousseff buscando medir sua eficácia persuasiva. Outra pesquisa que remete ao nosso objeto é a dissertação de Ana Regina Seno (2014) com o trabalho, cujo título é “O ethos no discurso político de Dilma Rousseff: a imagem da mulher na política” no Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), analisando o discurso político da voz feminina pela perspectiva da AD de orientação francesa com ênfase nas noções do *ethos* e do *pathos* no discurso político e ainda a análise de elementos constituintes da memória discursiva. Outro trabalho mais recente, foi apresentado por Luciana Gomes da Silva em 2016, no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Tendo como título “O Discurso Da Cobertura Da Eleição Presidencial de 2014: Uma Análise Das Posições Ideológicas De *Veja* e *Carta Capital*” sob a orientação do professor Dr. Marlon Leal Rodrigues, teve por objetivo analisar os discursos das capas das revistas *Veja* e *Carta Capital* no período da campanha eleitoral, buscando compreender de que forma estas publicações construíram a imagem discursiva de Dilma Rousseff naquele período.

modo, como forma de situarmos o objeto, trazemos de forma sucinta a trajetória de Dilma Rousseff até sua eleição à presidência, a fim de compreendermos parte do processo das condições de produção (CP) desse discurso.

No segundo capítulo, abordamos os conceitos teóricos que subsidiarão nossas análises. Como citamos anteriormente, os conceitos utilizados pertencem à Análise do Discurso (AD) de orientação francesa, embora tenhamos mobilizado teóricos que gravitam em torno da AD, permitindo pontos de convergência que contribuíram nesta pesquisa.

No terceiro capítulo, feitos os recortes necessários para a constituição do *corpus* dessa pesquisa, iniciamos as análises. Abordamos questões pertinentes à realidade da mulher no Brasil, com base em programas sociais do governo de Rousseff. Nossas análises são de cunho discursivo, não nos propomos aqui avaliar, criticar ou defender o respectivo governo. Conforme Orlandi (2015a), a AD propõe “gestos de interpretação”, pois não existe uma verdade oculta. (ORLANDI 2015a, p. 24). Desse modo, propusemo-nos a abordar questões relevantes à sociedade, principalmente às mulheres, que como veremos, são protagonistas desta história.

Após a análise dos enunciados, concluímos que a representação feminina tem se mostrado heterogênea, no sentido de que ora se posiciona na função de empoderar a mulher, dando-lhe mais autonomia, isto é, concedendo-lhe poder, ora se mostra conservadora, no sentido de concebê-la como a principal responsável na criação dos filhos e cuidados domésticos. Mesmo assim, as políticas públicas no governo Dilma Rousseff contribuíram para a diminuição da desigualdade social, uma vez que seus programas visaram a atender mulheres das classes mais humildes, dando suporte e proteção, por meio de Leis e programas, à mulher, assim como beneficiaram crianças e adolescentes por meio de programas de incentivo ao estudo. Contudo, observamos que a mulher ainda carece de uma maior representatividade, nas bancadas políticas, como nas câmaras municipais, no parlamento, enfim, nas lideranças políticas, para que sua voz seja ouvida, para que ela fale e não mais seja falada.

Capítulo I - A HISTÓRIA DA MULHER: OS SENTIDOS DO SILÊNCIO

A história das mulheres não é só delas, é também aquela da família, da criança, do trabalho, da mídia, da leitura. É a história do seu corpo, da sua sexualidade, da violência que sofreram e que praticaram, da sua loucura, dos seus amores e dos seus sentimentos.

Mary Del Priore¹¹ (1997).

Ao buscar contar a história da mulher, deparamo-nos com o seguinte quadro: há a história narrada por homens, em que a mulher é descrita como objeto dessa história e não sujeito dela; e a história da mulher escrita por mulheres historiadoras, em que procuraram relatar os feitos e participações reais, a história e a visão de si, contribuindo na afirmação da identidade feminina como sujeito.

Segundo Perrot (2005), a mulher é tida como uma figura imaginária ou mistificada, mais idealizada do que descrita. Sua história foi assim concebida, uma vez que a mulher não é autora e tampouco protagonista. Ela não era sujeito da história, aparecendo, por vezes, como um objeto relatado.

Tedeschi (2012) salienta que é na história que se legitima o poder, assim coube ao homem ofuscar a participação feminina em seus relatos. Segundo o historiador,

Vários discursos desde a Antiguidade vêm construindo a desigualdade de gêneros como natural, e legitimando as diferenças entre os homens e as mulheres, construindo um sujeito com uma identidade determinada, impondo através das relações de poder, verdades sobre eles. (TEDESCHI, 2012, p. 15)

De acordo com Alambert (2004), esta é uma história de exclusão, invisibilidade, opressão e exploração que transcorreu por séculos e em vários países.

1.1 Exclusão e silenciamento na história da mulher

Até o século XIX, por meio de relatos predominantemente masculino, segundo Perrot (1995), as mulheres tinham uma ínfima participação nos relatos históricos. Essa participação era baseada em sua beleza fora do comum ou algum ato heroico; ou, ainda, de modo contrário,

¹¹ DEL PRIORE, Mary (org.) & BASSANEZI, Carla (coord.de textos). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 1997.

por alguma desavença ou loucura. Com isso, conclui-se que o papel da mulher era o da ordem e do silêncio, e, quando isso era rompido, ela logo era tratada como louca, histórica.

Há um silenciamento sobre essa história que diz muito. Esse silenciamento, segundo Orlandi (2015b), advém da *política do silêncio* (ORLANDI, 2015b, p. 29). O silêncio possui diversas formas e sentidos, ou seja, não existe uma única forma ou significado, como no caso desse silenciamento na história da mulher que aqui apresentamos, é decorrente não apenas do não-dito, como também da opressão, fazendo parte da retórica da dominação.

Esse silêncio que vai além da fala, está também nas roupas, no comportamento: a mulher invisível na sociedade. Quando falamos desse silêncio presente nas roupas, gestos, fala, nos referimos a comportamentos e hábitos que são ensinados às mulheres desde a mais tenra idade. Segundo Bourdieu (2012), esses comportamentos revelam submissão, desde o vestir, os penteados, o modo de andar, sorrir, olhar. Bourdieu (2012) ressalta que esses comportamentos são adquiridos tanto por meio de um “mimetismo inconsciente ou por obediência expressa” (BOURDIEU, 2012, p. 37-39). Esse mimetismo seria a capacidade de alguns seres vivos apresentarem por se adaptar a um ambiente, um tipo de disfarce, ou seja, uma forma de defesa.

Conforme Tedeschi (2012), a história da mulher sempre foi muito ligada à história de deusas e bruxas, personagens antagônicas, comparada aos relatos bíblicos de Eva e à Virgem Maria. Enquanto Maria é a representação mais pura da maternidade e da submissão da mulher, Eva, no entanto, representa a rebeldia, a maldição. Segundo a Bíblia, foi Eva quem deu atenção à serpente e acabou comendo do fruto que Deus havia proibido, e, ainda, ofereceu ao marido Adão e este também o comeu: “E vendo a mulher que aquela árvore era boa para se comer, e agradável aos olhos, e árvore desejável para dar entendimento; tomou do seu fruto, e comeu, e deu também a seu marido, e ele comeu com ela” (GÊNESIS 3: 6).

Em consequência desse ato de rebeldia, ambos, Adão e Eva, foram expulsos do Jardim do Éden. No entanto, antes de saírem, receberam algumas ordens, ou melhor dizendo, algumas punições:

E à mulher disse: Multiplicarei grandemente a tua dor, e a tua concepção; com dor terás filhos; e o teu desejo será para o teu marido, e ele te dominará. E a Adão disse: Visto que atendeste a voz de tua mulher e comeste da árvore que eu te ordenara não comesses, maldita é a terra por tua causa; em fadigas obterás dela o sustento durante os dias de tua vida. Ela produzirá também cardos e abrolhos, e tu comerás a erva do campo. No suor do rosto comerás o teu pão, até que tornes à terra, pois dela foste formado; porque tu és pó e ao pó tornarás. (GÊNESIS 3: 16-19).

Assim, a partir dessas representações, decorrentes do discurso dominante, promove-se uma ideologia que pensa a maternidade como papel social da mulher, acompanhada da

domesticidade, pois é a mulher quem vai cuidar dos filhos e, assim, os cuidados da casa deveriam acompanhá-la. Nessa perspectiva, Tedeschi (2012) considera que

Esses discursos integraram-se às práticas sociais que passaram a determinar a vida das mulheres. A história do corpo feminino é contada pelo olhar masculino, estabelecendo, através dos discursos, uma “natureza feminina”, voltada unicamente para a maternidade e a reprodução. (TEDESCHI, 2012, p. 15).

Esse pesquisador ressalta que argumentos que procedem da religião, da natureza e do político são usados para “legitimar a subordinação feminina” (TEDESCHI, 2012, p. 15).

Sobre o papel de Maria na sociedade e na religião, compreendemos que foi exemplo de sujeição e obediência. Segundo a Bíblia, Maria era noiva de José quando recebeu a visita do anjo Gabriel anunciando que ficaria grávida e que esse filho seria chamado “Filho de Deus”. Maria fica surpresa, pois era virgem, mas o anjo explica que o Espírito Santo é que geraria essa criança em seu ventre. Maria, obediente, diz: “Eis aqui a serva do Senhor, cumpra-se em mim segundo a tua palavra.” (LUCAS1:38).

Embora em nossa visão, os ensinamentos bíblicos - tanto por meio de Eva, Maria e outras mulheres citadas na Bíblia não sejam o de opressão, atentamos que muitos se baseiam nisso para esse pensamento de desigualdade; o que a nosso ver, trata-se de uma interpretação distorcida sobre o assunto. Com isso, a religião, como um importante instrumento de controle da sociedade - o que Althusser (2001) denominou de AIE (aparelho ideológico de Estado) -, intensificou esse pensamento, aprisionando muitas mulheres por meio de uma educação tendenciosa de cunho machista.

No catolicismo, segundo Perrot (2017), essa desigualdade foi mais acentuada, pois as mulheres não podem assumir liderança no sacerdócio até hoje. Porém, em algumas igrejas evangélicas, já é recorrente a presença de mulheres ocupando cargos de liderança, ou como pastoras.

Desse modo, nessa obediência, muitas mães ensinam aos seus filhos os seus papéis dentro da sociedade, onde o menino, desde a mais tenra idade, já é tratado como um futuro chefe, o provedor e o que governa sua casa. Desde as brincadeiras, suas roupas e obrigações são voltadas para a força e o domínio. Por outro lado, a menina é ensinada a cuidar da casa, da beleza e a despertar a maternidade, cuidando de irmãos mais novos ou até mesmo de suas bonecas, tratando-as como filhas. Para Alambert (2004), essas práticas provêm de um engessamento advindo dos estereótipos de uma sociedade sexista. Essa perspectiva converge novamente com as ideias de Althusser (2001), ao afirmar que isso provêm de outro aparelho ideológico, nesse caso, a família.

Nos relatos, tanto de Perrot (1995), (1998), (2005), quanto de Alambert (2004) e Coracini (2007), notadamente, o distanciamento da mulher do mundo da escrita dificultou sua presença na história e, conseqüentemente, o seu lugar na sociedade ficou limitado aos cuidados da casa e filhos. Em uma história em que o domínio político e econômico são os mais significativos, a mulher acabou ficando de lado.

No artigo de Pedro e Soihet (2007), verifica-se a ideia de que, parte do atraso em incluir a presença feminina nos relatos históricos, deveu-se ao caráter universal atribuído ao sujeito da história, representado pela categoria ‘homem’. Acreditava-se que, ao falar dos homens, as mulheres também estariam supostamente inclusas, mas sabemos que isso não ocorreu.

Essa história, relatada por homens, exclui a mulher, embora esta sempre tenha atuado em serviços como a pesca, artesanatos, cuidados médicos, entre outros, tanto na ausência de seus maridos como no cotidiano, colaborando na manutenção do lar. Isso fica ainda mais evidente, nos períodos de guerra, época em que mantinham suas casas e seus filhos por longos períodos de ausência do marido. (PERROT, 2005). Enfim, embora a mulher sempre tenha trabalhado, nem sempre ocupou cargos, desse modo, o trabalho¹² dito “informal” e o doméstico colaborou para que a história não a abrangesse como deveria.

No século XIX, conforme Perrot (1995), a divisão racional dos sexos era bem marcada, isto é, cada sexo tinha sua função na sociedade. De acordo com a economia política da época, o homem era o responsável pela produção, a mulher responsável pelo consumo e os dois, juntos, responsáveis pela reprodução. A mulher dedicava-se aos cuidados maternos e afazeres domésticos, porém a autoridade do lar era do pai.

Os homens limitaram o acesso das mulheres ao mercado de trabalho, estabelecendo os tipos de trabalho que lhes seriam mais adequados. Foram aceitas socialmente as profissões ligadas ao magistério, à enfermagem, ao atendimento em lojas e escritórios. O magistério, aliás, foi aceito anteriormente, com o intuito de que essa formação transformá-las-ia em boas mães, ou em uma profissão digna e maternal, caso a mulher ficasse solteira e precisasse se manter. Entretanto, alguns homens tentaram impedir que as mulheres aprendessem a ler e a escrever,

¹² O trabalho sempre fez parte da história da humanidade, inicialmente, por sobrevivência. **Trabalho** pode ser definido como qualquer atividade, produtiva ou criativa, exercida para atingir determinado fim. Com a revolução industrial, final do século XVIII, passou a ter outro significado, pois ao visar ao lucro, conseqüentemente, a mão de obra foi explorada a um baixo custo. O crescimento de indústrias e máquinas à vapor gerou uma maior divisão do trabalho e, conseqüentemente, o aumento da produção. No século XIX, com o desenvolvimento tecnológico, o modo de produção capitalista, a busca por matéria prima barata e o acúmulo de capital, acentuou a exploração da mão de obra, exigindo-se cada vez mais qualificação, e maior produção. In: Breve histórico da organização do trabalho. Disponível em: <http://www.hospvirt.org.br/enfermagem/port/orgtrab.html> Acesso em: 02/01/2018.

pois entendiam que o domínio da palavra escrita era um monopólio masculino (PERROT, 1995).

Nessa mesma linha, em Coracini (2007), verificamos que o caminho percorrido pela mulher até a conquista de determinadas posições ou cargos não foi rápido, tampouco fácil. As mulheres, que iniciaram seus trabalhos fora de seus lares, tinham claramente a noção de que os cargos disponíveis a elas eram os que exigiam menor uso do intelecto, e que se aproximavam mais das questões maternas. Seu trabalho era permitido, desde que não afetasse a ocupação masculina, e, por conseguinte, os melhores salários destinavam-se aos homens.

Destarte, segundo a autora citada anteriormente, em decorrência do momento histórico-social entre os séculos XIX e XX, com o desenvolvimento industrial e, conseqüentemente, uma queda na qualidade de vida, a sociedade passou a aceitar o trabalho da mulher, ainda com forte resistência. Entretanto, fortes argumentos foram expostos, já que o trabalho da mulher não só ajudava a melhoria da qualidade de vida na família, devido ao aumento de renda, como também era bastante conveniente aos empregadores dispor de uma mão de obra eficiente e menos dispendiosa.

Como exemplo dessa invisibilidade feminina, e restrição ao plano familiar e doméstico, trazemos um trecho do discurso do atual presidente Michel Temer na ocasião do dia da mulher¹³, em que é possível perceber que a ideologia machista está claramente presente:

Eu digo isso com a maior tranquilidade, porque eu tenho absoluta convicção, até por formação familiar e por estar ao lado da Marcela, o quanto a mulher faz pela casa, o quanto faz pelo lar, o que faz pelos filhos. E, portanto, se a sociedade de alguma maneira vai bem, quando os filhos crescem, é porque tiveram uma adequada educação e formação em suas casas. **E seguramente isso quem faz não é o homem, isso quem faz é a mulher.** (TEMER, 2017, portal planalto.gov, grifos nosso).

Orlandi (2015a), consoante Pêcheux (1995), afirma que “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia”. (ORLANDI, 2015a, p. 15). Nota-se que a ideologia de dominação masculina, na qual a criação dos filhos é responsabilidade apenas da mulher, faz-se presente no discurso do Presidente Temer. Ainda que, naquele momento, ele quisesse enaltecer a importância do papel da mulher, o que se vê é mais um exemplo de uma visão que não apenas define, mas também restringe o papel da mulher na sociedade, ao afirmar: “isso quem faz não é o homem”.

¹³ Discurso completo disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/discursos/discursos-do-presidente-da-republica/discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-cerimonia-de-comemoracao-pelo-dia-internacional-da-mulher-brasilia-df> Acesso em: 31/03/2017.

Ainda na mesma ocasião, extraímos outro trecho do discurso do Presidente Temer, no qual é possível identificar a mesma ideologia:

E hoje, como as mulheres participam intensamente de todos os debates, eu vou até tomar a liberdade de dizer que na economia também, a mulher tem uma grande participação. **Ninguém mais é capaz de indicar os desajustes, por exemplo, de preços em supermercados do que a mulher.** Ninguém é capaz de melhor detectar as eventuais flutuações econômicas do que a mulher, pelo orçamento doméstico maior ou menor. (TEMER, 2017, portal planalto.gov, grifos nossos).

Novamente, o Presidente Temer insiste em definir o papel da mulher: “ninguém mais é capaz de indicar os desajustes” ou “ninguém é capaz de melhor detectar”, referindo-se às compras de supermercado no orçamento doméstico, resumindo, assim, a importância da participação feminina na economia. Vemos claramente, que a ideologia machista ainda permeia os discursos nos dias de hoje.

Assim nasceu a história da mulher, cheia de percalços, mas ao mesmo tempo uma história forte, em que lutas, violência e opressão fizeram marcadamente presença. Fato que ainda hoje se segue, embora alguns avanços em leis e costumes venham sendo (des)construídos¹⁴, contudo, é notória a desigualdade entre os sexos, a mulher ainda é representativamente, uma figura secundária, talvez não mais invisível, porém, por vezes, mascarada.

1.2 O discurso do empoderamento

A história da mulher, conforme Tedeschi (2012), se inscreveu na ausência e no silêncio que as cingia. No entanto, esse silêncio foi rompido na década de 1960, por meio da militância do movimento feminista, buscando o seu protagonismo nessa história. (TEDESCHI, 2012). Ainda sobre o silêncio, em Orlandi (2015), temos a questão do silêncio que atravessa as palavras, ao afirmar: “[...] ou indicando que o sentido pode ser outro, ou ainda que aquilo que é mais importante nunca se diz” (ORLANDI, 2015, p.14). Nessa mesma linha de pensamento, Foucault (2014) já considerava os sistemas de exclusão, sendo o mais importante, a “interdição”, pois de acordo com o filósofo, não se pode dizer tudo em qualquer lugar ou

¹⁴ O termo “desconstrução”, utilizado pela primeira vez por Jacques Derrida em 1967 na Gramatologia, foi emprestado da arquitetura. Significa decomposição de uma estrutura. Ver: DERRIDA, Jacques; ROUDINESCO, Elizabeth. **De que amanhã . . . diálogos**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

ocasião. Desse modo, a palavra da mulher, comparada aqui ao discurso do louco, não constituía o discurso de verdade, aquele que tem valor e reconhecimento, ou seja, o discurso do poder.

No período de economia pré-capitalista, antes da revolução industrial, a mulher trabalhava nos campos, nas manufaturas, nas oficinas, tecelagem, fermentava a cerveja e outras tarefas domésticas. Segundo Perrot (2017), “as mulheres sempre trabalharam”:

Seu trabalho era da ordem do doméstico, da reprodução, não valorizado, não remunerado. As sociedades jamais poderiam ter vivido, ter-se reproduzido e desenvolvido sem o trabalho doméstico das mulheres, que é invisível. Nem sempre as mulheres exerceram ofícios reconhecidos, que trouxessem remuneração. (PERROT, 2017, p. 109).

Com o desenvolvimento do capitalismo, a mulher se viu em desvantagem, as classes sociais ficaram mais definidas, ou seja, algumas bem marginalizadas, enquanto outras em grande ascensão. Assim, uma vez que a mão de obra passou a ser individualizada, a subvalorização do trabalho feminino ficou evidente. A mão de obra feminina foi explorada em massa nas indústrias, com aumento da jornada de trabalho e salários mais baixos. Outra dificuldade, apontada por Saffioti¹⁵ (2013), foi que o sistema que antes era de subsistência, agora se baseava no acúmulo de capital, explorando, cada vez mais, o trabalhador que poderia ser substituído pelas máquinas. Não apenas as mulheres, mas também as crianças contribuíam nessas tarefas e, conseqüentemente, como a família era uma unidade de produção, colaboravam fundamentalmente na economia.

De acordo com Saffioti (2013), a oferta de emprego diminuiu, fazendo com que os homens começassem a discriminar a presença da mulher no trabalho, uma vez que ela poderia ocupar a vaga de um pai de família. Sem contar que, como o sistema visa ao lucro, a mulher passou a ser menos rentável, pois como é a responsável pela reprodução, isso acarreta certos prejuízos ao empregador. A maternidade é vista como uma responsabilidade exclusiva das mulheres, a sociedade e o governo não atentaram para a relevância dessa questão, como observa Saffioti:

A maternidade não pode, pois, ser encarada como uma carga exclusiva das mulheres. Estando a sociedade interessada no nascimento e socialização de novas gerações como uma condição de sua própria sobrevivência, é ela que deve pagar pelo menos parte do preço da maternidade, ou seja, encontrar soluções satisfatórias para os problemas de natureza profissional que a maternidade cria para as mulheres. (SAFFIOTI, 2013, p.86).

¹⁵ Heleieth Saffioti (1934-2010) foi socióloga, professora e estudiosa da violência de gênero e militante feminista brasileira

Como consequência disso, a maior inserção de mulheres no mercado de trabalho colaborou para a diminuição da taxa de natalidade em muitos países. No Brasil, também muitos casais têm adiado ou até mesmo optado por não ter filhos, por diversos motivos, mas concluímos que um dos principais seja a questão da carreira da mulher e a estabilidade financeira.

No século XX, a mulher aos poucos começou a frequentar níveis mais altos de ensino, como o ensino médio e, posteriormente, os cursos de formação de professoras do ensino primário, no intuito de se tornarem melhores mães e esposas. Foi assim que os cursos de licenciatura ficaram conhecidos como uma boa forma de “esperar marido e encontrar um bom partido” (CORACINI, 2007, p. 83,84). Mesmo nos anos 1960, 1970, o discurso era que, nessa profissão, as mulheres poderiam ser boas esposas, mães, donas de casa e conciliar um trabalho de meio período.

Além de conciliar trabalho e família, a mulher tem ocupado, em alguns casos, o papel de chefe de família. Isso não é algo novo no Brasil, sobretudo, nas classes mais humildes. Desde 1872, data do primeiro censo realizado no Brasil, já um terço das mulheres brasileiras chefiavam seu lar. Pela falta de emprego, muitos homens se viam obrigados a deixar suas casas e irem para outras regiões em busca de trabalho para garantir o sustento de sua família. Por esse e por outros motivos, como o de abandono do lar, muito comum hoje em dia, fez com que a mulher assumisse esse papel. (CORACINI, 2007).

Embora o empoderamento feminino já tivesse iniciado, contudo, o termo ainda não era conhecido. É importante ressaltar que, a palavra empoderamento¹⁶ foi criada em 1977, mas pouco conhecida, passou a ser mais utilizada a partir de 2015. Em uma pesquisa realizada pela Editora Positivo, a palavra *empoderamento* apareceu como a mais buscada no dicionário Aurélio em 2016. De acordo com a própria editora, isso é reflexo do crescimento dos movimentos feministas no Brasil em 2015. Os fatos ocorridos, no período entre 2015/2016,

¹⁶ A palavra "empoderamento" é uma tradução do termo original em inglês "empowerment". Em 1977, o psicólogo norte-americano Julian Rappaport criou o termo a partir da palavra "power" para defender que era preciso dar ferramentas para dar autonomia a certos grupos para se desenvolverem. O educador Paulo Freire criou sua versão do termo para debater a proposta de Rappaport: para o educador, eram os próprios grupos desfavorecidos que deveriam empoderar-se. Essa noção se popularizou entre os educadores e sociólogos. A palavra acabou adotada por diversos movimentos sociais, inclusive o movimento feminista. Hoje, o termo é utilizado por entidades como a Organização das Nações Unidas (ONU). Segundo o Dicionário Michaelis, representa o ato ou ação de empoderar-se, ou seja, de conquistar o poder, consciência social e conhecimento e, com isso, realizar transformações individuais ou de um certo grupo social. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=lnd8> e <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/10/06/A-origem-do-conceito-de-empoderamento-a-palavra-da-vez>
Acesso em 27/03/2017.

foram preponderantes para o resultado dessa pesquisa. Isso demonstra que as buscas no dicionário estão relacionadas com aquilo que a sociedade tem vivenciado, ou seja, os discursos que estão circulando. Os discursos, segundo Orlandi (2015), possuem um caráter complexo, pois não se apresentam apenas como lugar de reprodução, mas de resistência e de transformação, são práticas sociais.

O movimento feminista trouxe também outros desdobramentos que o discurso do *empoderamento* agrega: os ditos excluídos da sociedade, como por exemplo, os pobres, negros, pessoas com deficiência, idosos entre outros que sofrem discriminação. Por fim, ao contrário do silenciamento que exclui a mulher, quanto aos direitos e participação como cidadã, o discurso de empoderamento busca incluí-la cada vez mais em espaços públicos.

1.3 O discurso do movimento feminista no Brasil

No Brasil, segundo Djamila Ribeiro (2014)¹⁷, o movimento feminista começou no início do século XIX e ficou conhecido posteriormente como a primeira onda do feminismo. Na época, reivindicava-se basicamente o direito à vida pública e o direito ao voto. Foi criada, então, em 1922, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que tinha por objetivo lutar pelo sufrágio feminino e o direito ao trabalho sem depender de autorização prévia do marido.

A chamada segunda onda do feminismo ocorreu na década de 1960. De acordo com os estudos de Célia Pinto (2010), participaram desse movimento mulheres de diversas classes, intelectuais e líderes operárias, abordando temas como a sexualidade e o divórcio. Importante lembrar que foi nesse mesmo período que surgiu a pílula anticoncepcional¹⁸, um marco na vida da mulher. Diferentemente do primeiro movimento, preocupações com a questão da dominação masculina, a inclusão da mulher no espaço social, econômico e político estiveram em pauta.

Em seu terceiro momento, Ribeiro (2014) aponta o problema de que é preciso desconstruir as dicotomias, uma vez que a questão não é apenas o sexo masculino *versus* sexo feminino. O movimento tinha como base os interesses de mulheres brancas, de classe média, não englobando a diversidade das mulheres. Segundo Pinto (2010), o feminismo é um movimento libertário, não apenas no trabalho, na educação, no espaço público, mas também

¹⁷ Djamila Ribeiro é mestre em Filosofia e pesquisadora na área de Filosofia Política, colunista e feminista. Escreveu diversos artigos e livros sobre o tema. Revista *online Carta Capital* Nov/ 2014. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/escritorio-feminista/feminismo-academico-9622.html> Acesso em: 20/04/2017.

¹⁸ Disponível em: <http://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2015/05/55-anos-da-pilula-anticoncepcional-como-ela-moldou-o-mundo-em-que-vivemos-hoje.html> Acesso em 20/04/2017.

luta por uma nova forma de relação entre homens e mulheres e ainda pela liberdade para decidir sobre sua vida e seu próprio corpo.

No ano de 1975, o movimento feminista ganhou destaque em função da definição deste ano como o Ano Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas (ONU). A partir deste momento, o movimento feminista antes caracterizado por ações de grupos específicos e isolados ganhou maior relevância no cenário nacional. Foram realizados diversos eventos no sentido de institucionalização do movimento feminista, e grande parte do movimento feminista, até 1979, esteve associado à luta pelo fim do regime militar.

Com o fim do regime militar, na década de 1980, de acordo com Célia Pinto (2010), o feminismo toma maiores proporções e, dessa vez, seu embate é ampliado, acrescentando outras temáticas: “violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito à terra, direito à saúde materno-infantil, luta contra o racismo, opções sexuais”. (PINTO, 2010, p.17). Naquele momento, o movimento estava associado a classes mais pobres, o que colaborou para ampliar o conhecimento das necessidades pelas quais as mulheres deveriam lutar.

Conforme Pinto (2010), a criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM), em 1984, unido a outros grupos importantes - o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) de Brasília - colaborou fortemente para a inclusão dos direitos das mulheres na nova Constituição, que de acordo com a pesquisadora “é uma das que mais garante direitos para a mulher no mundo”. (PINTO, 2010, p. 17). Sob a perspectiva da luta feminina pela igualdade entre gêneros, nos anos seguintes, durante os governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso não houve mudança significativa, segundo a pesquisadora citada anteriormente, naquele período, o Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM) “perdeu completamente a importância”. (PINTO, 2010, p. 17).

No final do século XX, o movimento feminista sofreu um processo de “profissionalização”, de acordo com Pinto (2010), devido à criação de Organizações Não Governamentais (ONG), cujo trabalho é o de intervir junto ao Estado com o intuito de estabelecer medidas protetivas para as mulheres e espaço para maior participação na política.

O Novo Código Civil, Lei nº 10.406, de 10/1/2002 trouxe inovações à condição feminina na esfera pública e contribuições na perspectiva da igualdade entre gêneros. O Código de Processo Civil de 2002 substituiu a palavra “homem” por “pessoa” com o intuito de retirar qualquer resquício de desigualdade entre os gêneros nas relações jurídicas, seguindo o princípio

da isonomia¹⁹, a que se refere a Constituição Federal de 1988. É possível percebermos a tentativa de promover a igualdade por meio dessa mudança, pois a utilização da palavra “homem” para se referir as pessoas em geral, de certo modo, deixava a mulher à margem, e, conseqüentemente, contribuía para o quadro de desigualdade.

Esta lei excluiu da norma jurídica a chefia masculina da sociedade conjugal, o pátrio poder e a administração dos bens do casal pelo marido, inclusive dos particulares da mulher, a anulação do casamento pelo homem por motivo do conhecimento da defloração da mulher antes do matrimônio; também permitiu ao homem adotar o sobrenome da mulher e estabeleceu que a guarda dos filhos passa a ser do cônjuge com as melhores condições para exercê-la (SOW, 2010, p. 92). Referente à adoção do sobrenome, entre 1916 – 1977 (antigo código e Lei do Divórcio²⁰), a mulher era obrigada a adotar o sobrenome do cônjuge, o que remetia à ideia de posse. O Novo Código Civil versa no parágrafo primeiro do seu artigo 1.565, que qualquer dos cônjuges poderá acrescentar ao seu nome o sobrenome do outro, assim, tanto o homem pode adotar o sobrenome da mulher, quanto a mulher acrescentar ao seu nome o sobrenome do marido, o casal pode também, permanecer com o nome de solteiros.

Em decorrência da luta feminina, foram criadas secretarias especiais para a mulher, como em 2003, foi criada a Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SNPM)²¹, no governo Lula. Essa secretaria tem como objetivo promover a igualdade entre homens e mulheres, combatendo todas as formas de preconceito e discriminação. Em 2006, foi criada a Lei Maria da Penha (Lei n. 11 340, de 7 de agosto de 2006), que, segundo Pinto (2010), foi uma das maiores conquistas, pois essa lei visa a proteger a mulher da violência doméstica e familiar.

Em 2010, a grande conquista feminina foi a eleição da primeira mulher à presidência no Brasil. Em 2011, Dilma Rousseff tomou posse, no cargo máximo do poder executivo no Brasil, chefe do poder executivo, chefe de Estado. Em 2013, no governo Dilma, foi lançado o Plano Nacional de Políticas para Mulheres²², com validade de 2013 a 2015, visto que algumas

¹⁹ O **princípio da isonomia**, também conhecido como princípio da igualdade. De acordo com a Constituição Federal, o princípio da igualdade está previsto no artigo 5º: ‘Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza’ (CF/88 art. 5º)

²⁰ Lei Nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977. Lei que regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6515.htm Acesso em: 04/01/2018.

²¹ Disponível em: <http://www.spm.gov.br/sobre/a-secretaria> Acesso em: 25/03/2017.

²² Disponível em: http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/SPM_PNPM_2013.pdf Acesso em 25/03/2017.

medidas já faziam parte do PPA²³ (Plano Plurianual). O plano foi organizado em dez capítulos, que trazem os objetivos gerais e específicos e suas linhas de ações.

[...] igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica [...] ações para construção de educação para igualdade e cidadania [...] saúde integral das mulheres, os direitos sexuais e os direitos reprodutivos [...] enfrentamento de todas as formas de violência [...] fortalecer a participação igualitária, plural e multirracial das mulheres nos espaços de poder e decisão [...] desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social [...] fortalecimento econômico e o direito à vida de qualidade das mulheres no meio rural [...] ações nas áreas de cultura, esporte, comunicação e mídia [...] questões relacionadas ao racismo, sexismo e lesbofobia [...] igualdade para as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência [...]. (PNPM, 2013, p.12).

Em 2014, Dilma Rousseff foi reeleita presidente do Brasil, porém seu mandato não chegou ao final, sendo interrompido pelo processo de impeachment, que culminou na perda do mandato em 31 de agosto de 2016, condenada por crime de responsabilidade fiscal.

Tratamos até aqui dos movimentos ocorridos no Brasil, contudo, é importante salientar que o movimento feminista aconteceu em diversos países, de diferentes formas, e, embora apresentassem praticamente, os mesmos objetivos, os resultados ocorreram em momentos e modo diferentes. Na França, por exemplo, o movimento feminista teve início na Revolução Francesa, em 1791, Olímpia de Gouges²⁴, escreveu a “Declaração dos direitos da mulher e da cidadã”, que reivindicava os mesmos direitos naturais para a mulher, que, assim como o homem, deveria participar da formulação das leis, da política em geral, conforme os relatos de Perrot (2017). No século XIX, o movimento feminista expandiu-se na Inglaterra, com ideais emancipatórios, de igualdade jurídica, direito ao voto, educação e trabalho.

Em março de 1911, um incêndio em uma fábrica de camisas, em Nova York, matou cento e trinta e nove trabalhadoras, dentre elas, imigrantes judias e italianas, morreram devido à falta de segurança nas instalações. A tragédia foi lembrada em diversas ocasiões, tanto que, em 1975, a ONU oficializou o Dia Internacional da Mulher, em 8 de março.

A manifestação ocorrida em 1968, em Atlantic City, durante um concurso de Miss América, ficou marcada, tanto que, até hoje o feminismo é lembrado pela “queima de sutiã”

²³ O PPA está previsto no art. 165 da [Constituição Federal](#) destinado a organizar e viabilizar a ação pública. Por meio dele, é declarado o conjunto das políticas públicas do governo para um período de 4 anos e o percurso para viabilizar as metas previstas. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/planejamento-governamental/plano-plurianual-ppa/o-que-eacute-o-ppa> Acesso: 26/03/2017.

²⁴ Olímpia de Gouges (1748 – 1793), atriz e escritora, foi um importante nome do movimento feminista na França. Escreveu mais de quatro mil páginas de protestos revolucionários ao longo de sua vida, incluindo peças de teatro, panfletos, novelas autobiográficas, textos satíricos, entre outros. Protestou em favor dos direitos da mulher (divórcio, maternidade, educação, liberdade religiosa), questionou a escravidão dos negros. Devido aos seus ideais libertários, representava uma ameaça a ordem dominante, foi condenada à guilhotina, e executada em 1793. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/8419/8419_3.PDF Acesso em 05/01/2018.

embora a queima não tenha ocorrido. Cerca de quatrocentas mulheres se reuniram do lado de fora do teatro, onde ocorreu o evento para protestar contra a realização do concurso. Temas como a “ditadura da beleza²⁵”, liberdade sobre o próprio corpo e sexualidade foram levantados e tiveram repercussão mundial.

O movimento feminista segue com suas lutas e, embora surjam novos discursos, novos entraves, a essência dessa luta é basicamente a mesma desde o início: conceder à mulher o direito de ser sujeito da história, participar das atividades políticas, econômicas e sociais, respeitada em seus direitos, amparada por lei em suas necessidades.

Mesmo com todas essas conquistas, segundo Alambert (2004), a emancipação da mulher trouxe também um peso muito grande, pois, além de todos os novos direitos adquiridos desde a Constituição de 1988, a mulher carrega também (em suas costas) o peso dos trabalhos domésticos, que geralmente não é dividido com o homem. Assim, segue sobrecarregada, com duplas ou triplas jornadas de trabalho, desfavorecendo seu desenvolvimento pela sobrecarga. Essa sobrecarga perdura até os dias atuais. Os filhos, e tudo o que envolve o serviço doméstico, ainda são vistos como “obrigações da mulher”. Observa-se que, ainda, são raros os casos em que esse trabalho é dividido de modo igual entre o casal, ou que essa responsabilidade seja delegada apenas ao homem.

Ainda conforme essa autora, a mulher continua oprimida nos planos econômico, político e simbólico:

Plano econômico – em nossas sociedades, as mulheres ainda não têm acesso às mesmas profissões que os homens e não progredem tanto quanto eles quando conseguem varar o reduto profissional masculino.

Plano político – elas que, no país e no mundo, constituem mais da metade da população, possuem menos de 10% de representantes nas assembleias legislativas nacionais e internacionais.

Plano simbólico – cada dia mais, a mídia mostra imagens contrastantes do homem e da mulher. Do homem sujeito e da mulher objeto. Os estereótipos são ensinados desde a mais tenra idade e eles estruturam de antemão a percepção da realidade social de cada pessoa. (ALAMBERT, 2004, p 63).

Essas políticas procuram amparar a mulher que, conforme Saffioti (2013), sofre uma dupla determinação: membro de uma classe e o pertencimento a uma categoria de sexo. Nessa perspectiva, há ainda outras determinações que a mulher pode sofrer; como a de ser negra, deficiente, “mãe solteira”, homossexual, entre outras.

²⁵ A ditadura da beleza é uma imposição de padrões estéticos aceitáveis. Para isso, muitas mulheres recorrem a cirurgias plásticas, maquiagens e dietas que podem comprometer sua saúde. A anorexia é uma doença que afeta na maioria das vezes, mulheres. O termo ditadura, no Brasil, historicamente remete ao período do regime militar, lembrado pela opressão e regras rígidas.

Outros discursos foram levantados a partir dos movimentos feministas. De acordo com Frei Betto²⁶ (2001), os movimentos feministas deram abertura a discursos referentes à descriminalização do aborto, igualdade no trabalho, a ditadura da moda e muitos outros. Contudo, foi a partir do movimento sufragista, que nasceram os demais movimentos em prol dos direitos femininos. Segundo Perrot (2006), esse movimento foi o espaço de maior resistência encontrado, pois o espaço político é “centro de poder e de decisão”. (PERROT, 2006, p.151).

Apesar de muitas lutas e conquistas, o termo “feminista” ainda é carregado de preconceito, soando como algo ruim ou até mesmo ofensivo para algumas mulheres. Talvez por desconhecimento do que realmente foi e representa o movimento e, ainda, pelos resquícios de uma sociedade dominada pelo patriarcalismo, vemos que algumas mulheres ainda acreditam que para ser “feminina” e aceita pela sociedade, ela não possa ser feminista. Segundo Perrot (2017), “em sentido muito amplo, *feminismo*, *feministas* designam aqueles e aquelas que se pronunciam e lutam pela igualdade dos sexos”. (PERROT, 2017, p. 154 grifos da autora).

Há um equívoco referente ao feminismo, pois é colocado em oposição ao termo “machismo”. Enquanto feminismo trata de um movimento social, cuja luta é pela igualdade de direitos, não um movimento contra os homens; o outro refere-se a ideias ou comportamentos em que o homem é visto ou colocado em posição de superioridade, pelo fato de ser homem. Esses comportamentos, isto é, essa ideologia, é reflexo da sociedade, quer por meio da família, ou da religião, ou escola, mídia, política, enfim, podem apreender essas representações que são propagadas nos/pelos discursos.

1.4 Mulheres na política: as relações de poder

Embora seja um cenário de predominância masculina, aos poucos, o sujeito feminino começa a aparecer, em pequena porcentagem, mas que, entre inúmeras críticas e incentivos tanto dos próprios políticos, como de jornalistas, e da sociedade em geral, vem tomando corpo, ano após ano, superando dificuldades e vencendo preconceitos. Sua presença no espaço político representa poder, lugar em que sua voz pode ser ouvida e o silêncio transforma-se em ações.

²⁶ **Carlos Alberto Libânio Christo**, o Frei Betto, é da ordem católica dos Dominicanos, é escritor, autor de 60 livros editados no Brasil e no exterior, e assessor de movimentos sociais. Ele escreveu o artigo **Marcas de batom**, publicado originalmente na revista *Caros Amigos*, ano V nº 54, setembro, 2001 p. 16-17. Disponível em: <https://segundo.wordpress.com/2010/11/21/marcas-de-batom-parte-i/> Acesso em:10/04/2017.

Nesse sentido, Foucault (2014), (2015) afirma que o poder não está em um lugar, ou em uma pessoa, mas nas relações, nos discursos, nas práticas.

De acordo com os estudos de Vanin e Souza (2014), essa dificuldade em adentrar o espaço político deve-se ao pensamento cristalizado de que a mulher “é do privado”, isto é, seu espaço é doméstico e não público; essas representações estão enraizadas na sociedade, originárias de uma cultura patriarcal, que mobiliza discursos do tipo “mulher não pode se expor”.

Hoje, a mulher não se limita ao papel de esposa, mãe e dona de casa, como foi durante um longo período de sua história. Ganhou espaço significativo na economia, contudo, a desigualdade social ainda é uma realidade, a luta pelo estabelecimento de sua participação no espaço político, bem como sua atuação em posições de poder é restrita. Circulam ditos populares: “mulher não vota em mulher”, ou “mulher não entende de política”, “mulher não gosta ou não se interessa por política”. São discursos de cunho machista e estereotipados. Orlandi (2015) explica que, segundo a análise do discurso (AD), os estereótipos não são necessariamente provenientes de uma cristalização do pensamento, uma vez que não somos donos dos nossos dizeres; mas que é uma forma, para o sujeito, de preservar sua identidade. Segundo essa mesma autora, o estereótipo desempenha, no discurso, um papel imaginário equivalente ao do pré-construído, “o efeito do já-dito que sustenta o dito” (ORLANDI, 2015b, p. 126). Segundo a autora, “o estereótipo cria condições para que o sujeito não apareça, diluindo-se na universalidade indistinta” (ORLANDI, 2015b, p. 126).

A Proclamação da República, em 1889, não trouxe mudanças quanto à participação feminina na política. A própria constituição de 1890 excluiu os analfabetos, mendigos, soldados e religiosos, quanto ao direito ao voto. Embora não houvesse uma restrição expressa quanto ao voto feminino, era-lhe negado o direito com base na justificativa de incompatibilidade natural da mulher em relação à vida política.

Embora dados históricos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) indiquem que a primeira prefeita brasileira tenha sido eleita no Brasil em 1928, o voto feminino²⁷ só se tornou um direito

²⁷ No Reino Unido, as mulheres obtiveram o direito de voto em 1928; na Suécia, em 1921; na Alemanha, em 1918; na Dinamarca e na Islândia, em 1915. Na Finlândia as mulheres podem votar desde 1906, a França foi mais tardia em conceder o direito, em 1945.

nacional em 1932. Segundo o TSE²⁸, Alzira Soriano de Souza, na cidade de Lages, no Rio Grande do Norte, foi a primeira prefeita eleita no Brasil, indicada por Berta Lutz²⁹.

Com base em informações do TSE, em 1933, Carlota de Queirós, médica paulista, foi eleita a primeira deputada federal. Carlota participou dos trabalhos na Assembleia Nacional Constituinte (1934-1935), cujo objetivo era a elaboração do texto da Constituição de 1934. A deputada integrou a Comissão de Saúde e Educação. Apesar do esforço em representar a classe feminina, Carlota não conseguiu promover alterações que abrangessem os interesses femininos na Constituição de 1934.

Diferentemente da assembleia de 1934, de acordo com Sow (2010), na Assembleia Constituinte de 1987, o movimento feminino estava mais fortalecido, não havia apenas uma única representante, mas diversas entidades de defesa dos interesses femininos, dentre as quais, destacou-se o Conselho dos Direitos da Mulher, comandado por Jaqueline Pitanguy³⁰ e outras intelectuais e ativistas políticas, o que culminou na Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes e lançou a campanha “Constituinte pra valer tem que ter direitos da mulher”, cujo objetivo era o de conduzir as discussões e propostas femininas para o novo texto constitucional.

Composto por 26 mulheres, o “lobby do batom”, como ficou conhecido, foi a bancada formada por 26 parlamentares, representando os interesses da classe feminina, por meio da “Carta das Mulheres brasileiras aos Constituintes”, documento entregue ao presidente da Assembleia Constituinte, o deputado Ulysses Guimarães em 1987. Esta carta, culminou em direitos expressos na Carta Magna, a CF/88. Direitos como, licença maternidade de 120 dias; licença paternidade de sete dias; salário família; direito à creche e educação pré-escolar; proibição de discriminação em razão do sexo; plena igualdade entre homens e mulheres; proteção estatal à maternidade e à gestante; igualdade de direitos previdenciários e aposentadoria especial para mulheres; igualdade na sociedade conjugal; foram atribuídos ao “lobby do batom”. (VAZ, 2008, p. 34).

No Senado, as primeiras parlamentares foram Júnia Marise (Minas Gerais) e Marluce Pinto (Roraima), eleitas no ano de 1990. Em 1994, Roseana Sarney (Maranhão) foi eleita governadora do Maranhão.

²⁸ Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2013/Marco/semana-da-mulher-primeira-prefeita-eleita-no-brasil-foi-a-potiguar-alzira-solano> Acesso em 30/03/2017.

²⁹ Berta Lutz foi um grande nome no movimento feminista, pois foi ela quem organizou o movimento sufragista no Brasil. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/04/bertha-lutz> Acesso em 22/03/2017.

³⁰ Jaqueline Pitanguy é socióloga e atualmente coordenadora executiva da Organização CEPIA e membro do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

A política no Brasil, que se denomina democrática, procurou tornar-se mais igualitária também. Para isso, foram criadas cotas nas eleições governamentais, no intuito de alavancar a participação feminina nesse cenário majoritariamente masculino. A legislação eleitoral aprovou a Lei 9.100, promulgada em 1995, estabelecendo que 20% dos postos deveriam ser preenchidos pelas mulheres. Em 1997, passou a um percentual mínimo de 30% de candidaturas de cada sexo (artigo 10, § 3º, da Lei 9.504, de 1997)³¹. Pelas regras eleitorais, no Brasil, nenhum dos sexos pode ocupar mais de 70% das candidaturas partidárias. Isso significa que no mínimo 30% das vagas deveriam ser compostas por mulheres. Mesmo assim, a representação feminina na política é pequena, pois a presença masculina ainda é majoritária ³².

De acordo com a pesquisa³³ divulgada em 2017, pelo Projeto Mulheres Inspiradoras (PMI), com base no banco de dados primário do Banco Mundial (Bird) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o Brasil aparece atrás de muitos países no quesito representatividade feminina no cenário político. O país ficou em 115º lugar, em um ranking com 138 países. Apesar de o número de mulheres no parlamento federal ter crescido de 5,3% para 9,9%, no período de 1990 a 2016, consideramos que essa média de crescimento ainda é baixa. De acordo com a pesquisa, se continuarmos nesse ritmo de crescimento, a representatividade igualitária entre os gêneros no parlamento só ocorrerá em 2080.

Segundo dados do IBGE, em 2015, as mulheres representavam 51,3% da população brasileira, ou seja, mais da metade. Mesmo assim, a participação feminina na política é pequena, não correspondendo à proporção de mulheres no país.

Para Vanin e Souza (2014), a presença da mulher na política traz muitos benefícios, desde a ruptura da ideia de que política não é lugar de mulher, como também romper preconceitos, na busca pela equidade de gêneros, partindo de seus direitos civis:

Assim, a presença das mulheres no poder político contribui para democratizar, questionar as hierarquias, as formas de poder mantidas pelo homem. Em certa medida, introduz uma nova forma de olhar, de identificar os processos comunicacionais, através dos quais se desenham produtos comunicativos discriminatórios e excludentes. (VANIN E SOUZA, 2014, p.92).

Contudo, há indagações que permeiam a presença feminina no espaço político, como o suposto interesse apenas por questões de gênero, o que levaria a pensar unicamente em defesa

³¹ Lei eleitoral: <http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/lei-das-eleicoes/lei-das-eleicoes-lei-nb0-9.504-de-30-de-setembro-de-1997>

³² A lei 9504/97 estabelece o percentual para a candidatura apenas, não abrangendo a ocupação dos cargos políticos, por isso o número ainda reduzido de mulheres ocupando os respectivos cargos.

³³ Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-03/brasil-ocupa-115o-lugar-em-ranking-de-mulheres-na-politica> Acesso em 24/10/2017.

de si, agindo por interesse próprio. Mas, ao mesmo tempo, nem todas as mulheres, no caso, representantes do parlamento, são necessariamente defensoras das causas femininas. Vanin e Souza (2014) expõem claramente que isso vai depender da constituição do sujeito, sua classe social, etnia, faixa etária, entre outras questões que o constituem. (VANIN E SOUZA, 2014, p. 78-79).

Diante disso, procuramos fazer um breve relato sobre o percurso de Rousseff no intuito de situar-nos quanto ao objeto em análise, a primeira mulher eleita à presidência no Brasil.

De acordo com o site oficial do governo federal³⁴, Dilma Vana Rousseff nasceu em 14 de Dezembro de 1947, em Belo Horizonte, MG. Ela é filha de imigrante búlgaro, o advogado Pedro Rousseff e de Jane da Silva, que era professora, fluminense. Dilma é a filha do meio, tem dois irmãos, Igor e Zana.

Estudou no tradicional colégio de Minas Gerais, o Colégio Nossa Senhora de Sion, e, no ensino médio, estudou no Colégio Estadual Central. Aos 16 anos, Dilma Rousseff participou de suas primeiras lutas pela democracia, pela justiça social e desenvolvimento econômico do Brasil. Protestou contra o regime militar, mas acabou sendo presa. Durante esse período, Rousseff conheceu o advogado Carlos Franklin Paixão de Araújo, com quem teve um relacionamento de mais de 30 anos. Foi condenada pelo regime militar, ficando presa por quase 3 anos (1970-1972), no presídio Tiradentes, em São Paulo.

Quando saiu da prisão, foi morar em Porto Alegre (1973), onde cursou Economia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Em 1975, foi estagiária na Fundação de Economia e Estatística (FEE), concluiu seu curso de bacharelado em economia em 1977. No ano anterior, nasceu sua única filha, Paula Rousseff Araújo. Em 1990, voltou à FEE, como presidente da instituição.

Dilma Rousseff ajudou a fundar o Partido Democrático Trabalhista (PDT), no Rio Grande do Sul, no início da década de 1980, ao lado de Leonel Brizola, ex-governador na época. Passou pela Secretaria Municipal da Fazenda em Porto Alegre, e, posteriormente, assumiu, em 1993, a Secretaria Estadual de Energia, Minas e Comunicação. Iniciou seu doutorado em Economia na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em 1998, porém não chegou a concluí-lo.

No ano de 2000, Rousseff filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT). Em 2003, foi convidada por Luís Inácio Lula da Silva, então presidente, a se tornar ministra de Minas e Energia. Em 2005, foi nomeada chefe da Casa Civil, assumiu a direção de iniciativas

34 <http://www2.planalto.gov.br/presidencia/presidenta/biografia> Publicado em 01/01/2015. Acesso em: 01/04/2017.

estratégicas, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o programa de habitação popular *Minha Casa, Minha Vida*. Coordenou, ainda, a Comissão Interministerial, encarregada de definir as regras para a exploração das recém-descobertas reservas de petróleo na chamada Pré-Sal e integrou a Junta Orçamentária do Governo.

Em abril de 2010, deixou o governo para então se candidatar à presidência, como sucessora do Presidente da época, Luís Inácio Lula da Silva, popular Lula. No dia 31 de outubro de 2010, Dilma Rousseff, aos 63 anos, foi eleita Presidente da República Federativa do Brasil, com mais de 55,7 milhões de votos, o que representou 56,05% dos votos. Foi a primeira mulher a chegar ao Palácio do Planalto, como também a primeira mulher secretária da Fazenda de Porto Alegre, a primeira secretária estadual de Energia, a primeira ministra de Minas e Energia e a primeira chefe da Casa Civil.

Rousseff foi reeleita em 2014, mas não chegou a exercer todo o mandato, sofrendo processo de impeachment³⁵.

No Brasil, Dilma Rousseff foi a primeira e única mulher a ocupar o cargo de presidente do país, mas, outras mulheres no mundo também chegaram ao cargo máximo. Em meados do século XX algumas mulheres se destacaram:

[...] Indira Gandhi (primeira-ministra da Índia entre 1966 e 1977; 1980 e 1984), Golda Meir (primeira-ministra de Israel entre 1969 e 1974), Isabelita Péron (presidente da Argentina de 1974 a 1976), Margareth Thatcher (primeira-ministra da Inglaterra entre 1979 a 1990), Benazir Bhutto (primeira-ministra do Paquistão entre 1988 e 1990 e no período de 1993 a 1996), Corazón Aquino (presidente das Filipinas entre 1986 e 1992) [...]. (SENO, 2014, p. 16 e 17).

Nos anos seguintes, outras mulheres ocuparam o cargo de presidente ou primeira-ministra³⁶ no mundo:

[...] Ellen Johnson-Sirleaf [...] Presidente da Libéria (2005), Michele Bachelet³⁷ (Presidente do Chile de 2006 a 2010), Angela Merkel (atual chanceler da Alemanha desde 2005), Cristina Kirchner (Presidente da Argentina desde 2007, sendo reeleita em 2011), Laura Chinchilla Miranda, primeira mulher Presidente da Costa Rica (2010), Dalia Grybauskaitė, Presidente da Lituânia (2009) e Park Geun-Hye (desde

³⁵ O processo de impeachment de Dilma Rousseff iniciou em 2 de dezembro de 2015, com duração de 273 dias. O processo se encerrou em 31 de agosto de 2016, tendo como resultado a cassação do mandato, mas sem a perda dos direitos políticos de Dilma. Ela classificou como “golpe” a aprovação do impeachment e acusou o então vice-presidente, Michel Temer, e o ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha, de conspiração. Foram 61 votos favoráveis e 20 contrários no julgamento que ficará marcado na história do Congresso Nacional e do Brasil e na história da mulher.

Fonte: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil> Acesso em: 25/03/2017.

³⁶ Primeira-ministra é chefe do governo no regime parlamentarista.

³⁷ Michele Bachelet, foi reeleita em 2014, e o fim de seu mandato será em março/2018. Nas últimas eleições no Chile, em dezembro/2017, *Sebastián Piñera* foi eleito o novo presidente. Fonte: https://brasil.elpais.com/tag/michelle_bachelet/a Acesso em 06/01/2018.

fevereiro/2013 primeira mulher Presidente da Coreia do Sul) [...]. (SENO, 2014, p. 17).

Estas e outras mulheres marcaram não apenas a política de seus países, mas a história da mulher. Podemos ainda destacar: Kolinda Grabar-Kitarovic, eleita em 2015, a primeira mulher presidente da Croácia; Kamla Persad-Bissessar, primeira mulher a ocupar o cargo de primeira-ministra em Trinidad e Tobago (2010); Sheikh Hasina Wajed, primeira-ministra de Bangladesh, iniciou seu terceiro mandato em 2014; Atifete Jahjaga, a primeira mulher eleita presidente de Kosovo, em 2011³⁸.

Os Estados Unidos³⁹ estiveram próximos de eleger a primeira mulher à presidência do país. Nas eleições à presidência de 2016, Hillary Clinton foi candidata à sucessão de Barack Obama, aliás, Hillary foi a primeira mulher a se candidatar ao cargo. A candidata foi derrotada nas urnas por seu adversário, embora tenha superado o adversário no total de votos, mas a contagem é por colégio eleitoral. Donald Trump venceu em vinte e nove Estados, enquanto que a candidata venceu em vinte Estados e na capital federal.

Podemos observar que, algumas mulheres aqui citadas, que ocuparam cargos políticos relevantes, vieram de famílias de tradição política, outras foram esposas de políticos. Podemos inferir, que isso possa ocorrer devido à dificuldade em adentrar ao meio político, fazendo que, muitas utilizassem desse apoio inicial em suas carreiras. Outra hipótese, seria que a mulher ainda não tem a abertura necessária para adentrar o meio político, de modo que necessita de uma espécie de tutor, ou ainda, que estão ocupando esses cargos por conveniência, em uma espécie de acordo, por isso, sem grande expressão.

Outra reflexão que surge é com relação ao perfil das mulheres que chegam a ocupar um cargo político, ou mesmo cargos de chefia, em empresas públicas ou privadas, muitas se portam de modo masculinizado, no intuito de obter um respeito, ou consideração equivalente à destinada aos homens.

No entanto, indagamo-nos se essa postura seria realmente necessária caso existisse um maior número de mulheres nessa posição. Ou ainda, questionamos, se as próprias mulheres são levadas a pensar que uma liderança deva aparentar determinado estereótipo. O que podemos afirmar é que os discursos vão e vêm, e desse movimento decorrem os deslocamentos, de (des) construção e (re) construção, o sujeito é levado a significar, e, conseqüentemente, a produzir outros e novos sentidos.

³⁸ Fonte: BBC Brasil: www.bbc.com Acesso em: 06/01/2018.

³⁹ Fonte: *El País* https://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/09/internacional/1478660050_114058.html Acesso em 06/01/2018.

1.5 Políticas públicas na busca pela igualdade, inclusão e superação

Segundo Souza (2006), embora alguns autores definam políticas públicas como “a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos”, não se trata de algo relacionado apenas ao governo, podendo colaborar juntamente, grupos sociais e instituições. (SOUZA, 2006, p.24 e 25).

Considerada um ramo da ciência política, as políticas públicas, de acordo com Souza (2003), podem abranger outros campos, como a psicologia, a filosofia, a economia, a sociologia. Algumas definições sugerem que a função das políticas públicas é resolver problemas.

Sobre a criação de políticas públicas, conforme Souza (2006), estas, após serem elaboradas, dão origem aos planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Sendo implementadas, estarão sujeitas a um sistema de acompanhamento e avaliação e análises.

Em resumo, Souza (2003) define políticas públicas como:

[...] o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e/ou entender por que e como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real. (SOUZA, 2003, p. 13).

Em Pfeiffer (2011), vemos que as políticas públicas para o ensino, possibilitam a inscrição do sujeito na história. Assim, podemos inferir que esse pode ser um dos objetivos das políticas públicas em geral, a validação do sujeito, sua inclusão na história.

As políticas públicas são destinadas, a algum grupo, geralmente, para o desenvolvimento econômico, inclusão social, e, no caso das mulheres, além desses dois aspectos, ainda há a preocupação com relação à segurança. As principais políticas para a mulher⁴⁰ implementadas no governo Dilma foram: o programa Mulher: Viver sem Violência,

⁴⁰ Falaremos detalhadamente sobre cada um dos programas e leis citados, no capítulo seguinte, o capítulo três, onde iniciaremos as análises.

Rede Cegonha, Casa da Mulher Brasileira, Lei do Feminicídio⁴¹ e Cirurgia Reparadora pelo SUS⁴².

Importante salientar que, no governo de Rousseff, o programa Bolsa Família, criado em 2003, no governo Lula, destinado às famílias em condições de pobreza e extrema pobreza, foi mantido e integrado ao plano Brasil Sem Miséria, dando preferência à titularidade do cartão de benefício, à mulher. Do mesmo modo, o Minha Casa, Minha Vida, programa de financiamento de moradias para famílias de baixa renda, tem priorizado a escritura do imóvel em nome das mulheres. Seguido de outros programas, que embora não sejam específicos para mulheres, como o Pronatec⁴³, Fies⁴⁴ e Prouni⁴⁵, estão ligados à educação, e as mulheres já representam mais de 50% em todos eles. Outras políticas, também criadas no governo anterior, foram mantidas, dentre elas, o Ligue 180⁴⁶ e Lei Maria da Penha.

Com base nessa trajetória de lutas e conquistas das mulheres por uma maior representatividade, pautamos nossa pesquisa na questão das políticas públicas para a mulher, por meio dos programas sociais desenvolvidos em prol da mulher. Para isso, procuramos nos ater aos pronunciamentos de Dilma Rousseff durante seu mandato para que, por meio do aporte teórico da Análise do Discurso Francesa, possamos fundamentar as análises. Pretendemos interpretar o que foi dito, sem um esgotamento, buscando apreender o (s) sentido (s) produzido (s) por esses discursos, não de maneira horizontal como bem coloca Orlandi (1999) em seus

⁴¹ Projeto de Lei 8305/14 que tipifica o feminicídio como homicídio qualificado. Pela lei, aprovada em março e sancionada pela presidenta Dilma Rousseff, o feminicídio passa a ser considerado crime hediondo. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/05/secretaria-de-politicas-para-as-mulheres-completa-12-anos-de-conquistas-para-a-mulher-brasileira> Acesso em: 25/03/2017.

⁴² Lei que estabelece a oferta e a realização de cirurgia plástica reparadora de sequelas de lesões causadas por atos de violência contra a mulher pelo Sistema Único de Saúde (SUS). As regras estão presentes na Lei 13.239. São obrigatórias, nos serviços do SUS, próprios, contratados e conveniados, a oferta e a realização de cirurgia plástica reparadora de sequelas de lesões causadas por atos de violência contra a mulher. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/saude/2015/12/lei-garante-cirurgia-reparadora-a-mulher-vitima-de-violencia> Acesso em: 25/03/2017.

⁴³ Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego foi criado pelo Governo Federal, em 2011, por meio da Lei 12.513/2011, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pronatec> Acesso em: 20/06/2017.

⁴⁴ Fundo de financiamento estudantil, criado em 2001, é um programa do Ministério da Educação que visa financiar a graduação no ensino superior em instituições privadas conforme a Lei 10260/2001. Disponível em: <http://sisfiesportal.mec.gov.br/?pagina=fies> Acesso em: 20/06/2017.

⁴⁵ É um programa do Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal em 2004, que oferece bolsas de estudo integrais e parciais (50%) em instituições privadas de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior. Disponível em: <http://siteprouni.mec.gov.br/> Acesso em 20/06/2017.

⁴⁶ **Ligue 180 - Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência** – é um serviço de utilidade pública, para denúncias, gratuito e confidencial, oferecido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, desde 2005. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/ligue-180-central-de-atendimento-a-mulher> Acesso em 30/06/2017.

estudos “a Análise do Discurso não procura atravessar o texto para encontrar um sentido do outro lado, mas saber como ele significa”. (ORLANDI, 1999, p. 15-16).

As atuais conquistas femininas no mundo, conforme Alambert (2004), são resultados de uma longa história de lutas e resistências. Hoje, no Brasil, a mulher já ocupa cargos de destaque na vida pública, como por exemplo, no Legislativo, no Executivo, no Judiciário, nas polícias civil e militar, Forças Armadas, entre outros cargos que já foram exclusivos do homem. A autora ressalta que essa ascensão é um fenômeno novo, em desenvolvimento, entretanto, ainda não é predominante. (ALAMBERT, 2004).

Assim, procuramos tecer, neste capítulo, a trajetória da história da mulher, considerando os discursos que envolvem as questões femininas e como refletem nos pronunciamentos analisados neste trabalho. No capítulo seguinte, procuramos trazer a base teórica e metodológica que sustenta esta pesquisa, a saber, os conceitos basilares que conduzirão as análises.

Capítulo II - A ANÁLISE DO DISCURSO: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

*A palavra é o meu domínio sobre o mundo.
(Clarice Lispector, 1984).*

Com esses dizeres de Clarice Lispector refletimos sobre a palavra, que segundo Bakhtin/Volochinov (2006), é “o fenômeno ideológico”, carregada de sentidos, que se modificam de acordo com a realidade social, pois é na interação com o outro que ela produz sentido (s). (BAKHTIN, VOLOCHINOV 2006, p. 34). A palavra é um instrumento de poder, pois por meio da linguagem nos relacionamos, o que Bakhtin considerou como um fato social, ou seja, a linguagem está presente em todas as relações sociais, por isso ela é indício das transformações sociais. Segundo Bakhtin, “o signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes”. (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006, p. 45). É por meio dele que lutas são travadas, o signo é uma arena de lutas, confrontos sociais, onde minorias buscam ser ouvidas. Assim, o signo, ou a palavra, é marcado pela sua época e por um grupo social determinado.

Ao tratarmos sobre os discursos relacionados às políticas em favor das mulheres, notamos que em um mesmo discurso podem ocorrer contradições, no sentido de que a palavra pode produzir diferentes sentidos, dependendo da situação em que fora produzido. Nessa perspectiva, buscamos, em Bakhtin/Voloshinov (2006), a afirmação de que: “Um signo não existe apenas como parte de uma realidade, ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico”. (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2006, p. 30). Desse modo, diferentes sentidos e interpretações podem surgir de um único discurso, contudo não buscamos aqui alcançar o sentido “verdadeiro”, como coloca Orlandi (2015, p. 57), pois a língua(gem) não é transparente; nossa questão é “como este texto significa”. (ORLANDI, 2015, p. 16).

Com o objetivo de analisar os pronunciamentos de Dilma Rousseff, sob a perspectiva discursiva, trataremos, neste capítulo, dedicado à fundamentação teórica, os conceitos basilares que nortearam esta pesquisa. O nosso aporte teórico e metodológico é a Análise do Discurso de linha francesa, portanto, para contemplar as necessidades do objeto e à própria transdisciplinaridade, a AD propicia, desde a sua concepção (Linguística – Materialismo histórico – Psicanálise), uma interface junto a outros teóricos que, embora não sejam analistas do discurso, são estudiosos que trouxeram contribuições às análises. Desde a sua constituição, no final dos anos 1960, até os dias de hoje, a AD passou por diferentes momentos em sua história epistemológica, de modo que, foram incorporados conceitos de diferentes autores, como explica Gregolin (2016):

[...] os diálogos entre Pêcheux, Foucault e Bakhtin envolveram diferentes respostas à articulação entre teorias linguísticas, teorias do sujeito e teorias da história e da sociedade. Observando os distanciamentos e as aproximações entre essas diferentes formulações, perceberemos que o solo epistemológico da AD foi fertilizado pela interpretação que cada um desses autores fez daquilo que Pêcheux chamou de ‘tríplice aliança’, em torno de Saussure, Marx e Freud. (GREGOLIN, 2016, p. 35).

Assim, segundo Gregolin (2016), os “três Michéis” (Pêcheux, Foucault e Bakhtin), cada um com suas peculiaridades, integraram o projeto da AD francesa.

A seguir, traremos um breve histórico da AD, desde sua concepção até a terceira fase. Nisso, podemos observar os deslocamentos sofridos, como também, as convergências teóricas e as novas reflexões propostas a partir das ideias desses autores.

2.1 A Análise do Discurso e o (s) sentido (s)

Michel Pêcheux (1938-1983), filósofo que, no final dos anos de 1960, tendo como base, releituras de Saussure, Freud e Marx, desenvolveu a Análise do Discurso. Este foi, pois, um momento de ruptura com o estruturalismo, a linguística textual, marcado pelo encontro do estruturalismo e o marxismo com o objetivo de relacionar língua(gem) e história, dando origem a novas práticas de leitura em busca da construção do sentido. (GREGOLIN, 2004).

A AD sofreu um processo de construção e desconstrução, por isso, Pêcheux (1983)⁴⁷ afirma que a AD possui três fases. Conforme Maldidier (1993), a AD surgiu em meio ao auge do estruturalismo, momento em que a Linguística, ao ser reconhecida como ciência, tinha a perspectiva de avanços. Foi um período de novas descobertas, por exemplo, a gramática gerativa, e, concomitantemente, surgiu o marxismo de Althusser, dando abertura a reflexões acerca da ideologia, e, conseqüentemente, uma aproximação à psicanálise. Essa foi a base de constituição da AD: a releitura marxista de Louis Althusser, a psicanálise de Lacan e a linguística estrutural.

Conforme Gregolin (2004), Michel Pêcheux rompe com os formalismos vigente, e propõe a criação de uma disciplina “transversal” baseada na Linguística (Saussure), no Materialismo histórico (releitura marxista de Althusser) e na Psicanálise (Freud):

Essa *Tríplice Aliança* acompanha a construção de um projeto teórico de refações constantes e que visava à construção de uma *teoria materialista do discurso* aliada a

⁴⁷ Ver: A Análise de Discurso: três épocas (1983). In: Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. pg. 311-319.

um projeto político de intervenção na luta de classes, a partir da leitura althusseriana do marxismo-lenismo. (GREGOLIN, 2004, p. 53, grifos da autora).

Uma nova disciplina foi criada em meio a reflexões sobre as crises políticas ocorridas na França, entre as décadas de 1960 e 1970. Para Maingueneau (2015), este foi “um projeto marxista, cujo alcance é simultaneamente político e epistemológico”. (MAINGUENEAU, 2015, p. 19). Tratava-se, pois, de um método para análise do discurso. Desse modo, Pêcheux empreendeu a Análise do discurso (AD), a partir da sua tese e obra fundadora “*Analyse automatique du discours*”⁴⁸, defendida em 1968 e publicada em 1969, conforme Malidier (1993, p. 2). O dispositivo teórico criado por Pêcheux, o qual, denominou de “máquina discursiva”, tinha como características: corpus fechado, e condições de produção estáveis e homogênea (PÊCHEUX, 1983, p. 312). Nessa fase, o sujeito era visto como totalmente assujeitado, dominado pela ideologia. A alteridade discursiva era inexistente, pois, “a existência do outro está, pois, subordinada ao primado do mesmo”, conforme a autocrítica do autor. (PÊCHEUX, 1983, p. 313). Nessa fase embrionária, a AD abrangia “discursos mais estabilizados [...] pouco polêmicos [...] menor carga polissêmica, isto é, uma menor abertura para a variação do sentido, devido a um maior silenciamento do outro (outro discurso/ outro sujeito)”. (MUSSALIM, 2001 p. 129).

Mesmo assim, embora algumas lacunas precisassem ser preenchidas, ou modificadas, o empreendimento da Análise do discurso, conforme Malidier (1993) foi “certamente um acontecimento [...] a Análise do Discurso propôs aos linguistas um modo de abordagem da relação entre a língua e a história”. (MALDIDIER, 1993, p. 5).

Na segunda fase, conforme Gregolin (2004), por volta de 1975 a 1979, o período foi marcado por crises políticas e teóricas. Reformula-se o conceito de formação discursiva (FD), que segundo Pêcheux (1983), “não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente ‘invadida’ por elementos que vem de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais”. (PÊCHEUX, 1983, p. 314 grifos do autor).

Conforme Gregolin (2004), na segunda fase da AD, Pêcheux aproxima-se dos estudos da arqueogenealogia de Foucault, que pensa o sujeito como uma “construção histórica”; nessa fase, Pêcheux reformula o conceito de formação discursiva, aproximando-se das ideias de Foucault.

⁴⁸ Ver: Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Pontes, 1997, p. 61-151.

Desse modo, a noção de interdiscurso, o já dito, foi incluída. Quanto ao sujeito, este, continua assujeitado à FD a que pertence, contudo, começam a aparecer elementos indicadores de alteridade, isto é, a heterogeneidade constitutiva do discurso, por meio do pré-construído e do interdiscurso.

O terceiro momento, descrito por Pêcheux (1983), como terceira época, ou AD3, foi um período de desconstrução das maquinarias discursivas. O encontro de Pêcheux com historiadores (Robin, Guilhaumou, Cortine), (GREGOLIN, 2017, p. 46). Com isso, as leituras de Foucault trouxeram novas reflexões, como também, as noções de *acontecimento*, lugares enunciativos no fio intradiscursivo; memória discursiva e a heterogeneidade enunciativa, a partir do discurso do outro. Sobre o sujeito, nessa terceira fase, Pêcheux considera que:

[...] a insistência de um “além” interdiscursivo que vem, aquém de todo autocontrole funcional do “ego-eu”, enunciador estratégico que coloca em cena “sua” sequência, estruturar esta encenação [...] ao mesmo tempo em que a desestabiliza (nos pontos de deriva em que o sujeito passa no outro, onde o controle estratégico de seu discurso lhe escapa”. (PÊCHEUX, 1983, p. 316-317, grifos do autor).

Segundo Mالدیدier (1993), Pêcheux passa a considerar a singularidade do acontecimento discursivo. Sobre isso, a autora explica: “A AD, inclinada para a repetição, se interessava pela História com H maiúsculo, se interessava antes pelas estruturas que pelo acontecimento”. (MALDIDIÉ, 1993, p. 10). Nessa fase, ou, terceira época da AD, ou AD3, Gregolin (2016) considera que “a discussão da articulação entre discurso e história torna-se proeminente, trazendo com ela uma ampla reformulação que integra a noção bakhtiniana de *heterogeneidade*”. (GREGOLIN, 2016, p. 46 grifos da autora). A partir da releitura de Bakhtin, feita por Authier-Revuz, nasce a formulação dos conceitos de heterogeneidade; mostrada (marcada e não-marcada) e constitutiva. Desse modo, o sujeito já não se apresenta totalmente assujeitado, mas mostra-se dividido, disperso, atravessado pelo inconsciente. (CORACINI, 2003). A partir dessas mudanças, AD passou a apresentar corpus menos marcados, a saber, discursos menos estabilizados.

A AD passou por um processo de mudanças, deslocamentos teóricos que contribuíram para a evolução da teoria. Podemos observar que, esse processo não chegou ao fim, pois assim como os discursos são construídos historicamente, a disciplina também vem se constituindo em meio aos acontecimentos históricos, e às questões políticas. Desde o princípio, a AD se preocupou com a questão do sentido, uma vez que o sentido de uma palavra, ou de uma expressão, não é fixo, mas, são construídos historicamente, por meio dos discursos.

Portanto, nesta pesquisa, problematizamos questões referentes às políticas públicas em favor da mulher, tendo como base os pronunciamentos da ex-presidente Dilma Rousseff. Não pretendemos interpretar o que foi dito, mas analisar sua constituição para a produção de sentidos. Nessa perspectiva, elegemos a AD francesa como base teórica e metodológica, que, como vimos, possibilita a análise de discursos, mesmo que, heterogêneos e instáveis. Com base no referencial teórico apresentado neste capítulo, tecemos o nosso dispositivo, o qual, norteará nossas análises.

Logo, elencamos os seguintes conceitos: discurso, sujeito, ethos discursivo, ideologia, formação discursiva e interdiscurso. Esses serão os conceitos-chave para a análise dos dados desta pesquisa.

2.1.1. Sobre o discurso e as condições de produção

Falamos anteriormente sobre a importância da palavra, sem desprezar importantes conceitos trazidos por Saussure (1916), que, conquanto tenha apresentado uma linguística estrutural, partimos dela para avançarmos em novos estudos, como foi o caso da AD. Embora a teoria do signo⁴⁹ tenha alavancado os estudos linguísticos, percebeu-se que a língua(gem) está muito além dessas dicotomias.

Cardoso (2014) apresenta-nos uma interessante reflexão a respeito do discurso, explica que não pode ser confundido com a fala, e que a linguagem não é constituída apenas pela língua enquanto sistema, mas agrega outros elementos, sendo, portanto, “um lugar de investimentos sociais, históricos, ideológicos, psíquicos, por meio de sujeitos interagindo em situações concretas”. (CARDOSO, 2014, p. 21).

Segundo Orlandi (2015a), o discurso é a linguagem em prática, um objeto sócio-histórico, pois envolve o homem e sua história. Para Pêcheux (1997), o discurso é “efeito de sentidos entre locutores”, (PÊCHEUX, 1997, p. 82); (ORLANDI, 2015a, p. 20), ou seja, os efeitos de sentido (s) que são produzidos da interação entre os sujeitos.

Sob a perspectiva do discurso como acontecimento, segundo Pêcheux (1990), o discurso é produzido em um espaço de redes de filiações sócio-históricas de sentido, que surge como efeito dessas redes, podendo deslocá-las e/ou desestruturá-las, produzindo outros sentidos.

Um importante conceito na AD são as condições de produção do discurso (CP), elas são constituídas, segundo Orlandi (2015a), pelos sujeitos e pela situação. Desse modo, as condições

⁴⁹ Ver: SAUSSURE, Ferdinand. Curso de Linguística Geral.

de produção (CP) envolvem: o contexto imediato; quando atentamos para as circunstâncias da enunciação, e o contexto sócio-histórico e ideológico; em um sentido mais amplo. Por isso, nesta pesquisa, contemplamos o percurso histórico da mulher, como base histórica e social que depreende parte das condições de produção, bem como, os sujeitos envolvidos.

Essa é a noção de discurso que utilizaremos, visto que, conforme Orlandi (2015a), não é a fala, nem a língua, mas a linguagem em uso, e que envolve, pois, os sujeitos, a língua e as condições sócio-históricas de produção.

2.2 Sujeito e identidade

Se considerarmos o sujeito na primeira fase da AD, veremos que se apresenta como o indivíduo “interpelado” pela ideologia, é, pois, assujeitado; ele é falado. (MUSSALIM, 2001). Importante salientar, que tanto na primeira fase, quanto na segunda, o sujeito é predominantemente marcado pela ideologia. Em um terceiro momento da AD, também chamado de terceira fase, encontramos uma nova concepção de sujeito, marcado pela heterogeneidade. Esse sujeito descentrado, cindido, clivado, se constitui “no outro”, o que nos remete aos princípios da interação verbal em Bakhtin/Volochinov (2006). (MUSSALIM, 2001).

Pautada na perspectiva discursiva, com base na psicanálise lacaniana, e nos estudos de Foucault (2008), Coracini (2003, 2007) compreende o sujeito como “disperso, cindido, dividido e atravessado pelo inconsciente”. Esse sujeito é incompleto, constituído pelo outro, portanto, heterogêneo e polifônico⁵⁰. (CORACINI, 2003, p. 15 e 150). Nesse sentido, a autora afirma que o sujeito heterogêneo e polifônico é constituído por “vozes” que “emergem na sua fala” (CORACINI, 2007, p. 151). Sobre a polifonia, Bezerra (2016), apropriando-se das ideias de Bakhtin, explica: “A polifonia é aquela *multiplicidade de vozes e consciências independentes e imiscíveis* [...], cujas vozes não são meros objetos do discurso do autor, *mas os próprios sujeitos do discurso*”. (BEZERRA, 2016, p.198, grifos do autor).

Seguindo essa linha, consideramos os estudos de Authier-Revuz (1990), (2004) sobre a heterogeneidade. Embasada nas teorias do inconsciente, relacionando o sujeito e a linguagem com base em Freud e Lacan, a autora afirma que a heterogeneidade é o que constitui o sujeito e seu discurso com manifestações na língua. Essa heterogeneidade está também relacionada ao dialogismo apregoado pelo círculo de Bakhtin, e trata o discurso como produto do interdiscurso.

⁵⁰ Em seu livro sobre Dostoiévski (1929), Bakhtin (re) significou o termo polifonia, termo dantes utilizado na música, significa o conjunto harmônico de instrumentos ou vozes simultâneas. Ver: Introdução ao pensamento de Bakhtin.

Ambas as formas de heterogeneidade: a mostrada e a constitutiva, apontadas por Authier-Revuz (1990), (2004), indicam a presença do “outro” no discurso. A primeira é aparente, está na superfície do texto, divide-se em marcada e não-marcada, de acordo como se apresenta no discurso.

Denomina-se heterogeneidade mostrada e marcada quando as formas linguísticas estão presentes no discurso relatado: discurso direto e discurso indireto, aspas, glosas enunciativas, entre outras, visivelmente demarcadas no discurso. A negação, segundo Maingueneau (1997), é um exemplo de heterogeneidade mostrada e marcada, e destacamos aqui o tipo mais importante para a AD, que é a negação polêmica. Esse tipo de negação refuta outro enunciado em uma relação de contradição, consiste também em um caso de polifonia.

Já a heterogeneidade mostrada e não-marcada não é perceptível plenamente por suas formas linguísticas, a exemplo do discurso indireto livre, ironia, metáforas, jogos de palavras; é mais velada, podendo ser identificada por um conhecimento prévio. A heterogeneidade constitutiva não é explícita, pois é interna ao sujeito e ao discurso, como afirma Authier-Revuz (1990), ela é “não localizável e não representável”, estando em jogo “o interdiscurso e o inconsciente”. (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 32).

Ainda sobre o sujeito, Foucault (2008) postula-o como disperso, visto que pode ocupar diversos lugares, ou posições no enunciado. Nesse sentido, Orlandi (2015) define como sujeitos intercambiáveis. Exemplo disso, temos o sujeito “mulher”, que pode ocupar a posição de mãe, de esposa, filha, professora, governadora etc. Essa posição social, ou lugar social do sujeito produz diferentes sentidos.

Sobre essas questões, Freitas (2012) afirma:

[...] o sujeito discursivo é um sujeito social, apreendido em um espaço coletivo, não é um sujeito fundamentado na individualidade, mas um sujeito que tem existência em um espaço social e ideológico, em um dado momento da história e não em outro. (FREITAS, 2012, s/p).

O sujeito é cindido, pois é interpelado pela ideologia, embora inconsciente, o que o leva a pensar ser o criador de seu discurso. O sujeito não percebe a presença do outro em seu discurso, e isso é o que o faz acreditar ser o dono de seu discurso, o que Pêcheux (1995) definiu como “esquecimento”. (GUERRA, 2008, p.48-49). São dois tipos de esquecimentos postulados por Pêcheux (1995): o primeiro de natureza inconsciente e ideológica, o sujeito tem a ilusão de ser dono do seu discurso, apagando as filiações históricas de seus discursos, ou seja, as formações discursivas já existentes; o que nos remete aos estudos de Bakhtin (1997), ao afirmar que o sujeito não é dono e nem origem do seu discurso, o que este autor pontuou como o

discurso Adâmico. Nenhum discurso é inédito, mas é parte de algo que já foi dito. Tanto o sujeito, quanto o discurso são constituídos pelo outro, não partem de si mesmos. (BAKHTIN, 1997).

O segundo esquecimento é da ordem da enunciação, faz com que o sujeito tenha a falsa ideia de que o dito foi entendido, como se houvesse apenas uma forma de significar, por meio das escolhas feitas, ou melhor, por meio das palavras que utilizou e como utilizou, como se fossem a melhor escolha possível, e, conseqüentemente, produzindo o sentido esperado. (PÊCHEUX, 1995).

Desse modo, entendemos que o sujeito é constituído pelo outro, ou seja, por outras vozes e pela história, o sujeito é histórico, assujeitado, pois, pela ideologia e pelo social, haja vista que sua posição, seu lugar social faz com que produza determinados sentidos e não outro. Guerra (2008), em conformidade com os estudos de Pêcheux, reitera que o sujeito é atravessado pela ideologia e pelo inconsciente, portanto, esse sujeito é “cindido, clivado, descentrado”. (GUERRA, 2008, p. 46).

Assim, podemos concluir que o sujeito não é fonte ou origem do seu dizer, embora tenha essa ilusão, necessária para a produção dos sujeitos e dos sentidos. Visando reafirmar esse pensamento, buscamos em Orlandi (2015a):

É assim que suas palavras adquirem sentido, é assim que eles se significam retomando palavras já existentes como se elas se originassem neles e é assim que sentidos e sujeitos estão sempre em movimento, significando sempre de muitas e variadas maneiras. Sempre as mesmas, ao mesmo tempo, sempre outras. (ORLANDI 2015a, p.34).

Complementando, e reafirmando, sobre a constituição do sujeito, Orlandi (2015) vai dizer que este é “materialmente dividido desde a sua constituição: ele é sujeito de e sujeito à. Ele é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas”. (ORLANDI, 2015, p.46). Esta é a concepção de sujeito que adotamos como suporte analítico nesta pesquisa.

Com o intuito de melhor relacionar o conceito de sujeito ao corpus desta pesquisa, sobre a questão da mulher, como sujeito que requer seu espaço e assegurar seus direitos, buscamos relacioná-lo a outro conceito que está interligado, que é o de identidade.

Sobre a identidade, conforme os estudos de Coracini (2003), partindo da reflexão sobre o sujeito, que por ser heterogêneo, isto é, constituído pelo outro, comporta em seu discurso uma “multiplicidade de vozes”. (CORACINI, 2003, p. 240). Devido a essa inconstância, sua

identidade se torna complexa, de maneira que apenas momentos de identificação podem ser apreendidos.

Coracini (2003), em conformidade aos estudos de Hall (2011), concebe o sujeito como “fragmentado” (CORACINI, 2003, p. 271), isto é, não possui uma única identidade, mas várias. Segundo o filósofo Hall, o sujeito assume diferentes identidades, em diferentes momentos, e, por vezes, contraditórias e continuamente deslocadas.

Desse modo, a identidade do sujeito é marcada pela alteridade, de modo que suas palavras são as palavras do outro, derivam sempre de um já-dito, como afirma Authier-Revuz (1990): “Nenhuma palavra é “neutra”, mas inevitavelmente “carregada”, “ocupada”, “habitada”, “atravessada” pelos discursos nos quais viveu sua existência socialmente sustentada”. (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 27, grifos da autora).

Na perspectiva teórica da AD, as abordagens referentes à identidade do sujeito são basicamente as que trouxemos neste subitem, por meio dos estudos de Coracini (2003), visto que o sujeito se constitui na incompletude, na ilusão de controle do sentido, o qual não está posto de modo transparente, mas que é apreendido no fio do discurso.

2.2.1 O Ethos discursivo no discurso político

De acordo com Charaudeau (2008), a ação política determina e organiza a vida social com o intuito do bem comum. A linguagem está intimamente ligada a esse processo, já que é um espaço de representação, como também de discussão. O meio político, no caso, o poder administrativo, coloca o sujeito em uma posição de poder, ao mesmo tempo, que precisa legitimar ou manter essa posição de domínio. Desse modo, é por meio do ato comunicativo que a palavra servirá de intermédio em espaços de discussão, ação e persuasão. Sobre isso, Charaudeau (2008) explica:

O governo da palavra não é tudo na política, mas a política não pode agir sem a palavra: a palavra intervém no *espaço de discussão* para que sejam definidos o ideal dos fins e os meios da ação política [...] no *espaço de ação* para que sejam organizadas e coordenadas a distribuição das tarefas e a promulgação de leis, regras e decisões [...] a palavra intervém no *espaço de persuasão* para que a instância política possa convencer a instância cidadã dos fundamentos do seu programa e das decisões que ela toma ao gerir os conflitos de opinião em seu proveito. (CHARAUDEAU, 2008, p. 21, grifos do autor).

O dispositivo identitário no discurso político, segundo Charaudeau (2008), se desenvolve por meio de instâncias, pois são entidades representativas e não pessoas, que

ocupam papéis de acordo com seus atributos e funções: a instância política é a que realiza a ação política, toma as decisões; a instância cidadã faz a escolha dos representantes. A instância midiática faz a mediação entre as instâncias política e a cidadã, já a instância adversária representa a opinião de “uma parcela da opinião cidadã” e está em oposição à instância política. (CHARAUDEAU, 2008, p. 58).

As instâncias políticas e cidadã têm uma relação complexa, pois, embora o governante tenha chegado ao poder pela vontade dos cidadãos, estes desconhecem as regras de funcionamento da ação política e desejam ser atendidos, mas o governante precisa exercer suas ações dentro do que é possível, conforme as leis e as regras de funcionamento, por isso, procura convencer a instância cidadã da legitimidade de suas ações, como as melhores possíveis.

Portanto, para convencer a instância cidadã sobre a relevância de seus projetos e conseguir o apoio de um maior número de cidadãos, o político constrói para si uma dupla identidade discursiva; a primeira corresponde à ideologia e a outra está ligada à posição do sujeito no processo comunicativo, o lugar das estratégias. Desse modo, o político representa a voz do governo, como também, a voz do povo, e, ainda, a voz de um “ideal social”. (CHARAUDEAU, 2003, p. 80).

O discurso é considerado “político”, conforme Charaudeau (2008), devido à situação de comunicação e não simplesmente pelo conteúdo. Desse modo, o pensamento político não é exclusivo dos governantes ou de pensadores, pois se leva em conta a interação na produção do sentido. Nesse sentido, Charaudeau (2008) distingue três diferentes modos de produção do discurso político, o que chamou de lugares de fabricação do pensamento político: sistema de pensamento, ato de comunicação e comentário.

Como “sistema de pensamento”, o discurso político é uma atividade discursiva que busca fundar um ideal político em função de princípios e fundamentos. As filiações ideológicas surgem a partir dessas ideias. O segundo lugar de fabricação seria o “ato de comunicação”, que visa influenciar e convencer, para conseguir apoio. Geralmente, essa cena de comunicação se dá em aglomerações, comícios, debates, cerimônias, declarações televisivas, entre outros. Nesse lugar de produção do pensamento político, são utilizados diversos procedimentos retóricos, estratégias, no intuito de persuadir e construir imaginários de filiação comunitária, aliás, essa é a forma como abordamos em nossa pesquisa.

O último modo é o “comentário”, cuja finalidade não está voltada para o político, é na verdade um discurso a respeito do político. Engloba desde as conversas de bares, entre amigos ou em família, até a informação midiática, a mídia jornalística.

O político precisa conquistar não somente a confiança dos cidadãos, mas também a admiração, para que seu discurso seja aceito e seus propósitos possam ser estabelecidos. Desse modo, os discursos políticos são constituídos por argumentos da ordem da razão, para dar credibilidade, como também, argumentos ligados à emoção, no intento de despertar sentimentos e conquistar o seu interlocutor. Conforme Charaudeau (2008), baseado nas ideias de Foucault (2014), (2015), o discurso político é também uma relação que envolve poder, pois o político procura legitimar o seu poder por meio do discurso. Nesse sentido, Charaudeau (2008) afirma que o discurso político, na medida em que “se inscreve em uma prática social, circula em certo espaço público e tem algo a ver com as relações de poder que aí se instauram”. (CHARAUDEAU, 2008, p. 16). Isso reafirma as ideias de Foucault (2014), (2015), sobre as relações de poder que se desenvolvem por meio dos discursos.

Com isso, chegamos ao conceito de *ethos*, que, sob o viés discursivo, é diferente do *ethos* retórico de Aristóteles,⁵¹ embora tanto Maingueneau (1997), quanto Charaudeau (2008) tenham partido das ideias de Aristóteles para desenvolver a noção do *ethos* discursivo. Conforme a abordagem de Maingueneau (1993) e Charaudeau & Maingueneau (2016, p. 220), o *ethos* representa “a imagem de si que o locutor constrói em seu discurso para exercer uma influência sobre seu alocutário.”

Essa noção, conforme Maingueneau (1997) está ligada à cena da enunciação e corresponde ao enunciador e não ao sujeito propriamente. Para este autor, a noção é construída por meio do discurso e apreendida na interação comunicativa, isto é, a imagem não é do locutor, e sim, apreendida na formação discursiva.

A perspectiva de Charaudeau (2008) difere-se da reflexão de Maingueneau (1997) no sentido de que, para Charaudeau (2008) existe uma dupla identidade, de modo que, uma é a identidade social, que o legitima em função do papel atribuído na situação comunicativa; a outra é a identidade discursiva, uma imagem construída pelo próprio locutor em função do seu papel e das coerções impostas na situação comunicativa, estratégias que ele decide utilizar. Sobre esse aspecto, Charaudeau afirma: “O *ethos* relaciona-se ao cruzamento de olhares: olhar do outro sobre aquele que fala, olhar daquele que fala sobre a maneira como ele pensa que o outro o vê” (CHARAUDEAU, 2008, p. 115). De acordo com esse mesmo autor, a construção do *ethos* resulta de uma relação complexa, pois envolvem imaginários, expectativas, declarações verbais e comportamentos. Essa construção envolve uma tripla relação:

⁵¹ *Ethos* foi o termo utilizado nos estudos da Retórica, o termo grego pertence a tríade aristotélica: *logos*, *pathos*, *ethos*. *Ethos* referia-se às características e modos de se expressar que o locutor demonstrava ao seu auditório no intuito de persuadi-lo ou convencê-lo.

[...] entre *si*, o *outro* e um *terceiro* ausente, portador de uma imagem ideal de referência: o *si* procura endossar essa imagem ideal; o *outro* se deixa levar por um comportamento de adesão à pessoa a que ele se dirige por intermédio dessa mesma imagem ideal de referência [...]. (CHARAUDEAU, 2008, p. 137).

Desse modo, as representações do ethos no discurso político são concomitantemente dependentes da imagem de si mesmo, do cidadão a quem se dirige e dos valores de referência. Charaudeau (2008) define duas grandes categorias de ethos: o ethos de credibilidade e o ethos de identificação: “Os primeiros são fundados em um discurso da razão [...] os segundos, em um discurso do afeto”. (CHARAUDEAU, 2008, p. 118).

Conforme Charaudeau (2008), a credibilidade não está relacionada à identidade social do sujeito, mas é o produto de uma identidade discursiva construída pelo sujeito falante para ser “digno de crédito”. (CHARAUDEAU, 2008, p. 119). Os *ethé* de credibilidade compreendem: ethos de sério, ethos de virtude, ethos de competência.

O ethos de identificação é constituído por características pessoais que envolvem o caráter, o comportamento, declarações, relacionados à expectativa do cidadão, conforme os imaginários positivos ou negativos. Ao tentar convencer um maior número de indivíduos, visto que os grupos são heterogeneamente constituídos, o político em seu discurso se torna muitas vezes contraditório, pois procura mostrar-se agradável a todos, por exemplo, pode querer passar uma imagem de tradicional, mas também moderno. Os *ethé* de identificação englobam: o ethos de potência, o ethos de caráter, o ethos de inteligência, o ethos de humanidade, o ethos de chefe, o ethos de solidariedade, entre outros, que podem ser construídos conforme a necessidade no momento da enunciação.

As características dos *ethé* aqui apresentadas, tanto as do ethos de credibilidade, quanto as do ethos de identificação, foram identificadas nos discursos analisados nesta pesquisa, visto que são características do discurso político.

2.3 Ideologia – um conceito (re) significado

Como mencionado anteriormente, a AD parte do ponto de vista de que os sentidos não estão prontos, assim procuramos saber como as palavras, as frases, os enunciados produzem determinados sentidos e não outros. Para Orlandi (2015), isso é o que confirma a presença da ideologia.

O conceito de ideologia trazido por Althusser (2001), no livro “Aparelhos Ideológicos de Estado”, não é exatamente do concebido por Marx, pois para o autor de “O Capital⁵²”, ideologia representava um “sistema de ideias, de representações que domina o espírito de um homem ou de um grupo social” (ALTHUSSER, 2001, p. 81). Para Althusser (2001), a ideologia tem existência material e está presente sempre em um aparelho, ao que nomeou de AIE (Aparelhos Ideológicos de Estado), por exemplo, a igreja, a escola, a política, a família. Assim, as práticas dos indivíduos são reguladas, o sujeito não é dono do seu discurso, a ideologia “interpela-os” enquanto sujeitos, de modo a interferir em suas práticas, sem que tenha plena consciência disso, mas é levado a fazer por acreditar que é livre para tal. (ALTHUSSER, 2001, p. 88). No caso, esse indivíduo que é “interpelado” pela ideologia, é o indivíduo biológico, que ao ser indagado pela ideologia, transforma-se em sujeito do discurso, um sujeito de natureza ideológica.

Desse modo, também contradizendo a visão marxista de ideologia, Cardoso (2014) afirma que nem sempre as questões ideológicas envolvem classes sociais – no sentido de baixa, média ou alta - mas podem relacionar-se a posições de grupos sociais, como por exemplo grupos feministas, ou étnicos, não envolvendo, portanto necessariamente, classe social, contudo também presume luta, divergência. O termo ideologia, segundo Brandão (2012), tem uma carga semântica negativa na concepção de alguns filósofos, devido sua ligação ao marxismo, que se referia somente à ideologia da classe dominante.

A ideologia, segundo Orlandi (2015), é “a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos” (ORLANDI, 2015, p.44). A ideologia transforma o indivíduo em sujeito, e esse sujeito, abalado pela ideologia, produz o dizer, e, por fim, sentidos.

A ideologia, por sua vez, [...] não é vista como conjunto de representações, como visão de mundo ou ocultação da realidade. Não há aliás realidade sem ideologia. Enquanto prática significativa, a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e a com a história para que haja sentido. E como não uma relação termo-a-termo entre linguagem/mundo/pensamento essa relação torna-se possível porque a ideologia intervém com seu modo de funcionamento imaginário. (ORLANDI, 2015 p.46)

Outro ponto importante com relação à ideologia é o que Fiorin (1998) vai abordar em relação à linguagem e à ideologia. A linguagem é uma instituição social, que veicula ideologias, portanto o linguista considera o fato de utilizarmos um termo masculino quando nos referimos a algo genérico, por exemplo, quando me refiro aos alunos, cidadãos, brasileiros;

⁵² Obra de Karl Marx (1818-1883) que trata do capitalismo.

provavelmente, possa estar relacionado a fatores sociais de uma sociedade em que a figura do homem tem maior prestígio, afetando a constituição do signo, e, conseqüentemente, no discurso, em outras palavras, é a ideologia intervindo no discurso. (FIORIN, 1998).

Atrelada aos estudos de Bakhtin, Brandão (2012) afirma que “a linguagem é lugar de conflito, de confronto ideológico”. (BRANDÃO, 2012, p.11). Bakhtin apoia seu conceito de ideologia sobre o signo: “O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006, p. 30). Segundo o autor, a ideologia é um “reflexo das estruturas sociais” (idem, p. 16). Por conseguinte, essa ideologia produzirá sentidos que “refletem e refratam” a realidade. Os sentidos não são estáticos, como o signo também não o é: “Um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico etc.” (idem, 2006, p. 30). Esse é o papel da ideologia na produção de/o sentido.

Em consonância com as ideias apresentadas por Bakhtin sobre o papel da ideologia sobre o signo, Pêcheux (1995) afirma que:

[...] as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas [...] nas quais essas posições se inscrevem. (PÊCHEUX, 1995, p.160).

Como reflexão do papel da ideologia sobre o sujeito, e de como isso afeta seus discursos, recorreremos à questão dos discursos vinculados ao meio político, religioso e familiar, em que o sexismo aparece às vezes mascarado por discursos aparentemente éticos, e que a mulher acaba sendo reprimida ou subjugada. Desse modo, compreendemos que ela é necessária na relação entre o sujeito e a língua(gem), e que, ligada ao histórico, reflete, pois, a realidade social, que se materializa nos discursos.

2.4 Formação Discursiva

Segundo o dicionário de Análise do Discurso, o termo “formação discursiva” (FD) foi criado por Foucault (1969) em seu livro “A arqueologia do saber”. Posteriormente, Pêcheux o teria reformulado e introduzido o conceito à AD. (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2016, p.240-241). Contudo, Baronas (2004) salienta que o termo já havia sido enunciado anteriormente, em 1968, em um artigo de Pêcheux e Fuchs, em data anterior à Arqueologia do saber.

Na concepção foucaultiana, as FD (s) compreendem um conjunto de enunciados que podem ser associados a um mesmo sistema de regras. Foucault (2008) considera que:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva*. (FOUCAULT, 2008, p.43, grifos do autor).

Nessa perspectiva, Foucault (2008) argumenta que as FD compreendem tanto as regularidades, quanto as dispersões em um discurso, portanto, ela não é um sistema fechado. Podemos citar como exemplo, a presente pesquisa: ao tratarmos de um determinado tema, como: políticas públicas para mulher; inúmeras formações discursivas podem aparecer; como feminismo, violência, aborto, saúde, empoderamento, enfim, diversas formações dentro de uma mesma formação discursiva.

Sobre a importância das FD (s) e sua implicação na constituição do (s) sentido (s), Pêcheux (1995) explica que o sentido de uma palavra, ou de uma expressão, não existe em si mesma, mas é determinado por posições ideológicas ligadas ao processo sócio-histórico. É aí que entra o papel da FD, pois está ligada à ideologia e apoiada a conceitos teóricos do “marxismo althusseriano”, que considera a relação entre classes sociais e formação de “posições políticas e ideológicas” organizadas em “formações” no processo de constituição de/o sentido. (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2016, p.241).

Coracini (2007) observa que enquanto Pêcheux vê as FD sempre existindo historicamente no interior das relações de classes sociais, Foucault relaciona as FD com as formações sociais, mas não considera a divisão de classes.

Desse modo, Pêcheux define as FD: “Chamaremos, então, *formação discursiva* aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* [...]. (PÊCHEUX, 1995, p.160, grifo do autor). O que implica em dizer que as palavras, expressões, ou proposições constituem um sentido de acordo com a FD a que pertencem, desse modo, uma mesma palavra pode significar de modo diferente se estiver em uma determinada FD, ou outra:

[...] se uma mesma palavra, uma mesma expressão e uma mesma proposição podem receber sentidos diferentes – todos igualmente “evidentes” – conforme se refiram a esta ou aquela formação discursiva, é porque [...] uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem um sentido que lhe seria “próprio”, vinculado a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva. (PÊCHEUX, 1995, p.161).

Portanto, conforme Orlandi (2015a), é a partir da FD que o sujeito produz um sentido e não outro, pois no discurso, as FD representam as formações ideológicas, ou seja, ela representa a ideologia. A formação discursiva, com base em Mussalim (2001), não é homogênea, nem fechada, seu espaço é atravessado por elementos de outras formações discursivas. A FD é constituída por paráfrases, a saber, diferentes formas de dizer o mesmo, contudo ao (re)dizer, essa (re)construção possibilita novos sentidos, o que chamamos de polissemia.

Destarte, Orlandi (2015) argumenta que as palavras conversam entre si, pois sempre são parte de outro discurso; dizeres presentes e dizeres de memória. Chegamos assim, a outro importante conceito: o interdiscurso.

2.5 O interdiscurso

Segundo o “Dicionário de Análise do Discurso”, o interdiscurso está para o discurso, assim como o texto para o intertexto. O interdiscurso tanto pode pertencer a um mesmo campo discursivo, ou não; ele advém de discursos anteriores, de mesmo gênero ou não. (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2016, p.286).

No âmbito conceitual da AD, segundo Guerra (2008), o discurso é constituído a partir do interdiscurso, pois todo discurso produz sentidos a partir de outros sentidos, ou seja, de sentidos já cristalizados e legitimados na sociedade. Esses sentidos são a memória discursiva e renascem no intradiscurso. Importante salientar que nos discursos sobre a mulher, encontramos diversos interdiscursos, suscitados por meio da memória discursiva. Nos discursos feministas, por exemplo, podemos observar que esses discursos remetem a outros discursos, de formações discursivas diferentes e ideologias contrárias ou não, e isso é o que faz produzir diferentes sentidos.

A memória a que nos referimos em AD é a memória discursiva, diferente da noção de memória da Psicologia. Essa memória está ligada ao domínio do discurso, pois ela produz efeitos de sentidos, diz respeito a existência histórica do enunciado, situado na prática discursiva, em que o sentido é historicamente construído, nessa relação do sujeito com a linguagem. Nesse sentido, Brandão (2012) considera que “Esses efeitos de memória tanto podem ser de lembrança, de redefinição, de transformação quanto de esquecimento, de ruptura, de denegação do já-dito”. (BRANDÃO, 2012, p. 99).

Sobre a denegação, Coracini (2003) explica que é uma forma de dizer a verdade que está no inconsciente. Ao negarmos determinado dizer, podemos estar afirmando um desejo

reprimido, o que pode ser apreendido no fio intradiscursivo. Nesse sentido, a denegação é considerada como “marca recuperada no fio intradiscursivo” (CORACINI, 2003, p. 291) que aponta para o exterior constitutivo, a saber, o interdiscurso.

Orlandi (2015) afirma que “o interdiscurso disponibiliza dizeres, determinando, pelo já-dito, aquilo que constitui uma formação discursiva em relação a outra” (ORLANDI, 2015, p. 41). Isso quer dizer que os discursos são constituídos por outros discursos e que o interdiscurso não compreende apenas uma FD, mas a interação entre diferentes FD. Cardoso (2014) considera que esse já-dito pode ser renovado, produzindo novos dizeres e, conseqüentemente, novos sentidos. De outra maneira, teríamos que estar sempre construindo dizeres novos, o que nem sempre é possível, embora o discurso seja único, devido a suas peculiaridades.

Ao (re)produzir um discurso, esse discurso não nasce do sujeito, mas é constituído a partir de outros discursos, outras vozes, já ditos e esquecidos, existindo, pois, uma escolha, consciente ou não, de alguns sentidos dentre outros, que são esquecidos, ou apagados. É assim, nesse jogo de memória e esquecimento, imbricado pela historicidade, que o sentido é construído. Nesse sentido, Coracini (2011) afirma que

[...] a memória discursiva é constituída de esquecimentos [...] a memória discursiva diz respeito à existência histórica do enunciado no seio de práticas discursivas, já que o sentido é sempre construído na historicidade, que marca a relação do homem com a linguagem. (CORACINI, 2011, p.33).

2.6 O silêncio, o dito e o não dito

A questão do silêncio chamou-nos a atenção devido ao nosso objeto em análise requerer essa reflexão. Para compreendermos o silêncio sob o viés discursivo, partimos da ideia de que o dizer está relacionado ao não dizer. Orlandi (2015) menciona o importante estudo de Ducrot (1972) que considera as diferentes formas do não-dizer: o pressuposto e o subentendido; o primeiro está no nível da linguagem e o outro, apreendido no contexto. (ORLANDI, 2015, p. 80). A teoria citada aplica-se ao campo da semântica argumentativa. No campo da AD, considera-se que no dizer existe um não-dizer, ou seja, quando eu digo algo, deixo de dizer outra coisa, para significar. Essa relação envolve o interdiscurso, a ideologia e a formação discursiva na produção de sentido.

Na AD, outra forma de trabalhar o não-dito é trazida por Orlandi (2015b) que vai tratar do silêncio, conceituando-o como “fundante”. O silêncio é fundador, no sentido de que o

discurso parte do silêncio. A autora também discorre sobre os tipos de silêncio, diferenciando-os:

[...] a) o silêncio fundador, aquele que existe nas palavras, que significa o não-dito e que dá espaço de recuo significante, produzindo as condições para significar; e b) a política do silêncio, que se subdivide em [...] silêncio constitutivo, o que nos indica que para dizer é preciso não-dizer (uma palavra apaga necessariamente as “outras” palavras); e [...] o silêncio local, que se refere à censura propriamente [...]. (ORLANDI, 2015b, p.24, grifo da autora).

Segundo essa autora, o silêncio não é o espaço vazio, não é necessariamente a ausência das palavras, pois muitos discursos são na verdade silenciados, fazendo com que não se fale o que realmente queira dizer, na verdade, é dito aquilo que se pode dizer. Assim, como, na história das mulheres, sua presença foi muitas vezes mascarada, seus discursos foram silenciados. Ainda hoje, em muitos aspectos, a mulher ainda se faz calar, como na política por exemplo, sua baixa representatividade, é também um silenciamento. Há ainda no meio feminino muitos discursos contidos, “as palavras vêm carregadas de silêncio”. (ORLANDI, 2015b, p. 102).

Nessa perspectiva, Coracini (2003) considera que na ordem do discurso, define-se aquilo que pode ser dito, a fim de evitar que “o não-desejável entre em cena” (CORACINI, 2003, p. 189). De acordo com a base teórica da AD, o discurso é uma construção histórica e ideológica, sob esse viés, esse discurso refutado é na verdade, uma manobra para tentar apagar uma história, uma ideologia. Sob a perspectiva do silenciamento, Coracini (2003) remete-nos aos estudos de Foucault (2015) com relação ao poder, pois segundo o filósofo, a estabilização das relações sociais, isto é, o controle dos discursos, é uma forma de manter a estabilidade das relações de poder, no intuito de assegurar o controle sob determinado grupo.

Portanto, os conceitos aqui apresentados, servirão de suporte para as análises pretendidas mediante as considerações, tanto do primeiro capítulo, em que procuramos traçar um percurso histórico e político do papel da mulher na sociedade, bem como sua representação nas políticas públicas, quanto as que se encontram neste capítulo, em que trouxemos como aporte teórico-metodológico, os conceitos basilares da AD de linha francesa. Por conseguinte, o próximo capítulo será dedicado às análises, tendo a questão do sujeito feminino e sua representação no governo de Dilma Rousseff, mediante seus programas sociais, originários das políticas públicas do referido governo.

Capítulo III - A REPRESENTAÇÃO DO SUJEITO FEMININO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER

Empreender a análise do discurso significa tentar entender e explicar como se constrói o sentido de um texto e como esse texto se articula com a história e a sociedade que o produziu. O discurso é um objeto, ao mesmo tempo, linguístico e histórico; entendê-lo requer a análise desses dois elementos simultaneamente. (GREGOLIN, 1995, p. 20)

Segundo Foucault (2014), todo discurso envolve poder, de modo que todos os discursos tentam impor verdades sobre determinado assunto, ou determinada área de conhecimento. O discurso político não é diferente, ele se inscreve em uma prática social, e permeia por um espaço público onde se estabelecem as relações de poder.

Conforme discorremos no capítulo anterior, no início do desenvolvimento da AD, o *corpus* era mais fechado, no sentido de ser mais homogêneo. O discurso político foi bem estudado na época, mas sob o viés do materialismo histórico e da teoria da ideologia com base em Althusser (2001). Atualmente, os estudos desenvolvidos sobre o discurso político na AD abrangem outros aspectos além dos citados anteriormente, outras abordagens, como a que propusemos a fazer nesta pesquisa, em que procuramos apreender os sentidos da representação do sujeito feminino nos pronunciamentos de Dilma Rousseff.

Sobre o discurso político e o seu estudo por meio da linguagem, Charaudeau (2008) considera que:

A política depende da ação e se inscreve constitutivamente nas relações de influência social, e a linguagem, em virtude do fenômeno de circulação dos discursos, é o que permite que se constituam espaços de discussão, de persuasão e de sedução nos quais se elaboram o pensamento e a ação políticos. A ação política e o discurso político estão indissociavelmente ligados, o que justifica pelo mesmo raciocínio o estudo político pelo discurso. (CHARAUDEAU, 2008, p. 39).

Neste capítulo, dedicado às análises, consideramos relevante tecer algumas considerações prévias sobre a elaboração do *corpus* e os recortes realizados, pois são processos fundamentais para se chegar às análises. Todo um percurso foi traçado para que chegássemos até aqui. Para a AD, esse caminho é de extrema importância, uma vez que o dispositivo teórico é que dá o suporte para a realização das análises, de modo que, segundo Orlandi (2015a), a intervenção teórica é constantemente necessária, e o resultado obtido é, no entanto, a apreensão dos processos de produção de sentidos e da constituição dos sujeitos.

Ao nos propormos a analisar os pronunciamentos da ex-presidente Dilma Rousseff, tendo como base seus programas sociais, ou seja, as políticas em favor da mulher, tema dessa pesquisa, buscamos no site oficial da presidência os respectivos pronunciamentos. Em um primeiro momento, selecionamos quinze pronunciamentos, datados do início do primeiro mandato, em 2011, até o término (interrompido pelo *impeachment*) em 2016. Todos os pronunciamentos selecionados tratavam de políticas públicas para a mulher, seja em lançamento de algum dos programas, promulgação de leis, ou ainda, cerimônias comemorativas ao dia da mulher. Após repetidas leituras, observamos que alguns pronunciamentos eram muito parecidos, de modo que, para evitarmos repetição sem acréscimo de sentido, optamos por nove pronunciamentos, os quais, abrangem todos os programas sociais desenvolvidos em prol da mulher, como também programas que já existiam e que foram modificados em benefício da mulher.

Em outro momento, iniciamos a etapa de recortes, e, inicialmente selecionamos trinta e três enunciados, classificando-os conforme o programa social e o sentido produzido pelo respectivo programa social. Ao final, selecionamos mais sete enunciados, devido sua relevância e incidência observada em quase todos os discursos, esses enunciados tratam da violência contra a mulher, totalizando quarenta enunciados.

Desse modo, selecionamos os seguintes tópicos: Discurso sobre a mulher – mãe e esteio da família; Bolsa Família e Rede Cegonha; Discurso sobre empoderamento – a autonomia como degrau de ascensão: Fies, Pronatec, Prouni e Minha Casa, Minha Vida; Discurso sobre a violência contra a mulher: Casa da Mulher Brasileira, Cirurgia Plástica Reparadora para mulheres vítimas de violência, Lei do Feminicídio, Lei Maria da Penha e Mulher Viver Sem Violência; Violência contra a mulher – a prática de uma ideologia.

3.1 Discurso sobre a mulher – mãe e esteio da família

A representação discursiva da mulher nos pronunciamentos relacionados aos programas sociais Bolsa Família⁵³ e Rede Cegonha⁵⁴ produz o sentido de representação da mulher enquanto mãe e responsável pelos cuidados dos filhos.

Dilma procura passar a ideia de empoderamento em relação ao benefício do Bolsa Família, entretanto atravessada pela ideologia, os sentidos lhe escapam, outros sentidos, podemos entrever, assim como explica Orlandi (2015a): “É porque a língua é sujeita ao equívoco e a ideologia é um ritual com falhas que o sujeito, ao significar, se significa” (ORLANDI, 2015a, p. 35). Desse modo, acaba por produzir outros sentidos, às vezes não o desejado, mas que acabam transparecendo por meio de seu inconsciente, a ideologia, fala mais alto. Podemos apreender nos enunciados que foram listados, sobre o Bolsa Família, que o sentido produzido é de que a mulher é a principal responsável pelo cuidado e formação dos filhos.

O programa Rede Cegonha, que tem por objetivo o auxílio às mulheres gestantes e à criança nos primeiros anos de vida, é explícito quanto a representação do sujeito feminino enquanto mãe, pois trata especificamente da mulher gestante e da criança.

(01)[...] “o Bolsa Família, o principal instrumento de distribuição de renda deste país, ele é recebido pelas mulheres. É o **reconhecimento** de que a mulher não pega o **seu** dinheiro e deixa **seu** filho passar necessidade”. (ROUSSEFF, 2011, linhas 105-107, grifos nossos).

⁵³ O programa Bolsa Família foi criado em outubro de 2003, pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva. Trata-se de um programa de transferência de renda, visando à retirada de famílias da condição de pobreza e extrema pobreza. O programa social que oferece um benefício mensal às famílias carentes é um pequeno auxílio em dinheiro para que os beneficiários tenham uma possibilidade de melhora em sua alimentação e saúde. Têm direito ao benefício as famílias que possuem em suas composições familiares crianças e/ou adolescentes com idade limite de até 17 anos, que frequentam a escola regularmente e/ou gestantes. O benefício é pago por pessoa, tendo um valor fixo para a mulher gestante, para crianças e adolescentes. Nos casos de extrema pobreza, é pago um valor extra, por família. Desde 2011, no governo de Rousseff, o Bolsa Família passou a integrar o plano Brasil Sem Miséria, plano que reuniu diversas iniciativas para permitir que as famílias deixassem a extrema pobreza, com acesso a direitos básicos e a oportunidades de trabalho e de empreendedorismo. O cartão que dá direito ao benefício tem cerca de 93% de titularidade feminina. Fonte: Ministério do desenvolvimento social <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e> Acesso em 20/06/2017.

⁵⁴ Rede Cegonha é uma rede de cuidados que tem como objetivo garantir à mulher o direito ao planejamento reprodutivo, a atenção humanizada à gravidez, parto, abortamento e puerpério, bem como os cuidados e direitos da criança até os dois anos de idade. Foi criada pelo Governo Federal em 2011, visa ao aumento de incidência do parto normal, prevê visitas domiciliares à gestante nas últimas semanas de gestação e uma semana após ao parto para auxílio, orientações e cuidados. Fonte: <http://www.brasil.gov.br/saude/2015/03/rede-cegonha-oferece-atendimento-humanizado-para-gestantes> Acesso em 13/01/2018.

O discurso político visa convencer o cidadão de que as ações praticadas pelo governo são necessárias, e que foram, ou estão sendo, bem executadas. Podemos observar nesse enunciado, que Dilma cita o programa Bolsa Família e o qualifica como “o principal instrumento de distribuição de renda”, no sentido de reafirmar a relevância dessa ação do governo.

O “reconhecimento” que aparece no enunciado (01), tem como base a mulher que é mãe, por isso, ela usará o benefício em prol de seus filhos. Isso mostra que a mulher é reconhecida socialmente como mãe, seu papel na sociedade, como aquela que deve prover as condições necessárias a seus filhos, e estes são de sua responsabilidade. Destaca-se aí o uso do pronome possessivo “seu”, referindo-se ao dinheiro e ao filho, possui posse/poder, no caso representado pelo “dinheiro”, contudo, é o filho que será beneficiado, pois ele é a sua extensão.

Em: “a mulher não pega o seu dinheiro e deixa seu filho passar necessidade”, confirma-se a ideia de que a mãe, como provedora de sua prole, abdica-se dela mesma, para atender a seus filhos. Ela não deixa seu filho passar necessidades, historicamente, o pai deixa, ou pode deixar seu filho passar necessidade; é o não dito, que segundo Orlandi (2015a), “[...] é subsidiário ao dito. De alguma forma, o complementa [...] ao longo do dizer, há toda uma margem de não-ditos que também significam”. (ORLANDI, 2015a, p. 81).

(02) “Todos os programas sociais do governo têm o pressuposto de que a mulher é, **cada vez mais, uma protagonista de sua própria vida** e de sua própria história, além disso, de ser uma das maiores responsáveis pelo suporte à família. Por isso, 93% dos cartões do Bolsa Família foram emitidos em nome das mulheres, que **sempre** se mostraram **mais** zelosas no cuidado da família e do orçamento doméstico pela própria forma como a organização social ocorre”. (ROUSSEFF, 2012, linhas 137-142 grifos nossos).

No enunciado (02), Rousseff afirma que “a mulher é, cada vez mais, uma protagonista de sua própria vida e de sua própria história”, a expressão “cada vez mais” pode indicar progressão temporal, e nos remete ao percurso que a mulher vem traçando em sua história de luta, dando a ideia de conquista. “Protagonista”, segundo o dicionário Houaiss, é aquele que tem papel de destaque, o papel principal. No início do recorte 02, a afirmação: “todos os programas sociais do governo têm o pressuposto de que a mulher é, cada vez mais, protagonista de sua vida”, conduz à expectativa de que os programas sociais dariam suporte para essa mudança. Embora, em seus discursos, Rousseff tenha procurado dar destaque à igualdade da mulher e do fim do preconceito, os sentidos escapam, apontando para a ideologia que atravessa o sujeito e materializa-se nos discursos.

O conectivo “Por isso” tem o sentido de explicação, conclusão, é usada para justificar a ação praticada. Dilma procura não apenas divulgar os programas sociais de seu governo, mas promover suas ações, mostrando como tem ajudado a mulher e que suas ações merecem confiança, exaltando o seu governo, como aquele que mais trabalha em prol das mulheres.

Contudo, a mulher ainda é vista como aquela que cuida dos filhos e da casa, mesmo pelo governo que prometeu, desde o início, honrar e proteger seus direitos. Podemos observar essa representação em: “**sempre** se mostraram **mais** zelosas no cuidado da família e do orçamento doméstico”. Atentamos para o advérbio “sempre”, que remete à ideia de que a mulher foi e ainda continua sendo aquela pessoa sensível, e que esse “zelo” é algo natural, e não algo que foi instituído. O advérbio “mais” instala a comparação, pois é utilizado para a qualidade da mulher “zelosa”, no caso, tem o sentido de que ela é “mais” zelosa que o homem, novamente constatamos a presença do “não-dito”. Ratificando, assim, a mulher como líder do lar, sendo os serviços domésticos e a criação dos filhos a sua principal função.

O sujeito enunciador, no caso, Dilma, se mostra um sujeito heterogêneo, marcado pela incompletude, ao mesmo tempo em que concebe a figura da mulher como “protagonista”, em seguida, lhe confere o papel dos cuidados domésticos. Sobre isso, Coracini (2003) afirma que

[...] por ser heterogêneo, a autonomia do sujeito é uma ilusão, pois ele não é dono absoluto do seu dizer, assim como lhe escapa o controle dos efeitos de sentido que seu dizer causa, já que as palavras são sempre, e inevitavelmente, as palavras do outro. As palavras vêm sempre de um já-dito na fala do outro. (CORACINI, 2003, p. 271).

Ao afirmar que a mulher terá prioridade em receber o benefício, para que continue a cuidar da família, e do orçamento doméstico, pois este tem sido, até hoje, o papel que lhe fora conferido, Dilma é atravessada pela ideologia e pelo inconsciente. Isso é reafirmado no seguimento “pela própria forma como a organização social ocorre”, uma vez que a sociedade ainda está organizada segundo o modelo patriarcal, em que a participação feminina restringe-se ao lugar social de mãe e dona-de-casa. Isso nos remete também aos dizeres de Fiorin (1998) sobre a ideologia:

[...] ela é uma visão de mundo, ou seja, o ponto de vista de uma classe social a respeito da realidade, a maneira como uma classe ordena, justifica e explica a ordem social [...] é constituída pela realidade e constituinte da realidade. Não é um conjunto de ideias que surge do nada. (FIORIN, 1998, p. 29-30).

De acordo com Bakhtin/Volochinov (2006, p. 16), a ideologia é um “reflexo das estruturas sociais”. Desse modo, a representação mais forte que fica do enunciado (02) é o da

responsabilidade pelos cuidados da casa e dos filhos, como ação inerente ao sujeito feminino, a mulher sempre ocupa o lugar de sujeito cuidador, aquele que cuida da casa, dos filhos, do marido...

(03) “**Nós** sabemos também que há uma crescente presença das mulheres quando se trata da formação de universitários no Brasil. **Nós** sabemos que também, junto com essas, há milhares de mulheres sem voz e que sofrem de extrema pobreza. Então, **nós temos esses dois lados: mulheres em extrema pobreza**, porque o objetivo do programa Brasil sem Miséria está focado no fato que **nós** sabemos por dados inclusive do Censo, a presença massiva de mulheres na condição dos brasileiros mais carentes deste país. Mas, ao mesmo tempo, **nós** sabemos também que essa sociedade complexa, que é a brasileira, tem uma presença crescente das **mulheres, que estão lutando por suas oportunidades**”. (ROUSSEFF, 2012a, linhas 215-222, grifos nossos).

O uso do pronome pessoal “nós”, utilizado diversas vezes no enunciado (03) demonstra que Dilma está falando em nome dela e do seu governo, a fim de obter a aprovação dos cidadãos, já que o discurso político tem essa finalidade. Portanto, Dilma procura convencer os seus interlocutores sobre a pertinência das ações realizadas pelo programa.

Notamos que duas diferentes situações são apresentadas no enunciado (03). Por um lado, as mulheres em ascensão por meio da formação acadêmica e por outro lado, aquelas que ainda estão subjugadas e vivem na miséria. Na visão foucaultiana, *saber e poder* estão interligados, para este filósofo: “Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou modificar a apropriação dos discursos, com saberes e os poderes que eles trazem consigo”. (FOUCAULT, 2014, p. 41). Desse modo, a formação acadêmica, ou seja, a busca pelo saber, é uma tentativa de proporcionar o poder ao sujeito. Essas “mulheres sem voz” estão, na verdade, desprovidas de poder. Segundo o autor, o poder não é um objeto, mas uma prática social, contudo, pode intervir materialmente e ideologicamente nos indivíduos, em suas práticas. Outro ponto a ser considerado, é o fato de que a “mulher não tem voz”, o que se entende é que ela não é ouvida, suas necessidades, seus desejos, não são atendidos.

Em seu livro sobre o silêncio, Orlandi (2015b) apresenta importantes reflexões acerca desse tema. O primeiro ponto que destacamos é que o silêncio nem sempre é a ausência de palavras, mas pode ser a interdição, em que não se diz o que realmente quer dizer, mas sim, o que se pode dizer. Nesse mesmo sentido, Foucault (2014) afirma: “Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância [...]”. (FOUCAULT, 2014, p. 9). De acordo com este filósofo, isso se deve ao fato de que os discursos são regulados, afirmando: “[...] a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada,

selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos [...]”. (FOUCAULT, 2014, p. 8).

No caso da mulher, o que ocorre é um silenciamento, ou seja, seu discurso não pode ser sustentado, pois outro discurso que lhe é imposto. Contudo, Dilma parece demonstrar que para ela existem dois tipos de mulher na sociedade: “mulheres em extrema pobreza” e as “mulheres que estão lutando por suas oportunidades”. Isso é dicotomizar um grupo, no caso, as mulheres, ou são isso, ou são aquilo. Nesse sentido, Guerra (2008) considera que “A mulher não é a eterna vítima por propensão interior, mas é vítima de estereótipos e preconceitos”. (GUERRA, 2008, p. 108).

Dizer que a mulher que não está se capacitando profissionalmente e se encontra em uma situação de pobreza, é uma mulher conformada, no sentido de que esteja acomodada, aceitando sua condição, é afirmar que a mulher se encontra nessa situação porque quer, e não pela falta de condições e pela cultura de uma sociedade voltado ao patriarcalismo ou pela falta de oportunidade e direitos.

(04) “É o reconhecimento do país que na nossa cultura, na nossa sociedade, a mulher tem um papel fundamental na estrutura familiar. Nós sabemos que **a mulher não deixa de alimentar seus filhos, mesmo que tenha de tirar de si mesma**. Por isso, 93% dos que recebem o Bolsa Família, em nome das famílias brasileiras, são mulheres. Isso significa que nós reconhecemos a importância das mulheres como esteio das famílias”. (ROUSSEFF, 2013a, linhas 177-181 grifo nosso).

No enunciado (04), novamente a mulher aparece como responsável pela família, pelos filhos, pela casa, com base na cultura, ou seja, na ideologia que circunda a sociedade. O propósito de fazer a mulher “protagonista de sua história”, no Bolsa Família é sucumbido, pois o papel dela, reconhecido culturalmente na sociedade, é cuidar da família, ficando em segundo, ou terceiro plano, o que se vê no trecho em destaque do recorte 04: “a mulher não deixa de alimentar seus filhos, mesmo que tenha de tirar de si mesma”. Essa negação, “a mulher não deixa”, pode ser um pressuposto, até mesmo um caso de polifonia: o homem deixa...pois quando se nega algo, também se afirma. Nas palavras de Orlandi (2015a), “Consideramos que há sempre no dizer um não-dizer necessário” (ORLANDI, 2015a, p. 81). Na visão de Foucault (2008), “Não há enunciado que não suponha outros” (FOUCAULT, 2008, p. 112). Na verdade, segundo este autor, os enunciados coexistem e se inter-relacionam no jogo enunciativo.

Dilma utiliza novamente o conectivo “Por isso” no enunciado (04), assim como no enunciado (02), como forma de explicar as ações do seu governo para enaltecê-lo pela “importância” que dá à mulher. Porém, observamos que essa “importância” do governo de

Dilma, com relação à mulher, está ligada à mulher como a zeladora da família, e não por ser o sujeito mulher. Disso, podemos apreender a incompletude do sujeito enunciativo, pois Dilma se mostra dividida entre promover a autonomia da mulher, como sujeito de direitos e deveres, empoderando-a, mas por outro lado, observamos que lhe confere a posição de mãe, cuja obrigação é o cuidado com a casa e a família.

Segundo Charaudeau (2008), isso é característico do discurso político, pois tenta agradar um maior número de cidadãos, que por sua vez, é heterogeneamente constituído, de modo que, o político se mostra dividido, pois precisa atender aos imaginários do cidadão que o elegeu, e convencer o seu interlocutor de que as ideias de seu governo correspondem a esses imaginários por meio de um ethos de identificação e de credibilidade. Sob a perspectiva do sujeito “cindido”, Coracini (2003) afirma que o sujeito não é totalmente assujeitado, mas se encontra “entre a incompletude e o desejo de ser completo, marcado pela ilusão de ser a fonte entre o si mesmo e o outro que o constitui”. (CORACINI, 2003, p. 273).

(05) [...] “o Brasil também se destaca, no mundo, no apoio às mulheres socialmente vulneráveis. Este é um segmento que meu governo vê com especial atenção, pois, **quanto mais pobre a família, mais a mulher tem um papel central na estruturação do núcleo familiar**”. (ROUSSEFF, 2014, linhas 45-48, grifo nosso).

No enunciado (05), confirma-se a ideia de que o programa Bolsa Família, na verdade, visa à diminuição da pobreza em geral, sendo a mulher apenas uma espécie de mediadora desses recursos, como garantia de que serão utilizados para os devidos fins. Notamos a questão da pobreza: “quanto mais pobre a família, mais a mulher tem um papel central na estruturação do núcleo familiar”, o advérbio “mais” é um intensificador, neste caso, intensifica a ideia sobre a questão da pobreza em relação ao papel da mulher: “quanto mais pobre a família”, “mais a mulher tem um papel central”. Isso nos faz refletir sobre uma situação inversa. Nas famílias de classe média, por exemplo, a mulher não tem o seu papel de destaque?

É de conhecimento do governo, que entre as famílias mais carentes, além do elevado número de filhos, há também inúmeros casos de abandono por parte do pai, reforçando, mais uma vez, que a mulher é a responsável por garantir o cuidado aos filhos. Desse modo, o governo acaba reforçando a ideia da mulher como mãe, responsável primeira pela prole, e, conseqüentemente, pela estrutura familiar. Portanto, o governo Rousseff procura atender, com o Bolsa Família, a mulher pobre e não a mulher como sujeito de ação, sujeito feminino.

(06) “No Bolsa Família, hoje, 93% das pessoas que recebem o Bolsa Família são mulheres, o que reforça a autonomia das mulheres e que foi importante para

empoderar as mulheres mais pobres do nosso país”. (ROUSSEFF, 2015a, linhas 140-142).

- (07) “E aí eu queria dizer o seguinte: que nós, quando tratamos a mulher como protagonista, o que nós queremos é dar poder a ela. Por isso, no Bolsa Família, é preferencialmente a mulher que recebe o cartão do Bolsa Família”. (ROUSSEFF, 2015b, linhas 147-149).

Segundo Charaudeau (2008), o ethos político apresenta imagens constituídas por imaginários de si mesmo, do outro e de um referencial. Podemos afirmar que essas representações se contradizem, pois Dilma tenta mostrar em seu discurso uma posição de defensora dos direitos femininos e apoiadora das causas feministas de modo incondicional, entretanto, em outros momentos, volta-se para o tradicionalismo, isto é, vê a mulher culturalmente designada para o cuidado do lar e dos filhos.

No caso do ethos discursivo, isso acontece porque o político procura agradar um maior número de indivíduos, e como estes são heterogêneos, tomados de diferentes ideologias, o sujeito político se torna contraditório no intuito de atender a diferentes imaginários. Portanto, com relação ao ethos discursivo, podemos considerar que é fabricado de modo “mais ou menos consciente”, pois segundo Charaudeau (2008), eles “resultam de uma intenção e de cálculos voluntários da parte do sujeito que fala”.

Dilma quer mostrar por meio de seu discurso que é ela quem está à frente das decisões, que ela é quem está no comando de seu governo, isso é apreendido no enunciado (07), na expressão “E aí eu queria dizer o seguinte” que produz um sentido de que ela está fazendo, é o governo dela que está dando a autonomia para a mulher e procura justificar e promover as ações realizadas pelos programas sociais, como também ainda no enunciado (07), em “nós queremos”, e “o que nós queremos”.

Nos enunciados (06) e (07), repetem-se as mesmas questões, os termos “autonomia”, “empoderar” e “protagonista” compõem a ideia de ascensão da mulher. Segundo Foucault (2015), o poder não está em um lugar, ou em uma pessoa, o que existe na verdade são relações de poder, e esse poder circula pelos discursos:

Quero dizer que em uma sociedade como a nossa, mas no fundo em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso. (FOUCAULT, 2015, p. 278-279).

Desse modo, essa construção: “dar poder a ela”, produz um sentido de dar oportunidade de crescimento, independência financeira, expressa por “autonomia”, trata-se de recurso

financeiro, pois como vimos até agora, o empoderamento pode vir de formas distintas, mas o problema financeiro é o maior obstáculo para muitas mulheres.

(08) “Daí a importância também de **proteger** a mulher gestante, a **mulher em toda a sua trajetória até esse momento especial**, que é **dar a vida e manter a vida**. Por isso, nós lançamos também o Rede Cegonha, para garantir às mulheres cuidados de qualidade durante toda a gravidez”. (ROUSSEFF, 2012, linhas 150-153).

No enunciado (08), Dilma retoma os sentidos da mulher enquanto mãe e cuidadora dos filhos. A expressão “dar a vida e manter a vida” reforçam os sentidos de que a mulher além de ser a responsável pela geração de filhos, é também quem os cria. Nesse enunciado, a expressão “esse momento especial” tem o sentido de gestação. Conforme Pêcheux (1995), as expressões não têm um sentido próprio, mas é construído a partir da relação com outras palavras em uma formação discursiva, de modo que, o enunciado ficaria da seguinte forma: “proteger a mulher em toda a sua trajetória até a gestação”. Outro sentido seria produzido, no caso, o sentido pretendido por Dilma seria o sentido de singeleza, como se toda gestação fosse um momento desejado e esperado por todas as mulheres.

A presença do interdiscurso faz-se notória quanto ao discurso sobre a vida, rememora um outro discurso, pertencente a uma mesma formação discursiva, porém contrário, que é o discurso do aborto. Segundo Malidier (1993), as formações discursivas podem estabelecer relações de contradição no espaço discursivo-ideológico.

Dilma sempre procura mostrar em sua fala a importância das ações realizadas pelo seu governo, reafirmando a necessidade do cuidado e proteção para com a mulher. Segundo Charaudeau (2008), isso ocorre porque a instância política tenta persuadir a instância cidadã por meio de argumentos racionais e sentimentais, para convencer aos cidadãos a aderirem às ideias e ações do governo, o que pode ser também uma forma de dominação, uma vez que “o poder comunicativo remete à busca pela dominação legítima – que [...] garante o acesso da instância política ao poder, ou sua manutenção nessa posição”. (CHARAUDEAU, 2008, p. 19). Sobre essa necessidade de convencer aos cidadãos sobre a importância de suas ações, Charaudeau (2008) explica que “Todos os grandes políticos disseram, ou deram a entender, que a arte política reside em uma boa gestão de paixões coletivas”. (CHARAUDEAU, 2008, p. 19).

(09) [...], “mas a palavra mais forte é vida, a vida é feminina, e aí a Rede Cegonha tem esse papel, o papel de assegurar que essa vida feminina seja protegida como forma de assistência integral à saúde da mulher, à saúde da mulher e, portanto, também à da criança”. (ROUSSEFF, 2013b, linhas 140-143).

Novamente a imagem da mulher é relacionada à maternidade no enunciado (09). Dessa vez, a ex-presidente faz um paralelo com a palavra “vida”, como uma palavra feminina, conseqüentemente, nessa linha de raciocínio, a palavra “vida” está ligada à mulher e à criança. É a mulher quem gera a vida, embora o nome do programa de assistência à gestante tenha o nome de “Rede Cegonha”, historicamente, rememora uma lenda antiga que os pais contavam aos filhos como forma de explicar de onde vêm os bebês, apregoando que eram trazidos pela cegonha, evitando, assim, de falar sobre relação sexual.

3.2 Discurso sobre empoderamento – a autonomia como degrau de ascensão

Os sentidos de empoderamento surgem por meio da autonomia proposta ao sujeito feminino por meio do “saber”, enquanto possibilidade de ascensão profissional, à medida que, a independência financeira dá poder à mulher. Trata-se do poder de decisão, de escolha, de modo que, não tenha que se submeter a uma situação de violência doméstica - tanto física, quanto psicológica – por depender financeiramente do cônjuge. Os programas Fies⁵⁵, Pronatec e Prouni representam a possibilidade de formação profissional e independência financeira.

O programa “Minha casa, minha vida⁵⁶” também integra em seu discurso os sentidos do empoderamento, contudo, o que sobressai é o sentido da importância da “casa” enquanto lugar da “família” e não como recurso financeiro e autonomia dada à mulher por ter a escritura em seu nome.

⁵⁵ Fies, Pronatec e Prouni são programas de incentivo à formação de nível superior e curso profissionalizante. Mesmo não sendo programas específicos ao público feminino, Dilma Rousseff trouxe em seus pronunciamentos a participação feminina em cada um deles. Consideramos importante trazê-los, uma vez que são significativos em nossa pesquisa, devido à participação feminina ter aumentado, representando a maioria em todos esses programas. O Fies é um programa de financiamento estudantil do Ministério da Educação, criado em 2001. Tem como objetivo, financiar a primeira graduação de estudantes matriculados em instituições privadas de acordo com a Lei 10.260/2001. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec foi criado pelo Governo Federal, em 2011, por meio da Lei 12.513/2011, com o objetivo de expandir a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país. O Programa Universidade para Todos - Prouni, criado pelo Governo Federal em 2004, e institucionalizado pela Lei 11.096, em 13 de janeiro de 2005. Tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais ou parciais para cursos de graduação ou de formação específica, em instituições de nível superior privadas. As instituições filiadas ao programa recebem o benefício de isenção de impostos. É válido para alunos com renda per capita familiar de até três salários mínimos, vindos da rede pública de ensino ou que cursaram o ensino médio na rede particular sob a condição de bolsista integral. No caso de bolsa parcial, o aluno pode financiar o restante pelo Fies.

⁵⁶ É um programa habitacional do Governo Federal, criado em 2009. O programa oferece condições facilitadas e juros baixos para financiamento de imóveis. Além das menores taxas de juros, o programa oferece subsídios de acordo com o valor do imóvel e a renda do comprador. Embora não seja um programa específico para a mulher, aproximadamente 87% dos contratos estão no nome de mulheres.

- (10) “Porque têm dados também que mostram que a mulher **não** se conformou, **não**. Por exemplo, as brasileiras, elas estão estudando **mais** e se preparando **melhor** para o mercado de trabalho. Nós **não** estamos falando aqui de **mulheres passivas**, de mulheres que se conformam com uma situação. Nós estamos falando de **mulheres que lutam**”. (ROUSSEFF, 2015a, linhas 176-178; 184-185, grifos nossos).

No enunciado (10), em “a mulher não se conformou, não”, Dilma se refere a um discurso cristalizado pela sociedade, já que, historicamente, a mulher teve de ter uma ação conformista, isso quer dizer que a mulher teve de aceitar o papel de inferioridade que lhe é oferecido e/ou imposto. Porém, em sua fala, Rousseff refuta esse pensamento machista e aponta dados que comprovam o contrário. Trata-se de uma negação polêmica, está implícita, como explica Maingueneau (1997), ela “contesta, opõe-se a uma asserção anterior, explícita ou não” (MAINGUENEAU, 1997, p. 84). Segundo Authier-Revuz (2004), é a voz do outro no discurso, uma marca de heterogeneidade constitutiva do discurso.

Na passagem, “elas estão estudando mais e se preparando melhor para o mercado de trabalho”, os advérbios “mais” e “melhor”- o primeiro de intensidade, e o segundo de modo - ambos reforçam o sentido de ascensão e reafirmam o discurso do empoderamento feminino e permite apreendermos no interdiscurso que, antes, a mulher estudava “menos”, ou ainda, que o homem estudava “mais” se comparado à mulher.

Na sequência, observamos outra negação, dessa vez explícita: “Nós **não** estamos falando aqui de mulheres passivas”; em oposição à passagem: “Nós estamos falando de mulheres que lutam”. Anteriormente, no mesmo enunciado, Dilma explica o que seria “mulheres passivas”, para ela, são as mulheres que “se conformam com uma situação”. Para Dilma, as mulheres que “lutam” são aquelas que estão estudando ou se preparando de alguma forma para o mercado de trabalho, ou seja, as mulheres que buscam possuir, ou já possuem uma renda e não dependem financeiramente do cônjuge ou de outra pessoa. Novamente, os dizeres de Dilma produzem o sentido de que a mulher que não está se profissionalizando, ou que não ocupa um lugar no mercado de trabalho, é uma mulher conformada com a sua situação, no sentido de não querer mudar o quadro de exclusão dentro da sociedade, e que essa mudança depende da vontade da mulher em querer mudar.

- (11) “Além disso, uma coisa que é muito importante é a questão da formação profissional. No Pronatec, os dados são muito importantes. Um pouco mais da metade, 58,4[%] dos 8 milhões de pessoas que usaram, se formaram no Pronatec, são mulheres. A importância também das mulheres nas bolsas do Prouni: são 52%. E nos contratos do Fies são 58%. Com isso nós queremos... o que é parte da obrigação do Executivo é ampliar o poder das mulheres, reconhecê-las como cidadãs, da mesma forma que temos feito com a população negra no Brasil, combatendo também a

violência que recai contra a juventude negra pelo fato de ser negra”. (ROUSSEFF, 2015b, linhas 163-170).

O discurso do empoderamento está presente no enunciado (11), e está relacionado à formação profissional da mulher. O apoio à educação, por meio de cursos técnicos ou de graduação é uma forma que o governo encontrou para promover a igualdade social. Nesse caso, segundo Rousseff, não se trata de um programa específico para a mulher, no entanto, a participação feminina tem sido maior que a masculina, prova que a mulher não é tão conformista assim, ela vai à luta para superar os seus estigmas.

É importante destacar a passagem “Com isso nós queremos”, nesse caso, Rousseff fala em nome de seu governo. Notamos que, Dilma fala em nome do governo, mas o sentido produzido é de que o governo é comandado por ela, isto é, que o governo pertence a ela, ideia de posse, isso não pode ser omitido.

Na expressão: “ampliar o poder da mulher” Dilma remete ao sentido de empoderar a mulher, por meio da capacitação, a fim de que possa conseguir um espaço no mercado de trabalho. Dilma segue afirmando: “reconhecê-las como cidadãs”, o que produz sentidos que nos remetem à história da mulher, que ainda precisa de ser reconhecida, admitida, aceita, como cidadã, algo que já deveria estar consolidado há muito tempo, e que está expresso na Constituição Federal.

Por fim, ela compara a questão da mulher, com a questão racial, ao que diz: “da mesma forma que temos feito com a população negra no Brasil”. Desse modo, pode-se concluir que a mulher é tão excluída como o negro aqui no Brasil, por isso é preciso dar-lhes condições de ascensão, empoderamento. Nisso, podemos apreender que a mulher é compreendida da mesma forma que a população negra, que precisa ser empoderada, ao que nos leva a refletir sobre a questão dos excluídos, da marginalização, das ditas minorias, que sofrem por causa da exclusão, pela falta de representatividade e igualdade social. Essa ainda é uma realidade que constatamos, devido a ideologias consolidadas, que insistem em permanecer arraigadas na memória e que se refletem nos discursos.

(12) “[...] antes, para a mulher ter direito de registrar um imóvel, o cônjuge devia assinar. A partir do Minha Casa, Minha Vida, a mulher assina sozinha”. (ROUSSEFF, 2011, linhas 110-112).

O advérbio de tempo “antes” empregado pela ex-presidente Dilma Rousseff no enunciado (12), constrói o sentido de que há algum tempo, isto é, no governo de seu antecessor,

as escrituras de imóveis tinham que ser assinadas pelo cônjuge também, mas que isso mudou no programa do governo dela “Minha Casa, Minha Vida”, pois a preferência foi dada à mulher. Dilma assinala que “antes” era de uma forma, e que agora é diferente, para evidenciar a importância dada à mulher em suas ações. Portanto, de acordo com a Lei 11977/09, no artigo 35-A, que trata das hipóteses de dissolução da união estável, separação ou divórcio, o imóvel será registrado em nome da mulher ou transferido à mulher independentemente do regime de bens. Essa lei entrou em vigor por meio de Medida Provisória (561/12) em oito de março de 2012. O fato de ter a escritura da casa no nome da mulher, garante que mediante um divórcio, ou abandono por parte do companheiro, ela terá um imóvel para morar, pois é sua a propriedade.

(13) “Também em reconhecimento a esse protagonismo, 47% dos contratos da primeira fase do Minha Casa, Minha Vida foram assinados por mulheres. Mas queremos, a partir de agora, garantir também a escritura das moradias destinadas às famílias de baixa renda, garantir que essa titularidade esteja em nome da mulher para que, em caso de separação do casal, a propriedade do imóvel fique automaticamente com ela, **tradicionalmente** a responsável pelas crianças, a não ser que o homem detenha a guarda dos filhos”. (ROUSSEFF, 2012, linhas 142-148).

No enunciado (13), Dilma fala como no enunciado anterior (12), sobre a escritura da casa no programa “Minha Casa, Minha Vida” e sobre preferência à titularidade da mulher, mas dessa vez, destaca que pretende “garantir também a escritura das moradias destinadas às famílias de baixa renda”. Em seguida, Dilma explica a importância da escritura em nome da mulher, uma vez que, em caso de separação do casal, a casa deverá ficar com a mulher, que, segundo a própria ex-presidente, “tradicionalmente”, é a responsável pelos filhos. Segundo o dicionário Houaiss, “tradição” é uma herança cultural, ou costume, passada por meio de gerações. Desse modo, o termo utilizado, nessa formação discursiva, produz um efeito de sentido condizente de que, o fato de a mulher, na maior parte dos casos, assumir a guarda dos filhos, em caso de separação, trata-se de um costume, e que essa cultura vem passando por gerações e ainda não mudou.

O fato de a mulher ter a escritura em seu nome seria uma forma de empoderá-la, contudo, Dilma acrescenta uma condição: “a não ser que o homem detenha a guarda dos filhos”. Isso nos leva a questionar se realmente é uma forma de empoderamento, pois essa titularidade do imóvel e, conseqüentemente, a posse, parece estar vinculada à guarda dos filhos, de modo que, se o homem obtiver a guarda, terá posse do imóvel. Com isso, concluímos que a mulher tem de continuar atrelada aos “deveres” de mãe, tem de ser procriadora. Mais uma vez, podemos apreender a presença de um sujeito dividido, descentrado, pois é levado pela ideologia e constituído pelo “outro”, não tem controle sobre o que diz, ainda que acredite ou tente obtê-lo.

Dilma procura passar uma ideia de um governo que zela pela autonomia e empoderamento feminino, mas seu discurso produz outros sentidos, contrário ao que pretende empreender por meio de seu discurso. Sobre essa heterogeneidade, Coracini (2003) afirma que “a autonomia do sujeito é uma ilusão, pois ele não é dono absoluto de seu dizer, assim como lhe escapa o controle dos efeitos de sentido que seu dizer causa”, (CORACINI, 2003, p. 271).

(14) “**N**ós, porque reconhecemos o papel crescente das mulheres como chefes de família e responsáveis pela formação de **nossas** crianças, de **nossos** jovens, **n**ós, porque reconhecemos isso é que as tornamos titulares preferenciais de dois programas. Um, o Bolsa Família, pela importância que a mulher tem na estruturação da família, e outro, o Minha Casa, Minha Vida, pelo fato de que a casa é um espaço privilegiado de construção das relações familiares, das relações intergeracionais e, sobretudo, da proteção da criança, porque uma família protegida da violência protege a sua criança”. (ROUSSEFF, 2013b, linhas 128-135, grifos nossos).

Quando Dilma usa o pronome pessoal “nós” no início do enunciado (14), ela se coloca como àquela que está fazendo as mudanças acontecerem, pois estes programas, o Minha Casa, Minha Vida e o Bolsa Família foram criados no governo anterior, mas deixa claro que foi ela quem deu o diferencial, colocando as mulheres como “titulares preferenciais”. Já com uso dos possessivos “nossas” e “nossos” ela constrói o ethos de identificação, uma vez que procura se aproximar de seu público por meio de estratégias que envolvem afetuosidade.

No enunciado (14), a mulher é novamente representada como aquela que é responsável pela “estruturação” da família. O termo “estruturação” significa: alicerce, o que mantém em pé, a base, e, no enunciado, dá o sentido de que a mulher é quem organiza a família e a mantém, por meio do cuidado, assim como, na manutenção dos laços afetivos. Dilma, outra vez, vincula o programa de moradia à proteção da criança, o que reafirma a preocupação do governo Dilma com as crianças, de modo que, disponibiliza meios para que a mãe proporcione segurança e conforto aos seus filhos, a fim de que as relações familiares sejam mantidas. Apesar da ilusão de completude, Dilma se mostra ora um sujeito moderno, que defende a autonomia da mulher, ora se mostra mais conservadora. Por isso, apreendemos que o sujeito é descentrado, embora crie a ilusão de ser pleno a partir do olhar do outro, a alteridade está presente e como afirma Coracini (2003): “o desejo do outro é a expressão do desejo de completude que nos habita e se manifesta na busca da verdade, do controle de si e dos outros” (CORACINI, 2003, p. 243). Podemos apreender a heterogeneidade constitutiva, o que segundo Authier-Revuz (2004), em conformidade às ideias do Círculo de Bakhtin, com relação ao dialogismo, representa outras vozes que constituem o sujeito e seu discurso.

(15) “Por isso, no Minha Casa, Minha Vida a mulher tem preferência também por ter a propriedade no seu nome, porque isso é poder. Poder, sabe para quê? [...] para garantir sua família, para atender as crianças, que a gente sabe, todo mundo aqui”. (ROUSSEFF, 2015b, linhas 149-152).

O discurso de empoderamento ressurgiu com força no enunciado (15), quando Dilma afirma que ter a titularidade do imóvel é “poder”, ao passo que, volta a relacionar esse poder à questão do cuidado com a família, ou seja, ela deterá o seu pátrio poder, se ela cumprir com seus “deveres” de estruturar a família. Segundo Foucault (2014; 2015), o poder não está em alguém, ou em algum lugar, aliás, ele não existe, o que há são relações de poder e estas relações são construídas pelos discursos que buscam uma verdade: “Afim, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder”. (FOUCAULT, 2015, p. 279).

A ex-presidente afirma enfaticamente sobre a importância do cuidado com as crianças e com a família, e na expressão: “a gente sabe, todo mundo aqui”, ao utilizar “a gente”, ela produz um sentido de simplicidade, que ela também faz parte daquele contexto, que tanto se aproxima do cidadão comum, menos escolarizado, como também se inclui na realidade vivida por estes, ao que nos remete ao *ethos* de identificação, pois é fundado no discurso do afeto, por meio do qual, segundo Charaudeau (2008), o político procura atender aos imaginários do povo, sendo muitas vezes contraditório, ora conservador, ora moderno, dependendo do contexto e/ou do momento da enunciação.

3.3 Discurso sobre a violência contra a mulher

Os sentidos sobre a violência contra a mulher estão presentificados de forma direta e/ou indireta, na maioria das políticas públicas para a mulher. Acreditamos que isso se deve ao fato de que a cultura patriarcal, ainda presente, permeia pelos discursos e reflete na sociedade.

Nos enunciados analisados, notamos que a violência contra a mulher da qual se fala, é a violência doméstica, física e psicológica, geralmente relacionada ao cônjuge. Por isso, algumas leis e programas sociais visam ao atendimento dessas mulheres que sofrem violência, necessitando de proteção e apoio para reverter essa situação.

Os programas que abordam diretamente a questão da violência contra a mulher são: Casa da Mulher Brasileira⁵⁷, Cirurgia plástica reparadora para mulheres vítimas de violência⁵⁸, Lei do Feminicídio⁵⁹, Lei Maria da Penha⁶⁰ e o Programa Mulher: viver sem violência⁶¹.

(16) “Nós conseguimos nesse projeto apresentado pela ministra Eleonora Menicucci, somar com a mesma força e com a mesma intensidade a **proteção de um lar** e a **disposição de luta** das mulheres, que são **características muito femininas**. Por isso que eu vejo assim a casa da mulher brasileira. É uma casa de abrigo e de apoio, **mas** ela é uma casa de luta, ela é uma casa que une esses dois aspectos”. (ROUSSEFF, 2013a, linhas 104-108) (grifos nossos).

O uso do pronome pessoal “nós” dá o sentido de pessoalidade, pois Dilma está como porta-voz de seu governo, que age ao comando dela. Ao dizer “nós conseguimos”, Dilma evidencia sua participação à frente das ações do governo, trazendo o sentido de que as ações

⁵⁷ A Casa da Mulher Brasileira faz parte do programa “Mulher: Viver sem Violência” da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR). A Casa é um programa inovador, pois reúne em um único lugar, todos os serviços que a mulher necessita, como acolhimento, triagem, apoio psicossocial, delegacia, Juizado, Ministério Público, Defensoria Pública. Segundo a SPM/PR. O objetivo da Casa é proporcionar condições para o enfrentamento da violência. O projeto da Casa da Mulher Brasileira prevê a construção de 27 casas de apoio – uma em cada estado do País, além do Distrito Federal. Contudo, foram construídas apenas duas unidades: uma em Campo Grande, MS e outra em Brasília, DF; ambas em 2015. A Casa tem o intuito de proteger a mulher vítima de violência e dar suporte para a vítima, proporcionando condições de autonomia por meio de apoio de diversas áreas. Fonte: <http://www.spm.gov.br/> Acesso em 13/01/2018

⁵⁸ A Lei 13.239/15 estabelece a oferta e a realização de cirurgia plástica reparadora de sequelas de lesões causadas por atos de violência contra a mulher pelo Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com essa lei, os hospitais e os centros de saúde pública, ao receberem vítimas de violência, deverão informar às mulheres sobre a possibilidade de acesso gratuito à cirurgia plástica para reparação das lesões ou sequelas de agressão comprovada. Contudo, a mulher vítima de violência grave, que necessitar de cirurgia, deverá procurar uma unidade que realize esse procedimento, portando o registro oficial de ocorrência da agressão. Essa lei foi implementada no governo Rousseff, em março de 2016.

⁵⁹ Segundo a Lei 13.104/2015, o Feminicídio é o assassinato da mulher por razões da condição de sexo feminino. Geralmente, cometido por parceiros ou ex-parceiros, por motivo de ódio, ou desprezo, ou por sentimento de perda de propriedade sobre a mulher. Considerada uma extensão da Lei Maria da Penha, alterou o Código Penal tipificando o feminicídio como homicídio qualificado, passando a ser considerado crime hediondo. A lei foi sancionada em março de 2015.

⁶⁰ A violência contra a mulher é um dos temas mais abordados entre o conjunto de discursos que selecionamos. Essa violência abrange além do físico, pois em muitos casos, ela é psicológica, contudo, tão perturbadora que gera graves prejuízos a quem a sofre. A lei surgiu a partir da história verídica de Maria da Penha Maia Fernandes, que sofreu diversas agressões pelo ex-marido, sendo vítima de violência doméstica por 23 anos. Criada ainda no governo Lula, a Lei 11.340/2006 tipifica a violência doméstica como uma das formas de violação dos direitos humanos, altera o Código Penal e possibilita que agressores sejam presos em flagrante, ou tenham sua prisão preventiva decretada quando ameaçarem a integridade física da mulher. O texto garante ainda medidas de proteção para a mulher que corre risco de vida. Uma delas é o afastamento do agressor do domicílio e a proibição de aproximação física da mulher agredida e dos filhos.

⁶¹ O Programa “Mulher, viver sem Violência” foi criado pela Presidente Rousseff, em 13 de março de 2013. O objetivo é integrar e ampliar os serviços públicos existentes voltados às mulheres em situação de violência, mediante a articulação dos atendimentos especializados no âmbito da saúde, da justiça, da segurança pública, da rede assistencial e da promoção da autonomia financeira. Como citamos anteriormente, a “Casa da Mulher Brasileira” faz parte deste programa, bem como a ampliação da Central de Atendimento à mulher, o “Ligue 180”, entre outros atendimentos de apoio à mulher.

partem dela, é ela quem está fazendo em prol da mulher. Sobre esse aspecto de representação da voz do governo, Charaudeau (2008) afirma que isso ocorre “frequentemente expresso por um *Nós* que desempenha o papel de guia” (CHARAUDEAU, 2008, p. 80 grifos do autor), no caso, Dilma é quem está no comando das ações realizadas pelo governo.

No recorte (16), observamos os termos: “proteção” e “disposição de luta”, como duas características femininas. Essas duas características são contrastantes, pois a proteção remete a “cuidado com algo ou alguém mais fraco” visando a transmitir segurança, é sempre vindo de outrem; enquanto que a disposição de luta seria o avesso, o contrário, ou seja, a pessoa vai atrás, à luta e busca o que pretende, remetendo-nos à garra, determinação.

Desse modo, ao relacionar a figura da mulher a essas duas características, temos aí imagem de um sujeito heterogêneo, pois, ao mesmo tempo em que carece de proteção, abrigo, ela tem iniciativa própria, precisa também lutar. A adversativa empregada, isto é, o uso do “mas”, pode ser um caso de polifonia, uma vez que ao afirmar que a casa serve de abrigo e proteção, o que vem após o “mas” contrapõe a ideia anterior, é uma outra voz, uma vez que não se espera, de um local que ofereça abrigo, que seja um lugar de luta. Esse é o contexto social de grande parte das mulheres, que precisam de cuidado, segurança, abrigo, e, que, ao mesmo tempo, precisam sair desse abrigo e lutar. O sujeito feminino é, portanto, dividido entre a necessidade de proteção e a necessidade de luta. A expressão “proteção de um lar”, colocado como uma característica feminina, aponta para saberes historicamente construídos e que fazem parte do imaginário da sociedade.

(17) “Sempre com essa visão dessa dualidade que tem de estar casada: combate à violência e afirmação da autonomia. Ali elas receberão, portanto, proteção, orientação e formação. Ali elas terão assistência psicológica, social, jurídica e financeira. Ali elas verão a face humana dos vários poderes da República trabalhando por meio dos seus representantes para ajudá-las a melhorar de vida”. (ROUSSEFF, 2013a, linhas 119-123).

Nessa mesma visão, de proteção e de luta, no recorte (17), aparece o combate à violência = proteção, e afirmação da autonomia = luta. A afirmação da autonomia da mulher faz parte do discurso de empoderamento, que, por meio do saber, no sentido de conhecimento, não apenas científico, mas conhecimento de seus direitos, promova essa ascensão feminina na sociedade. Melhorar de vida é um discurso do senso comum, um já dito, que tem sentido de melhoria na situação financeira, entretanto, neste caso, mais que financeiro, seria uma melhoria em sua posição como mulher na sociedade. Sobre isso, Pêcheux (1995) afirma que “uma palavra, uma expressão, ou uma proposição, não tem *um* sentido que lhe seria ‘próprio’, vinculado à sua

literalidade” (PÊCHEUX, 1995, p. 161, grifo do autor). Contudo, embora Dilma fale em “afirmação da autonomia”, ela acaba trazendo um efeito de sentido contrário, já que essa autonomia depende dos “poderes” (executivo, legislativo e judiciário) para que a “melhoria” aconteça, ou uma autonomia que é concedida por esses poderes, por meio de seus representantes. Sobre a expressão “melhorar de vida”, produz o sentido de que algo degradante ocorreu, notamos a presença de um discurso anterior afirmando que a mulher sofreu algum dano em sua vida, e agora deverá ter uma vida mais tranquila, isto é, uma vida com segurança, livre da violência e com independência.

(18) “Mais que palavras, nós temos de agir, daí a importância da Casa da Mulher Brasileira. Como eu disse, uma casa de luta e uma casa de abrigo e apoio. E isso significa que todas as mulheres têm de ter assegurado o direito de viver sem medo, precisam de ter assegurado o direito de escrever sua própria história, cada uma de nós mulheres, com autonomia, com dignidade e com igualdade de oportunidades”. (ROUSSEFF, 2013a, linhas 237-241).

Ao retomar as mesmas ideias de proteção e luta, no recorte (18), relaciona-se, desta vez, proteção = ao direito de viver sem medo, e luta = ao direito de escrever sua própria história. A expressão “viver sem medo” rememora historicamente, isto é, apreende por meio da memória discursiva o slogan da campanha presidencialista do PT “sem medo de ser feliz”. Esse slogan foi tema da campanha de Luís Inácio da Silva em suas campanhas para presidente, a frase ficou marcada, pois produz o sentido de luta, de mudança. A campanha na época incitava os eleitores para que não votassem no mesmo partido, ou nos mesmos candidatos de outras eleições, mas que mudassem o voto, elegendo um novo candidato, e conseqüentemente, promover a mudança. A expressão “viver sem medo” produz o sentido aqui de direito, revela o sentido de segurança, portanto, há um interdiscurso, pois remete ao artigo 5º da Constituição Federal que afirma: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”. (CF, 1988, artigo 5º).

Em seguida, em “o direito de escrever sua própria história”, vemos novamente, a mesma formação discursiva (FD) de autonomia e empoderamento, presentes nos recortes (16) e (17). Em “escrever a própria história”, inferimos que a mulher não tem uma história própria, isso é um pressuposto, é o que Orlandi (2015a) considera acerca do dizer, visto que, está relacionado ao não-dizer, pois quando afirmo algo, conseqüentemente, nego outro. Desse modo, o sentido apreendido é que a mulher precisa ser reconhecida como sujeito de direitos e deveres, assim como o homem, fazer parte da história, como já afirmamos, não apenas como figura secundária,

mas como realmente foi, e reconhecer sua relevância, seja na política, na economia, nas artes, enfim, em todos os setores e atividades. Por fim, a construção “igualdade de oportunidades” constitui sentidos de igualdade entre os sexos. Aparece novamente, uma interdiscursividade com o texto da Constituição Federal, mais especificamente o inciso I do artigo 5º, quando é apregoado que: “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”.

(19) “A condição para que nós tenhamos eficácia no combate à violência é: **não à impunidade**. Uma coisa e outra são irmãs siamesas; **sem impunidade** diminui a violência. Esse é um dos objetivos centrais da Casa da Mulher. É isso que nós queremos que ocorra lá, que haja, de fato, o acolhimento e o efetivo combate a cada uma das formas de violência que atinge a mulher. Requer também que a mulher vítima de violência, ela disponha de orientação, formação e acesso a todas as formas de políticas e a todas as informações que lhe permitam construir também uma nova etapa na sua vida, **sem medo** e com autonomia e direitos”. (ROUSSEFF, 2013b, linhas 120-126) (grifos nossos).

Novamente, no enunciado (19), observamos os efeitos do dito e do não-dito. Ao pregar: “não à impunidade”, remete-nos ao não-dito: sim à punição, ela já passou por impunidade; outra vez: “sem impunidade”, corresponde ao não-dito: com punição; e ainda: “sem medo”, rememora o “com coragem”, exemplo clássico que Orlandi (2015a) traz em seu livro *Análise de discurso: princípios e procedimentos*, em que fala da faixa de protesto com os escritos “vote sem medo”. Sobre isso, Orlandi (2015a) explica: “Consideramos que há sempre no dizer um não-dizer necessário. Quando se diz ‘x’, o não-dito ‘y’ permanece como relação de sentido que informa o dizer de ‘x’ (ORLANDI, 2015a, p. 81). Logo, ao negar, também se afirma. Esses deslizes produzem efeitos de sentido metafóricos, apresentando diferentes formas de dizer o mesmo.

Como citamos anteriormente no enunciado (18), a expressão “sem medo” produz o sentido de ir à luta, e mudar, conquistar. Remete também ao slogan da campanha presidencialista do PT “sem medo de ser feliz”, o que gera mudança, nesse caso, mudança de comportamento e de uma cultura em que a mulher tem uma representação estereotipada de mãe e dona de casa.

(20) [...] “**um espaço** de abrigo, **um espaço** de apoio à mulher, **um espaço** onde as mulheres vítimas da violência vão ter um atendimento que é aquele que elas precisam; o atendimento humano que interessa a cada pessoa numa situação de fragilidade como se encontra uma pessoa vítima de violência, qualquer pessoa. Qualquer homem ou mulher vítima de violência fica fragilizado, **a mulher ainda mais**, porque a violência, na proporção que ocorre com a mulher se deve apenas ao fato de ela ser mulher”. [...] (ROUSSEFF, 2015a, linhas 90-95 grifos nosso).

A repetição de um termo acentua “um espaço”, gera efeitos de sentido de gradação, isto é, uma sequência de fatos, como também pode reforçar determinada ideia, como aparece no enunciado (20): “[...] um espaço de abrigo, um espaço de apoio à mulher, um espaço onde as mulheres [...]”. Esse discurso reforça a ideia de que a Casa da Mulher Brasileira oferece diversos tipos de atendimento, vários tipos de serviços. Em seguida, Dilma afirma que “Qualquer homem ou mulher vítima de violência fica fragilizado, a mulher ainda mais”, provoca um efeito de sentido de que a mulher é mais fraca, pois quando ela diz que a violência causa fragilidade em ambos, só que para a mulher há esse realce: “a mulher ainda mais”, reforça a ideia de vulnerabilidade. A ex-presidente segue explicando a causa dessa fragilidade, que seria o fato de essa violência ocorrer com tanta incidência, “apenas” pelo fato de ser mulher, reafirmando-se a ideia de que a mulher realmente é mais vulnerável, logo, sofre mais violência.

(21) [...] desmintam esse velho ditado, muito popular [...] “**em briga de marido e mulher**, nós achamos que se mete a colher, sim, principalmente se resultar em assassinato. Meter a colher nesse caso, não é invadir a privacidade, é garantir padrões morais, padrões éticos e democráticos. (ROUSSEFF, 2015b, linhas 119-123, grifos nossos).

A citação de um provérbio, de um ditado, conforme Maingueneau (1997), geralmente é usada como um argumento de autoridade, para dar maior credibilidade. No entanto, no enunciado (21), não se trata exatamente de um provérbio, aliás, Dilma até cita o início do provérbio, mas no intuito de desconstruir uma ideologia, no caso, um dito do senso comum, de que não se deve intervir em briga de casal. Dilma, ao invés de afirmar: “Em briga de marido e mulher, não se mete a colher”, altera a segunda parte, subvertendo o dito já cristalizado na mente da população brasileira: “nós achamos que se mete a colher, sim”. Desse modo, Dilma redefine o ditado, construindo, assim, outro sentido. Segundo Maingueneau (1997), trata-se de uma imitação, no intuito de subverter o dito popular e, desse modo, desqualificá-lo. Observamos a presença do “outro” no fio do interdiscurso, já que essa nova construção pertence à mesma formação discursiva. Sobre isso, Orlandi (2015a) explica:

Os sentidos não estão assim predeterminados por propriedades da língua. Dependem de relações constituídas nas/pelas formações discursivas. [...] elas são constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações. (ORLANDI, 2015a, p.42).

A ordem dada por Dilma em “desmintam”, confere o sentido de que esse ditado é mentiroso, e que a verdade precisa ser dita. Quando Dilma se refere ao ditado, como: “esse

velho ditado”, reforça a ideia de que essa é uma ideologia comum e antiga, que já faz parte de nosso inconsciente, e que essa cultura precisa ser modificada, porque não há razão de acreditarmos em tal ditado, por isso, “desmintam esse velho ditado”, quer dizer: ajam, metam a colher sim, não deixe a violência acontecer, não sejamos omissos.

(22) “As portas dessa Casa vão ficar abertas 24 horas por dia, sete dias por semana. Nós sabemos que a violência não tem hora para acontecer, mas **geralmente** acontece nas chamadas “horas mais escuras”. Por isso, essa Casa tem de estar iluminada, para poder assegurar proteção, abrigo e apoio para recomeçar a vida”. (ROUSSEFF, 2015c, linhas 82-85, grifo nosso).

No enunciado (22), podemos apreender que a violência acontece a qualquer hora do dia, mas que na maioria dos casos, ocorre no período noturno, por esse motivo, a Casa da Mulher deve prestar atendimento 24 horas por dia, ou seja, a Casa não fecha, presta atendimento todos os dias e horários.

O sujeito utiliza diferentes formas de dizer o mesmo, trata-se de estratégias, ou escolhas, que o sujeito utiliza/faz e que criam a ilusão de que a linguagem seja transparente, é o que ocorre em: “horas mais escuras”, ao invés de: período noturno, ou, durante à noite. A construção utilizada por Dilma, ainda remete à memória das “horas sombrias”, “escuridão”, “trevas”, são esses os sentidos despertados. Nessas horas mais escuras, há o perigo, o medo, pois torna-se mais vulnerável ao estupro, por exemplo. Há nesse tipo de construção a presença do “outro”, em sua constituição heterogênea, desse modo, Orlandi (2015a) considera que: “O processo de produção de sentidos está sujeito ao deslize, havendo sempre um ‘outro’ possível que o constitui. [...] tanto o diferente como o mesmo são produção da história, são afetados pelo efeito metafórico” (ORLANDI, 2015a, p.78). Nesse mesmo sentido, Authier-Revuz (1990 p. 27) afirma que não existe palavra “neutra”, pois todas trazem consigo a palavra do outro, pertencente a outros discursos, mas que produzem sentido ao se inscrever historicamente.

O mesmo acontece em: “recomeçar a vida”, é uma construção já formulada, seu sentido é compreendido historicamente, produz o sentido de uma nova chance, de reconstruir a vida, tanto na parte financeira, social e psíquica, como a autoestima. A expressão está relacionada ao sujeito que perdeu algo, ou alguém, no caso da mulher vítima de violência, a própria dignidade é perdida, e precisa ser resgatada. O advérbio “geralmente” é um modalizador, serve para atenuar, constitui um sentido de que, embora incerto, a violência ocorra na maioria das vezes, no período noturno, mas não exclusivamente nesse período.

(23) “Nós buscamos, aqui, romper com o sofrimento das mulheres, aquele sofrimento calado, aquele sofrimento em que, fragilizadas pela agressão, as mulheres têm de ter onde recorrer, onde se sentir protegidas e não podem andar de um lado para o outro, em busca de proteção e apoio”. (ROUSSEFF, 2015c, linhas 94-97).

No enunciado (23), em “Nós buscamos, aqui, romper com o sofrimento das mulheres”, produz um efeito de sentido de que a Casa da Mulher Brasileira é a solução para os problemas das mulheres, portanto, por meio da Casa da Mulher Brasileira, Dilma porá um fim a esse sofrimento que aflige a mulher, por causa da agressão sofrida, dando o apoio necessário para se reestabelecer.

Os sentidos de silenciamento aparecem no enunciado (23), “aquele sofrimento calado”. O sofrimento calado traz um sentido de opressão, de modo que seu discurso é interditado. Uma vez que seu discurso seja interditado, já não pode expressar o desejo de ser ouvida e ter o seu discurso como verdadeiro, porque isso revela o poder:

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e o poder. [...] visto que o discurso [...] não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo[...]. (FOUCAULT, 2014, p.10).

Em seguida, o dizer “não podem andar de um lado para o outro” tem um sentido histórico, que produz o sentido de estar perdida, indefesa, sem saber o que fazer, ou para onde ou quem recorrer. Então, encontrará o apoio necessário na Casa da Mulher Brasileira, independente do dia e horário.

(24) “Por isso, a Casa da Mulher vai acolher, proteger e libertar, emancipando as mulheres brasilienses que dela precisarem. [...] e para que elas tomem, nas suas mãos, as rédeas do seu destino”. (ROUSSEFF, 2015c, linhas 181-182 e 185-186).

Desta vez, Dilma atribui à da Casa da Mulher as seguintes ações: “vai acolher, proteger e libertar, emancipando”. As primeiras ações remetem aos cuidados maternos: “cuidar” e “proteger”. A ação de “libertar” e “emancipar” conotam outros sentidos, pois só se pode libertar o que/a quem estiver preso. Nesse caso, podemos apreender o sentido de que a mulher está presa às representações que lhes são conferidas, ligadas a estereótipos que advém de ideologias que permeiam o sujeito e seus discursos e que refletem em suas ações. Emancipar tem o sentido de dar independência, ou autonomia, isso é poder de escolha e de decisão, geralmente a emancipação ocorre da parte dos pais em relação ao filho, pela idade, pelo casamento, ou por outros motivos, deixa de estar sob a tutela dos pais. A emancipação pode ser ainda com relação

ao estado, ou país, quanto a sua autonomia no âmbito político, ao tornar-se independente, como no caso do Brasil, quando se tornou independente de Portugal em 1822.

A opressão é uma forma de prisão, o silenciamento aprisiona tanto o discurso, quanto o sujeito, de modo que no fio interdiscursivo nos reportamos ao discurso da “liberdade de expressão”, pois nem sempre se pode dizer aquilo que quer, o que segundo Orlandi (2015b) trata-se da censura, uma forma de interdição, de modo que, o sujeito é impedido de ocupar determinada “posição” no discurso, e até mesmo de se inscrever em certas FD, o que resulta em diferentes sentidos, apagando, ou silenciando outros sentidos.

Nessa mesma perspectiva, Foucault (2014) afirma que “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer certas exigências, ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo” (FOUCAULT, 2014, p. 35). Assim, apreendemos que a mulher não pode dizer aquilo que quer, ou o que pensa, pois existe uma “ordem do discurso”, da qual muitas ainda não adentraram.

Por isso, Dilma fala em “emancipação”, pois como as primeiras ações: cuidar e proteger, remetiam-se aos cuidados maternos, agora ela precisa se emancipar, ou seja, não depender mais desses cuidados (oferecidos pela Casa da Mulher) e aprender a cuidar de si mesma. Ainda no enunciado (24), em: “tomem, nas suas mãos, as rédeas do seu destino”, reafirma o sentido produzido pela emancipação, isto é, o empoderamento. As rédeas são utilizadas para conduzir um animal, de montaria, geralmente, o cavalo. Do mesmo modo, a expressão de Dilma produz um sentido de controle sobre a vida, com as rédeas nas mãos, as mulheres poderão tomar decisões, controlar o seu destino, a sua vida. As rédeas, nessa formação discursiva, representam o poder de decisão.

(25) “É uma reivindicação, sem dúvida nenhuma, histórica dos movimentos feministas. É uma reivindicação histórica que, hoje nós estamos cumprindo, esse desejo das mulheres. Porque se trata de uma espécie de resgate da autoestima da mulher, vítima de violência, não ficar com uma seqüela irreparável, que decorre de uma ação - que nós todos repudiamos, que é hoje crime. E, que, portanto, nada mais justo que a mulher tenha sua condição integral reparada. De forma que seu corpo não fique marcado, nem deformado, por uma violência completamente injustificada”. (ROUSSEFF, 2016, linhas 57-63).

O movimento feminista, citado por Dilma no enunciado (25), abordou em suas reivindicações diversos temas, de diferentes formações discursivas. A questão do corpo feminino foi levantada desde os movimentos da década de 1960, quando surgiu a pílula anticoncepcional, e a mulher pode ter um certo controle do seu corpo com relação à gravidez. A “ditadura da beleza” foi outra reflexão importante do movimento feminista, e mais

recentemente, outro tema teve destaque na mídia, o estupro e o assédio sexual⁶². Por isso, essa reivindicação é histórica, o que produz o sentido de que a reparação física de danos causados pela violência é um fato inédito e que vinha sendo reivindicado há tempos.

No enunciado (25), Dilma fala em “resgate da autoestima”, pois uma mulher que teve o seu corpo marcado por algum ato de violência, provavelmente sofrerá discriminação ou sentirá vergonha de seu próprio corpo, e, conseqüentemente, sua autoestima estará em baixa. A então Presidente Dilma utiliza as expressões “sequela irreparável” e “violência completamente injustificada”, podemos notar que as duas expressões trazem a negação por meio do prefixo “i” e “in”. No primeiro caso, em sequela “irreparável”, produz um efeito de sentido de negação, pois a sequela não tem “reparo”, ou não pode ser reparada, pelo menos não por ela mesma, mas por meio de cirurgia plástica. Dessa forma, Dilma está apresentando uma lei que concede à mulher o direito de realizar cirurgia plástica reparadora gratuitamente em casos de lesões decorrentes de atos de violência.

A segunda expressão fala da violência contra a mulher, esse ato não tem justificativa, ou seja, esse tipo de violência não tem uma razão, segundo Dilma é “completamente injustificada”. Afirma-se por meio de fontes históricas, as quais relatamos no capítulo I dessa dissertação, que Dilma Rousseff foi presa e torturada durante o regime militar, fato que, rememora sentidos com relação a essa preocupação com o combate à violência, de modo que, notamos o ethos de identificação, pois segundo Charaudeau (2008), “os políticos jogam com imagens deles mesmos que remetem tanto à vida política, ao definirem-se como personagem, quanto à sua vida privada”. (CHARAUDEAU, 2008, p. 138). Nesse caso, a ex-presidente é enfática, pois rememora a fatos pelos quais ela já passou, conviveu, sofreu.

(26) “Uma violência que, como eu disse, tem origem na **intolerância** e no **preconceito**, que naturalizam toda opressão, e na **cultura machista**, que torna normal a agressão contra a mulher pelo fato de ela ser mulher”. (ROUSSEFF, 2015b, linhas 73-75, grifos nossos).

A violência originária da intolerância e do preconceito engloba a violência contra homossexuais, negros, índios, grupos religiosos, isto é, a violência que recai sobre as minorias, sobre aqueles que são “diferentes” do padrão. Aliás, qual seria o padrão? Qual é o padrão brasileiro? O preconceito nasce de estereótipos, que segundo Orlandi (2015b) reflete fortemente no discurso por meio da relação da linguagem com a história, de modo que o sujeito é falado,

⁶² Fonte: <https://www.cartacapital.com.br/revista/948/mexeu-com-uma-mexeu-com-todas> Acesso em 16/01/2018.

por meio de um “consenso” (ORLANDI 2015b, p. 125) de ideias consolidadas, como explanamos no capítulo I⁶³.

O estereótipo, segundo o dicionário Houaiss é uma espécie de imagem preconcebida baseada em um modelo, busca definir um padrão. Na expressão utilizada por Dilma em “naturalizam toda a opressão”, produz o sentido de que a opressão (que gera a violência) é admitida como uma prática normal e aceita na sociedade.

No Brasil, a população é composta em sua maioria de mulheres, a mistura de raças é evidente, mesmo assim, convivemos com o preconceito e a intolerância contra aqueles que não se enquadram em um padrão preestabelecido. A cultura machista é compreendida historicamente como uma cultura que coloca a mulher em posição inferior ao homem, o que segundo Dilma, faz com que seja admitido como algo natural a agressão física ou qualquer outro tipo de violência contra a mulher.

(27) “Nós sabemos que 15 mulheres são mortas por dia no Brasil [...] apenas pelo fato de serem mulher. Essa morte pelo fato de ser mulher, ela torna a questão de gênero no Brasil, a **questão de gênero** e da **questão do gênero feminino** no Brasil, uma questão específica e especial junto com outras categorias, como a questão de morte por ser negro, de discriminação por ser negro, como também toda a violência contra a população LGBT”. (ROUSSEFF, 2015b, linhas 56; 58-61, grifos nossos).

No enunciado (27), Dilma Rousseff menciona o número de mulheres que morrem assassinadas por dia no país, relaciona o problema à “questão **de** gênero e a questão **do** gênero feminino”. A questão de gênero envolve, além dos gêneros biologicamente⁶⁴ conceituados, masculino e feminino, envolve também os gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e transgêneros, enfim, todos os que não se encaixam em nenhuma das duas categorias padrões. Os gêneros masculino e feminino têm como base a diferença entre a genitália, os cromossomos sexuais e os hormônios produzidos. No entanto, as demais categorias, se diferenciam por aspectos sentimentais, como a atração sexual por outro indivíduo, ou ainda, por preferências, no sentido de usos e costumes.

No final dos anos de 1940, Simone de Beauvoir⁶⁵, filósofa francesa escreveu: “que ninguém nasce mulher, mas torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1980, p. 9), pois para esta escritora, a mulher é uma construção social e cultural, o que relaciona interdiscursivamente às

⁶³ Ver Capítulo I, subitem 1.4 Mulheres na política: as relações de poder.

⁶⁴ Disponível em: <http://brasilecola.uol.com.br/curiosidades/diferencas-entre-homens-mulheres.htm> Acesso em: 13/01/2018

⁶⁵ Fonte: BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

reflexões dos movimentos LGBT, de modo que, os gêneros não seriam naturalmente diferenciados de acordo com sua biologia, mas de acordo com sua cultura ou identidade.

Além disso, convém observar, ainda no enunciado (27), que Dilma volta a relacionar a violência contra a mulher à violência e discriminação sofrida pelos negros e à população LGBT. O sentido produzido é que a mulher faz parte de uma minoria, do mesmo modo que os negros, a população LGBT como foi citada, os índios, deficientes, dentre outros. Dilma procura evidenciar em seu discurso a importância de suas ações de combate à violência, por isso relaciona a violência contra a mulher a outros tipos de violência, no intuito de reforçar a relevância do problema e persuadir seus interlocutores para obter apoio por meio de argumentos. Para isso, assume o ethos de credibilidade, que segundo Charaudeau (2008) tem por base o discurso da razão, sobre a credibilidade no discurso político, Charaudeau (2008) afirma que “é fundamental, uma vez que o desafio consiste em tentar persuadir determinado público”. (CHARAUDEAU, 2008, p. 120).

(28) “Em março deste ano **sancionei** uma lei aprovada pelo Congresso Nacional, a lei que tipifica o feminicídio e que mostra que, a violência e o assassinato contra a mulher pelo fato dela ser mulher, passa a ser julgado como crime hediondo que é. **Meu** governo age de forma muito efetiva, forte, contra a violência que atinge as brasileiras. Porque não só pelo fato da presidenta - **eu sou** a primeira mulher presidente do país - mas porque **nós, mulheres**, e todos os homens de bem desse país nos opomos à injustiça, à covardia e ao desrespeito aos direitos das mulheres. Não podemos fugir ao dever de agir; nem o governo, nem os governos nem a sociedade. Nenhum de **nós** tem o direito de se omitir nesse caso”. (ROUSSEFF, 2015c, linhas 132-139).

O uso dos pronomes possessivo “meu” remete ao sentido de posse, traz a ideia de que o governo é dela, pois nos transmite a ideia que ela pensou tudo isso sozinha, que age sozinha, são ações que ela põe em prática sozinha. Há uma heterogeneidade de discursos, ao mesmo tempo que ela se identifica como mulher que já sofreu violência, agora, como presidente, quer agir contra a violência.

Ao fazer uso do pronome pessoal “nós”, em: “nós, mulheres” Dilma se aproxima do público feminino, o que Charaudeau (2008) caracteriza como *ethos* de identificação, pois nesse momento, ela fala na posição de “mulher” e não de presidente. Importante observar que em um segundo momento, Dilma utiliza o mesmo pronome pessoal “nós”, em “nenhum de nós”, mas dessa vez, na posição de presidente, para incluir os demais governos (estaduais e municipais) e a sociedade sobre a questão dos direitos da mulher.

O sujeito se mostra dividido, pois fala na posição de “mulher” e na posição de “presidente”, e o seu dizer produz sentido conforme a posição ocupada. Ao ocupar a posição

“mulher”, Dilma se mostra mais frágil, preocupa-se com a violência e a discriminação sofrida, entretanto ao ocupar a posição “presidente”, revela-se forte e determinada a acabar com a violência e estabelecer direitos que garantam a autonomia da mulher na sociedade. Segundo Coracini (2003), isso acontece porque o sujeito é incompleto, se constitui no e pelo outro, embora haja uma ilusão de plenitude do sujeito: “sei quem sou” em relação com o outro que eu não posso ser. Segundo Coracini (2003), isso acontece porque “dentro de nós, há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas”. (CORACINI, 2003, p. 289). Aliás, o desejo do outro é a expressão do desejo de completude que nos habita e se manifesta na busca da verdade, do controle de si e dos outros”. (CORACINI, 2003, p. 243).

Quando Dilma fala do “dever de agir”, trata-se de um dos deveres do poder administrativo no âmbito jurídico⁶⁶: Poder - dever de agir. Segundo o direito administrativo, que trata das regras que regem a administração pública, o “dever de agir” é uma obrigação de agir. Por exemplo, o Presidente da República não pode deixar de praticar atos de seu dever funcional. Ele tem o poder para praticar e o dever de praticar. Portanto, é uma obrigação do governo esse “agir”. Ainda sobre o “agir”, na perspectiva de Charaudeau (2008), com relação ao *ethos* discursivo, podemos apreender o *ethos* de credibilidade, segundo o autor, “a credibilidade repousa sobre um *poder fazer*, e mostrar-se crível é mostrar ou apresentar a prova de que se tem esse poder”. (CHARAUDEAU, 2008, p. 119). Assim sendo, como ela, na época, era a Presidente do país, ela tinha o poder fazer na mão, e estabelece a Lei do Feminicídio, uma proteção não só para todas as mulheres do país, proteção que ela está e se sente incluída, na tentativa de reparar uma falta no/do seu passado.

(29) “Nós persistimos defendendo a plena aplicação da Lei Maria da Penha. Acredito que, neste país, é fundamental que nós **mudemos a cultura** que justifica a violência doméstica contra a mulher [...]”. (ROUSSEFF, 2011, linhas 127 -128, grifos nossos).

A expressão “Nós persistimos” dá o sentido de continuidade e insistência. Dilma tenta evidenciar em sua fala, que ela e seu governo estão dando continuidade às ações do governo anterior, já que a Lei Maria da Penha fora criada em 2006, no governo de Lula. Na expressão “plena aplicação”, é produzido o sentido de que a lei precisa ser respeitada e aplicada integralmente, tal qual fora estabelecida.

Partindo da noção de cultura, proporcionada por Bauman (2012), de um modo genérico, a cultura tem seu alicerce na sociedade e não existe sociedade sem cultura, pois é a expressão

⁶⁶Fonte: <https://jus.com.br> Acesso em 17/01/2018.

de uma sociedade por um determinado período. Portanto, quando Dilma relata ser preciso que “nós mudemos a cultura” no enunciado (29), refere-se à questão da cultura machista. A cultura que justifica a violência doméstica tem uma base histórica patriarcal, antiga, em que o homem é considerado superior à mulher. De acordo com Foucault (2015), “Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua política geral de verdade: isto é, os tipos de discurso que aceita e faz funcionar como verdadeiros”. (FOUCAULT, 2015, p.52).

Na expressão “mudemos a cultura que justifica a violência doméstica contra a mulher”, a palavra “cultura” aí empregada produz um efeito de sentido de “ideologia”, no caso, a ideologia machista, que uma vez cristalizada nos discursos, faz com que sejam justificáveis os atos de violência. Desse modo, “mudar a cultura” pode ser entendido como mudar a ideologia que perpassa o sujeito, e por meio de suas práticas sociais, o discurso é uma delas, pode oprimir o outro, como um discurso de autoridade que não deve ser contestado. Além disso, essa possibilidade, de usar um termo no lugar de outro, proporciona outros sentidos, pois se dissesse: “deixemos o machismo”, no lugar de: “mudemos a cultura que justifica a violência”, outros sentidos poderiam ser construídos, até mesmo de resistência, devido à negatividade que a palavra machismo produz.

(30) “A Lei Maria da Penha, sem dúvida, senhoras e senhores deputados e senadores, um marco nessa trajetória de luta contra a violência contra a mulher, é fruto de uma longa luta e é fruto de uma luta levada a cabo por mulheres no cotidiano do nosso país e, por isso, essa lei criou bases para penalizar os agressores e permitiu que crimes contra a mulher passassem a ser tratados como crimes, e não mais pudessem estar abrigados sob a vergonhosa alcunha de crimes de amor”. (ROUSSEFF, 2013b, linhas 86-91).

A trajetória das lutas de mulheres, como trouxemos no Capítulo I desta dissertação, culminou na conquista de direitos que foram legitimados mediante leis. A Lei Maria da Penha representa uma grande conquista das mulheres brasileiras, pois por meio dessa lei, as mulheres têm uma proteção em caso de violência doméstica, e seu agressor poderá ser afastado, como medida protetiva, ou até mesmo preso, conforme a gravidade, nesse sentido, a lei Maria da Penha é considerada “um marco” na história da mulher.

Dilma critica a utilização do termo “crimes de amor”, o que para ela trata-se de uma “alcunha”, que segundo o dicionário Houaiss significa uma substituição de um termo, ou nome, uma espécie de apelido, pode ter um sentido depreciativo. Ao utilizar o vocábulo “crime”, o sentido produzido é mais severo, requer punição, ao contrário de “crimes de amor”, que ameniza a gravidade do assunto, tornando-o mais leve, e, desse modo, passível de punição mais

branda, ou até mesmo de impunidade. Nisso, observamos mais claramente, como o modo de nomear certas ações ou objetos, produz diferentes sentidos.

A questão dos crimes de amor remete-nos à época em que os crimes em defesa da honra reinavam em nosso país, época em que por qualquer razão machista o homem praticava um crime contra a mulher que “amava” para defender sua honra e não recebia punição alguma, pois havia justificativa para tal prática, que para nós hoje é hedionda. É importante ressaltar que mesmo nos dias de hoje, se o “crime” for denominado como “crime de amor”, ele se torna diferente dos demais crimes, ele é menos subversivo, têm atenuantes, não merece ser tratado como um crime qualquer, e muito menos ter um maior agravante, como o caso do “crime passionnal”, pois é decorrente “do amor”.

(31) [...] “com o programa Mulher: Viver sem Violência, estamos dando mais um passo. Sabemos que é preciso fazer **muito mais** e **sempre** para combater a violência contra a mulher. **Nós** queremos que o país se aproxime, **cada vez mais** e de forma **cada vez mais** rápida, do dia em que nosso país, a nossa sociedade e os governos tenham tolerância zero com a violência praticada contra a mulher. [...]. Porque **esse crime envergonha** a humanidade, **esse crime envergonha** as famílias, **esse crime envergonha** homens e mulheres da nossa sociedade.” (ROUSSEFF, 2013a, linhas 70-77 grifos nossos).

No enunciado (31), vemos a dupla identidade discursiva, característica do discurso político, pois Dilma tanto ocupa uma posição ideológica, quanto uma posição no processo comunicativo. Podemos observar que Dilma é a porta-voz do governo, e também a voz que representa o povo. Podemos verificar essa identidade em “estamos dando”, “nós queremos” como forma de representar a voz dela e do seu governo.

O uso dos advérbios “muito”, “mais”, “sempre” intensifica a ideia de que se deve fazer algo mais para combater a violência. O mesmo sentido, que é o de intensidade, é produzido em “cada vez mais”.

A expressão “tolerância zero” utilizada por Dilma no enunciado (31) é utilizada comumente para ações policiais, fiscalizações, trata-se de uma expressão já reconhecida historicamente pelo seu uso, e produz o efeito de que a violência é inadmissível, portanto, não deve ser tolerada. A expressão “tolerância zero” nasceu a partir de uma política criada para combater a criminalidade em Nova York. O então prefeito, Rudolph Giuliani, instaurou uma política severa de combate aos crimes, o que reduziu pela metade as taxas de criminalidade. A expressão foi novamente utilizada, dessa vez por Francisco Millani ao interpretar o personagem “Seu Saraiva” em programas de comédia, “Escolinha do Professor Raimundo”, e “Zorra Total”, na rede Globo de televisão com o bordão “Pergunta idiota, tolerância zero”, quando indagado

por perguntas, cujas respostas são óbvias ou desnecessárias. No caso do bordão do comediante, a expressão produz o sentido de ser uma pergunta irritante, isto é, uma pergunta “intolerante”, a tal ponto que ele responde de modo grosseiro, por não suportar esse tipo de pergunta.

Do mesmo modo, essa expressão, ao ser utilizada por Dilma, produz um sentido de que ela repele a violência contra a mulher, assim como o personagem não suporta as “perguntas idiotas”, Dilma não admite que esse tipo de violência ocorra, portanto, a tolerância é zero. Outro sentido que podemos observar é o uso de “tolerância zero” em vez de “intolerância”, pois esta última produz um sentido negativo, de preconceito e discriminação, como podemos observar no enunciado (26) é utilizada, mas como forma de evidenciar o aspecto negativo dessa “não tolerância”.

Como forma de intensificar a problemática da violência contra a mulher, Dilma Rousseff faz uso da repetição dos termos “esse crime envergonha”, ela enfatiza a gravidade desse crime. Se esse tipo de crime envergonha nosso país, possivelmente, ela está nos remetendo aos crimes bárbaros ocorridos em países subdesenvolvidos, tanto quanto nas civilizações dos primórdios dos tempos. Assim, nosso gesto de interpretação, remete os crimes contra a mulher a um sentido totalizante sobre o crime de violência contra a mulher, e este, como uma questão que afeta a toda uma sociedade, caracteriza uma sociedade machista.

(32) “Porque a violência contra a mulher, ela é uma das origens da violência na sociedade. Uma família constituída sob a violência contra a mãe, e que geralmente de uma forma ou de outra envolve os filhos, repassa esses valores de violência, de desrespeito, discriminação para as gerações futuras. Por isso, queridas e queridos companheiros e amigos presentes, nosso programa Mulher: Viver Sem Violência, tem de ter também um forte componente cultural, ele tem de mudar valores. Por isso nós precisamos de todos nessa luta”. (ROUSSEFF, 2013a, linhas 97-103).

O uso do “porque” produz o sentido de explicação, é usado por Dilma para responder e justificar as ações de seu governo no combate à violência contra a mulher. O “porque” foi usado por Dilma como forma de explicar as consequências da violência contra a mulher e, conseqüentemente, fundamentar as ações implementadas.

No enunciado (32), Dilma fala sobre a violência contra a mulher e de como essa violência afeta toda a sociedade. Novamente podemos apreender que o efeito de sentido produzido é de que o problema da agressão sofrida pela mulher que é mãe, afeta toda a família, uma vez que seus filhos serão atingidos, direta ou indiretamente e, assim, sucessivamente. De acordo com a ex-presidente, a criança que cresce em meio a essa realidade de violência praticada dentro de sua casa, será influenciada de modo negativo em sua formação como cidadão, será também contaminada pelas ações de violência. No caso, os “valores” que são

repassados por meio dessa prática, que é a de violência, são: desrespeito, discriminação, que são valores contrários aos que a criança precisa receber. Por isso, Dilma considera que a violência contra a mãe “é uma das origens da violência na sociedade”.

Portanto, utilizando-se de seu poder, enquanto Presidente da República, ela suplica a todos a mudança de valores, no enunciado (32), rememorando os discursos sobre “moral e ética” e justiça social. Segundo esses discursos, a sociedade tem a necessidade de se organizar, mas para isso precisa estabelecer parâmetros morais e de conduta igualitários, é uma questão de conscientização para a mudança de valores, visando a justiça social, sobretudo, às minorias, no caso, a mulher. A construção utilizada por Dilma: “mudar valores”, não diz respeito a valor comercial, pois a FD, na qual está inscrita, produz o sentido de mudar determinados comportamentos, atitudes que culturalmente foram repassados e que precisam ser revistos.

(33) “Cada mulher desrespeitada, humilhada, agredida, é parte de uma família. E como parte de uma família - e nós sabemos que, no Brasil, é a parte fundamental da família, porque tem um papel social em relação aos filhos, às crianças, e aos adolescentes. Significa que quando ela é agredida, a família é agredida, as crianças são agredidas, os jovens são agredidos, todos são agredidos”. (ROUSSEFF, 2015c, linhas 107-111).

O discurso político tem como característica a persuasão, portanto, Dilma, no intuito de estabelecer um consenso, reafirma a ideia da importância do combate à violência contra a mulher no enunciado (33), a fim de justificar as ações realizadas em prol do combate à violência. Nas palavras de Charaudeau (2008), “o político deve convencer todos da pertinência de seu projeto político e [...] fazer o maior número de cidadãos aderirem a esses valores”. (CHARAUDEAU, 2008, p. 79).

O papel da mulher, expresso por Dilma no enunciado (33), é o de mãe, e a relevância de seu papel é devido à influência que exerce sobre os filhos, sejam eles crianças, adolescentes ou jovens. Desse modo, o sentido que apreendemos nesse enunciado, é que a preocupação de Dilma e seu governo, são as mulheres que são mães, pois as vê como a raiz formadora dos futuros cidadãos, e por isso, precisa ser preservada, pois a medida em que a mulher é maltratada, desrespeitada, agredida, ou qualquer coisa que lhe afete negativamente, refletirá nas crianças e jovens, seus filhos, e, conseqüentemente, na geração que está sendo formada.

O uso de repetições na sequência: “a família é agredida, as crianças são agredidas, os jovens são agredidos, todos são agredidos” reforça o sentido da importância de proteger a mulher, pois essa agressão acarreta uma série de prejuízos que afetam toda a família. Além disso, essas atitudes vêm revelar o nível de educação, de conscientização de um país que, na época, se denominava em desenvolvimento.

3.4 Violência contra a mulher – a prática de uma ideologia

Este último subitem rememora um tema abordado em quase todas as políticas públicas apresentadas anteriormente, que é a violência contra a mulher. Essa violência, que muitas vezes é mascarada nos discursos do cotidiano, nas notícias, nas propagandas, em novelas, enfim, ainda é o principal problema a ser enfrentado pelo sujeito feminino, uma vez que é tratada, ainda hoje, como um tabu. Por ser tabu, muitos ainda evitam relatar os acontecimentos, preferem silenciá-los, reinando ainda a concepção de que “em briga de marido e mulher não se mete a colher” e a mulher, por sua vez, se silencia na tentativa ainda de evitar retaliações dentro de sua própria casa.

No desenvolvimento desta pesquisa, ao selecionar os discursos e fazer os recortes, notamos que a formação discursiva (FD) de violência contra a mulher está presente em quase todos os discursos, e, embora alguns programas sociais não tenham como objetivo principal, o combate à violência, mesmo assim, é possível encontrar tal objetivo na proposta.

Por isso, decidimos finalizar com este último tema, que nos chamou a atenção, devido sua grande incidência nos discursos analisados. Pautamo-nos em sete enunciados como forma de mostrar a relevância e a incidência sobre a questão da violência contra mulher.

(34) “Sabemos que o exercício da violência privada é um momento dramático porque mostra para crianças algo que as crianças deviam evitar também, que é o contato com uma forma de violência que não tem justificativa e, por isso, tem de ser criminalizada, sim”. (ROUSSEFF, 2011, linhas 130-133).

A então presidente Dilma fala sobre “o exercício da violência privada”, que produz o sentido da violência doméstica, a violência que ocorre dentro de casa, e que, por isso, atinge toda a família, em especial à criança, por estar em fase de formação de caráter. A violência física, que pode trazer sequelas físicas e até mesmo colocar a vida em risco; ou a violência psíquica, aquela que machuca e oprime por meio de palavras ríspidas, ofensas que ferem moralmente a pessoa.

A expressão utilizada por Dilma, ainda no enunciado (34), “uma forma de violência que não tem justificativa” rememora o discurso cristalizado pela ideologia machista, de que “mulher que não obedece tem que apanhar”, ou “mulher gosta de apanhar”, pois pertencem a uma mesma formação discursiva e são apreendidos pelo interdiscurso. Vemos, portanto, nesse enunciado, o trabalho da memória discursiva, como explica Maingueneau (1997) “a toda formação discursiva é associada uma *memória discursiva*, constituída de formulações que repetem, recusam e transformam outras formulações”. (MAINGUENEAU, 1997, p. 115 grifos

do autor). Portanto, por meio da historicidade, daquilo que já foi dito anteriormente (já-dito), é reformulado agora conforme a formação discursiva, as condições de produção, por isso novos sentidos são produzidos.

(35) “**Nós** não podemos, de maneira alguma, concordar que mulheres, ainda neste século XXI – que eu tenho certeza de que será o século do empoderamento cada vez maior das mulheres – que as mulheres não sejam protagonistas, e sim, vítimas. **Nós** não somos vítimas, nós queremos ser sujeitos da nossa própria história.” (ROUSSEFF, 2011, linhas 134-137).

Rousseff utiliza o pronome pessoal “nós” no enunciado (35) de duas formas distintas, na primeira vez em “Nós não podemos”, a então presidente fala em nome de seu governo, no intuito de promover as ideias e ações de seu governo. Na segunda vez que Dilma utiliza o pronome pessoal “nós”, em “Nós não somos vítimas”, ela representa a voz do povo, ao mesmo tempo em que se inclui ao grupo a quem está se referindo, no caso as mulheres, talvez, justamente por já ter enfrentado essa situação de violência em seu passado. Segundo Charaudeau (2008), podemos observar um *ethos* de identificação, no qual o político se compadece das vítimas, procurando se aproximar delas, nesse caso, Dilma se identifica com as mulheres que sofrem ou já sofreram violência.

O discurso do empoderamento feminino é rememorado no enunciado (35). O termo “protagonista”, utilizado por Dilma, segundo o dicionário Houaiss, é o ator principal, ou seja, aquele que tem destaque em uma peça de teatro, novela, ou algo parecido. Na FD a qual a palavra “protagonista” está inserida no enunciado (35), produz o sentido de posição da mulher na sociedade, que cada vez mais busca ocupar espaço na política, ou em cargos de chefia, ou como líderes do lar.

Outra expressão que explicita o discurso do empoderamento, presente no enunciado (35), é “ser sujeitos da nossa própria história”. Observamos aqui o interdiscurso, uma vez que essa expressão é um já-dito, da ordem do pré-construído, segundo Pêcheux (1995), “**algo fala sempre antes, em outro lugar e independentemente**” (PÊCHEUX, 1995, p. 162 grifos do autor). Os dizeres de Dilma nos remetem discursivamente aos dizeres de Paulo Freire (2002), em sua obra “Pedagogia da autonomia”, na citação: “É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da História” (FREIRE, 1981, p. 60). Por isso, o sentido produzido por esse dito, é de que a mulher quer ter o controle de decisão sobre sua vida, bem como autonomia para escolher e realizar o que quiser.

Os dizeres de Dilma “não somos vítimas” trata-se de uma negação polêmica, pois refuta outro discurso, o que historicamente é conhecido como “discurso de vitimização”. O discurso de vitimização não diz respeito somente ao feminismo, mas a outros grupos sociais que são

acusados de se aproveitarem de suas características físicas, ou de suas condições e se colocam como vítimas em situações diversas para obter vantagem, uma espécie de imunidade. Quando alguém diz: “virou bandido porque foi abandonado pela família e ninguém o ajudou”, ou ainda, “não sou respeitada só porque sou uma mulher bonita”, “estava desempregado, por isso entrei para o tráfico”, são exemplos de discurso de vitimização, em que o sujeito se porta ou é colocado como vítima, quando não é. Isso ocorre ao não assumir a responsabilidade pelos atos, e direcionar a “culpa” a outrem.

(36) “Até porque, nós todas sabemos que uma família onde tem violência não é um bom lugar para se criar cidadãos brasileiros integrais. Por isso, eu acredito que essa não é uma questão só da Secretaria das Mulheres, do movimento das mulheres, e esse é um objetivo que só será, de fato, efetivado se nós contarmos com o apoio dos homens. E aí, eu aproveito para cumprimentar o Supremo Tribunal Federal pela sua histórica decisão de estabelecer que o homem que agredir uma mulher será processado mesmo que, por medo, ela não procure a polícia para prestar queixa, e mesmo que intimidada, ela tente desistir da ação”. (ROUSSEFF, 2012a, linhas 166-172).

No enunciado (36), Dilma se coloca na posição de “sujeito mulher” e não de governante, no caso, presidente. Nesse sentido, Orlandi (2015a) afirma que a posição do sujeito “é constitutivo do que ele diz” (ORLANDI, 2015a, p. 37). A respeito disso, Foucault (2008) afirma que o sujeito ocupa diferentes “posições” no discurso, produzindo diferentes sentidos conforme a posição que ocupa. Nessa mesma perspectiva, Orlandi (2015a) explica que quando se fala de determinada “posição”, o sentido é construído a partir da FD a qual o sujeito está inscrevendo seu discurso no momento: “Quando falo a partir da posição de ‘mãe’, por exemplo, o que digo deriva seu sentido, em relação à formação discursiva em que estou inscrevendo minhas palavras”. (ORLANDI, 2015a, p. 47).

Ao utilizar o pronome pessoal “nós”, em “nós todas sabemos”, volta-se ao *ethos* de identificação, já que segundo Charaudeau (2008), o político aproxima-se do seu público por meio de demonstração de sentimentos e intimidade. Dilma, em sua biografia, relata ter sofrido violência física, portanto, afirma com autoridade que “onde tem violência não é um bom lugar para se criar cidadãos brasileiros integrais”, ela fala com propriedade por ter vivido e presenciado essa violência, tornando-se ela própria um argumento de autoridade.

Dilma volta a relacionar o problema da violência contra a mulher à criação de filhos ao dizer que “onde tem violência não é um bom lugar para se criar cidadãos brasileiros integrais”, pois esses “cidadãos” a que a ex-presidente se refere são as crianças e adolescentes, filhos de mulheres que convivem com a violência doméstica contra a mulher.

O discurso do silenciamento é rememorado no enunciado (36), quando Dilma fala sobre a mulher que é “intimidada”, isto é, seu discurso é silenciado, ou interdito, de modo que não

diga aquilo que quer, mas somente o que lhe é permitido, sobre essa (sua) interdição, ou seja a intimidação. Foucault (2014) considera que essa interdição é um procedimento de exclusão “Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”, a qualquer momento (FOUCAULT, 2014, p. 9), então, mesmo que a mulher “tente desistir”, o Supremo Tribunal Federal (STF) dará prosseguimento ao processo. O sentido produzido por “tente desistir”, na FD a que está inscrito o discurso, produz o sentido de voltar atrás da decisão de denunciar o seu agressor, pelo medo, ou de sofrer violência novamente, ou de ser abandonada, já que muitas dependem financeiramente de seus parceiros, e ainda o vínculo emocional. Algumas mulheres acabam mudando seu discurso como forma de proteger ou aliviar a pena de seu agressor. Sobre isso, Orlandi (2015b) explica que “Há, pois, uma declinação política da significação que resulta no silenciamento como forma não de calar, mas de fazer dizer ‘uma’ coisa, para não deixar dizer ‘outras’”. (ORLANDI, 2015b, p. 53 grifos do autor).

A expressão “histórica decisão” produz o sentido de um acontecimento, algo que mudou a história, pois a decisão do STF é um fato que inovou a história da mulher e contribuiu para que a violência não fique impune nos casos em que a vítima sequer tem forças para se defender ou pedir ajuda. Desse modo, o STF procura dar voz à mulher que sofre violência e não tem coragem para denunciar, foi um marco na história da mulher, por isso a expressão “histórica decisão”. Outra expressão parecida foi utilizada no enunciado (25) “reivindicação histórica”, que também produz um sentido semelhante, de inovação, já que também foi um “marco” na história da mulher, a conquista do direito de reparação das sequelas físicas oriundas da violência física praticada contra a mulher.

(37) “Nós devemos ser intransigentes e obstinados no enfrentamento de qualquer forma de violência. E devemos reconhecer que há formas de violência que são mais abjetas porque são mais destrutivas que as outras, entre essas, sem dúvida nenhuma, a violência contra a mulher é uma delas. Porque faz da mulher vítima do crime pelo simples fato de ela ser mulher, mas também, porque contamina a relação familiar”. (ROUSSEFF, 2013b, linhas 40-44).

Os termos utilizados por Dilma, no enunciado (37), “intransigentes” e “obstinados” produzem um efeito de sentido de que não se deve admitir, em hipótese alguma, qualquer forma de violência. Apesar de que, o termo “intransigente” remete a um sentido negativo, geralmente, relacionado ao preconceito, ou à pessoa que não concorda com determinada regra, assim como o termo “obstinados” produz um sentido de obsessão, uma espécie de desejo exagerado. Podemos ainda rememorar o discurso de “tolerância zero” à violência, já citado anteriormente por Dilma no enunciado (31).

Segundo o dicionário Houaiss, o termo “abjeta” significa desprezível, moralmente baixo, assim, o sentido produzido é que a violência contra a mulher é a mais abominável dentre todos os outros tipos de violência. Em seguida, mais uma vez, Dilma relaciona o problema da violência contra a mulher com as relações familiares, pois segundo a ex-presidente isso é um dos motivos pelo qual essa violência é a mais depreciativa, é o fato de “contaminar” a relação familiar.

(38) “[...] porque o acolhimento e a proteção significam algo fundamental que é o amparo à vítima da violência, é reconhecer a vítima como vítima e não olhar a vítima como suspeita, como aconteceu durante muito tempo em nosso país”. (ROUSSEFF, 2013b, linhas 80-82).

O amparo à vítima de violência requer “acolhimento” e “proteção”, isso significa que a mulher que foi vítima de violência precisa de apoio para superar o fato e para que não fique com sequelas. Nesse enunciado, na expressão “reconhecer a vítima como vítima”, há a presença do interdiscurso, pois rememora no fio discursivo, o discurso de “culpabilização da vítima”, que trata de responsabilizar a vítima pelo crime, por exemplo, como vemos na mídia, discursos do tipo “a vítima usava roupas indecentes, por isso foi assediada”, ou “porque estava andando sozinha tarde da noite, por isso foi atacada”. Discursos desse tipo trazem um sentido de justificação do crime e responsabiliza a vítima pelo ocorrido, que segundo Pêcheux (1995), é outro discurso que fala, em outro lugar, mas que, se junta em uma rede de filiações históricas e ideológicas, produzindo sentido. De acordo com Maingueneau (1997), o interdiscurso é um processo de reconfiguração em que se incorpora elementos pré-construídos por meio da FD. Desse modo, o sentido produzido, nesse enunciado, é contrário ao do discurso de “culpabilização da vítima”, mas produz o sentido de que a vítima realmente não tem culpa de ter sofrido a violência, independentemente de suas ações.

(39) “O combate à violência contra a mulher também significa reconhecer o papel da mulher dentro de qualquer unidade familiar, a importância da mulher como fator de construção de **uma sociedade** justa, de **uma sociedade** fraterna, de **uma sociedade** mais igual, **uma sociedade** que não discrimine quem quer que seja”. (ROUSSEFF, 2015a, linhas 122-125 grifos nossos).

No enunciado (39), Dilma justifica a ação de combate à violência como forma de proteger a família, e, conseqüentemente, toda a sociedade. O discurso político presta o papel de convencer o cidadão sobre a importância de seus programas sociais para obter o apoio desses que o elegeram, como daqueles que não o escolheram, segundo Charaudeau (2008), “É preciso, portanto, que o político saiba inspirar confiança, admiração”. (CHARAUDEAU, 2008, p. 80).

Por isso, Dilma sempre procura justificar e promover as ações de seu governo no intuito de conquistar a confiança de seu público.

Novamente, Dilma Rousseff argumenta sobre a importância do combate à violência contra a mulher, porque ela tem um papel fundamental na estrutura familiar, pois é por meio da mulher que, segundo Dilma, se constrói a sociedade, por isso é importante protegê-la. A repetição da expressão “uma sociedade” reforça o sentido da importância do papel da mulher na estrutura familiar e, conseqüentemente, na sociedade. Ela é enfática, repete esse termo, visando a convencer o cidadão sobre o seu discurso verdadeiro.

Os termos “justa”, “fraterna”, “igual”, historicamente nos remetem ao lema da Revolução Francesa: “*Liberté, Egalité, Fraternité*” que ficou conhecido mundialmente e tornou-se o lema de outras lutas pela democracia na França. A expressão produz o sentido de busca por igualdade política, igualdade entre os cidadãos, a liberdade de expressão e a paz entre os povos. Por isso, podemos afirmar que esses sentidos são retomados e reformulados no discurso da ex-Presidente Dilma no enunciado (39).

(40) “[...] **violência zero** contra as mulheres, lutar para que as mulheres não sejam objeto de violência, seja doméstica, seja fora de casa, é uma das prioridades do nosso governo. Como é, também, uma prioridade do governo a luta contra toda forma de preconceito. É completamente **inaceitável** que uma pessoa, pelo fato de suas características, seja submetida a atos de violência de qualquer espécie. Especialmente por ser mulher”. (ROUSSEFF, 2016, linhas 21-25 grifos nossos).

Como já havíamos mencionado, a expressão “tolerância zero” é um discurso que tem o seu sentido histórico, que significa que é “inaceitável”, ou que, não será admitido em hipótese alguma determinada prática, no caso dessa FD, é a violência contra a mulher. Dilma, no entanto, reformula o dito quando diz “violência zero” além de fazer alusão à expressão utilizada na política de combate ao crime em Nova York, como já mencionamos no enunciado 31, produz um novo dizer, reafirmando a mesma ideologia, em uma mesma FD, produzindo sentidos que são recuperados por meio da historicidade e da ideologia. É o interdiscurso, que segundo Orlandi (2015a), “disponibiliza dizeres” (ORLANDI, 2015a, p. 29) e, sobre essa reformulação, essa autora considera que “O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua.” (ORLANDI, 2015a, p. 30).

Dilma explica a importância que o seu governo dá ao combate à violência, e relaciona a “toda forma de preconceito”, pois a preocupação do governo não é especificamente a de proteger a mulher, mas a todos que sofrem preconceito, como negros, homossexuais e demais ditos excluídos da sociedade.

No enunciado (40), Dilma fala sobre “lutar para que as mulheres não sejam objeto de violência”, o que remete ao já-dito “mulher objeto”, que historicamente, parte da ideologia machista e inferioriza a mulher, produz um sentido de pertencimento da mulher ao homem, e este, portanto, é seu dono. Ao contrário de “sujeito da sua história”, que dá o sentido de poder e autonomia, produz assim, um efeito de sentido de independência, pois a mulher pode escrever a sua história, ter sua voz ouvida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Análise do Discurso permite reflexões acerca dos sentidos construídos pelos discursos ao relacionarmos a língua em sua prática, com suas contradições, regularidades e dispersões. Nesta pesquisa, buscamos produzir sentidos sobre a representação feminina, construídos no fio discursivo, atravessados pela ideologia de um sujeito que é incompleto e dividido, que se constitui pelo olhar do outro, e produz sentidos ao ocupar um espaço em um contexto histórico social.

Os pronunciamentos aqui analisados têm como sujeito enunciativo uma mulher, na posição de liderança, no caso, presidente do país. Compreendemos que, essa posição ocupada pelo sujeito tem relevância na constituição dos sentidos. Dilma se desloca da posição de presidente para passar a um sentido de proximidade com o sujeito a quem se dirige, de tal modo que, o *ethos* de identificação sobressai ao *ethos* de credibilidade, pois Dilma procurou construir em seus pronunciamentos uma maior proximidade com as mulheres, procurando passar um sentido de igualdade de posição enquanto mulher e mãe, trocando seus papéis sociais, justamente por ser um sujeito heterogêneo, cindido e dividido. Essa busca pela proximidade em relação às mulheres é também uma forma de persuadir e convencer de que seus programas sociais são importantes e obtenham assim uma melhor aceitação.

Embora haja essa tentativa do sujeito em querer produzir determinados sentidos, em uma espécie de ilusão, Dilma é levada por sua ideologia e se materializa nos discursos. Por isso, em muitos momentos, podemos notar o equívoco, a falha, que são evidências dessa ideologia. Esse sujeito cindido produz sentido conforme se inscreve na história, em um jogo entre paráfrase e polissemia, isto é, o sujeito busca produzir diversas formas de dizer o mesmo, e pode acabar produzindo outros sentidos. Podemos apreender em alguns momentos, Dilma procura dar à mulher uma certa autonomia, uma posição de destaque. No entanto, em outro momento, representa a mulher unicamente como mãe e responsável pela família, portanto, vemos aqui um sujeito heterogêneo, dividido, entre aquilo que quer significar e a ideologia que o constitui.

Quanto a nossa hipótese de pesquisa, observamos que, com a eleição da primeira mulher à presidência da república, não houve um aumento significativo de políticas em prol da mulher, já que, quase sempre, essas políticas estão relacionadas à promoção da igualdade social, em prol dos menos favorecidos, envolvendo negros, índios e demais minorias. Entretanto, embora não tenham sido criadas ações específicas para a promoção da educação, ou formação profissional da mulher, como forma de empoderá-la, visto que, os programas de auxílio,

financiamento ou bolsa, levam em consideração a classe social ou etnia, a participação feminina chegou a superar a de homens. Desse modo, podemos considerar que houve uma melhoria para as mulheres das classes mais baixas, muitas dessas mulheres foram beneficiadas por programas sociais que as contemplaram, ainda que, muitas vezes, estivessem relacionados ao fato de ser mãe e visando a abranger os filhos respectivamente. Sobre o problema da violência contra a mulher, observamos que a ação mais representativa, isto é, a ação mais relevante quanto ao combate à violência contra a mulher, foi a Lei Maria da Penha, que já havia sido criada antes de a Presidente Dilma assumir a presidência.

Com relação aos objetivos desta pesquisa, por meio dos pronunciamentos aqui analisados, apreendemos que Dilma Rousseff procurou legitimar o seu poder por meio do discurso, buscando promover suas ações como forma de conquistar a aceitação e o apoio da sociedade. A representação feminina concebida pela presidente Dilma não difere da representação idealizada pela sociedade, pois ambas compreendem o sujeito feminino como responsável pela criação de filhos e cuidados do lar como seu principal papel a ser desempenhado. Embora tenha levantado a bandeira do empoderamento, Dilma se mostrou dividida entre dar autonomia para a mulher como cidadã que precisa ter seu espaço reconhecido, e oferecer melhores condições de vida para a mulher enquanto mãe, para a criação dos filhos, e desse modo, obter uma melhor estruturação familiar com vistas a uma diminuição da violência.

A sociedade, o governo e a própria mulher, ainda, não se libertaram dos padrões tradicionais, em que a mulher, desde pequena, é ensinada a cuidar da casa, dos filhos e da beleza, do mesmo modo, os meninos são ensinados que devem estudar e se preparar para liderarem.

Essas ideologias, cristalizadas na sociedade, possuem uma forte influência nas práticas sociais, o que podemos apreender por meio dos discursos. Muitos discursos veiculados na mídia televisiva, internet, ou em revistas, trazem um discurso machista, por vezes de forma velada, em propagandas de eletrodomésticos, produtos de limpeza, ou até mesmo produtos de beleza.

O sujeito feminino ainda luta por igualdade para se incluir em novos espaços, como o espaço político por exemplo, mas enfrenta discriminação e preconceito por parte de homens, e até mesmo das próprias mulheres, que, levadas por ideologias machistas, acabam não apoiando a causa. A busca pelo poder envolve também, a busca pelo conhecimento, pois por meio do conhecimento, de uma formação, poderá ocupar posições de destaque, ter autonomia, e ser ouvida.

Mediante as considerações tecidas no decorrer deste trabalho, compreendemos que os discursos religiosos e a família de base patriarcal contribuíram e ainda contribuem para a

propagação da cultura machista, a partir de uma rede de memória, em que esses discursos são (re)produzidos, de modo que os sentidos produzidos são aqueles da ideologia dominante. O já-dito é rememorado, reforça a ideia de que a mulher deve se restringir ao privado, isto é, seu lugar não é público, deve ficar restrita aos afazeres domésticos, geração de filhos e cuidados com a beleza, voltados para a conquista de um futuro pretendente, ou para a satisfação do marido, quando casada.

Alguns direitos foram alcançados, de modo que, hoje, a mulher vem ganhando espaço em setores que, anteriormente, eram exclusivamente masculinos, como em alguns cargos de chefia, cursos e profissões e também no espaço político, mas ainda sofre discriminação, muitos paradigmas precisam ser (des)construídos.

A presença feminina na política ainda é pequena, se comparada ao número de mulheres, que são a maioria no país. Desse modo, ainda necessitam de leis que estipulem cotas para que a sua participação seja mais equilibrada e representativa. Contudo, alguns discursos de ideologia machista insistem em permanecer afirmando que política não é para mulher, ou coisa do tipo. Sem a devida representatividade no governo, as mulheres enfrentam dificuldades para adentrar ou permanecer no meio político, já que muitas permanecem por apadrinhamento ou para preencher o número exigido pela lei, mas sem grande expressão. Enquanto esses discursos circularem socialmente, o problema da sub-representação feminina na política permanecerá afetando a busca pela igualdade de gênero. Discursos de caráter machista silenciam outros discursos, buscam interditar o sujeito que se posicionar de modo contrário, não dando voz para que o sujeito feminino venha a ter seu espaço na ordem do discurso, pois o discurso representa poder.

As políticas públicas para a mulher são fundamentais para promover a ascensão do sujeito feminino, diminuindo a desigualdade social devido ao gênero. A mulher ainda sofre em consequência de uma cultura patriarcal cristalizada, em que o homem ainda é pensado como um ser superior à mulher. Desse modo, políticas que dão suporte à mulher em sua formação profissional contribuem para a ascensão feminina. O empoderamento feminino é uma forma de dar voz à mulher, para que seja ouvida em suas necessidades e, assim, receber o apoio necessário para superar a desigualdade social em que se encontra, pois, a mulher sofre por ser mulher e por ser pobre, outras ainda, por ser mulher, pobre e negra, ou índia, ou deficiente, entre outros. Desse modo, vemos que a desigualdade pode ser dupla ou triplamente determinada, por questões do gênero, classe social e etnia.

A violência contra a mulher, tanto a física, quanto a psicológica, ainda é um grande problema a ser enfrentado, uma vez que ainda predomina a cultura de que a mulher pertence ao

homem, o qual pode fazer o que quiser para que sua vontade seja atendida. Discursos dessa ordem circulam em nosso meio, em notícias, propagandas, no meio político, de modo que essa violência tem atingido muitas mulheres, especialmente, as de menor renda e que dependem financeiramente de seus parceiros.

Apesar do discurso de valorização da mulher como um ser social, em igualdade de direitos e deveres, ela ainda é vista e tratada como a única responsável pela reprodução e criação dos filhos. Como observamos nos enunciados analisados, as políticas públicas criadas para a mulher são destinadas à mulher que é mãe e em situação de pobreza. Embora haja esse desejo de igualdade, desejo de poder, os discursos aqui analisados ainda mostram, de modo mascarado, as ideologias que perpetuam em nossa sociedade. Notamos que, muitos dos programas, ainda que tenham ênfase na mulher, são na verdade, dedicados à diminuição da pobreza em geral, ou seja, as minorias, ou os ditos excluídos.

Esperamos que, as reflexões aqui levantadas sejam relevantes aos que se aventurarem a pesquisar sobre a questão feminina, ou ainda sobre outros grupos de minorias. Entendemos que, muitos discursos precisam ser (des)construídos, pois a (des)igualdade entre os gêneros causa maior (des)igualdade social e gera a violência.

Dilma Rousseff, assim como outras mulheres, e como outros governantes, mostra-se, ainda que inconscientemente, arraigada às ideologias que foram disseminadas desde a infância, e que, precisam ser (re)pensadas, pois elas silenciam, discriminam e excluem a muitos.

Enfim, os discursos são fortes instrumentos de controle, por isso, entendemos que é preciso problematizar e refletir sobre a questão feminina, pois embora tenhamos observado algumas mudanças no meio político e social, como diz a canção de Belchior (1976) “ainda somos os mesmos, e vivemos como nossos pais”. Acreditamos que essa cultura arcaica pode ser mudada, e as próximas gerações estejam abertas para essa mudança, em que o respeito e os direitos sejam para todos, tanto para os “iguais”, quanto para os “diferentes”. Esperamos também que, futuros trabalhos realizados sobre a representação feminina, em todas as áreas do conhecimento, venham a trazer novas conclusões, novas representações, desvelando novos sentidos.

REFERÊNCIAS

- ALAMBERT, Zuleika. **A história da mulher**. A mulher na história. Fundação Astrojildo Pereira, Brasília, 2004.
- ALMEIDA, Jane Soares de. As lutas femininas por educação, igualdade e cidadania. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 81, n. 197, p. 5-13, jan./abr2000.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade (s). Enunciativa (s). In: **Caderno de Estudos Linguísticos**. Tradução Celene M. Cruz e João Wanderley Geraldi. Campinas-SP (9), p. 25-42, jul-dez, 1990.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Entre a transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Editora Graal, 8ª edição, Rio de Janeiro, 2001.
- BARONAS, Roberto L. Formação Discursiva e Discurso em Foucault e em Pêcheux: uma estranha paternidade. In: SARGENTINI, Vanice e NAVARRO-BARBOSA, Pedro (org). **Michel Foucault e os domínios da linguagem**. São Carlos: Claraluz, 2004. p.45-62.
- BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. - Tradução feita a partir do francês: Maria Ermantina Galvão G. Pereira, Editora Martins Fontes, São Paulo, 1997.
- BAKHTIN, Mikhail/VOLOCHINOV, Valentin. **Marxismo e Filosofia da linguagem** - Trad. Michel. Lahud e Yara Frateschi Vieira, HUCITEC, 12ª edição, 2006.
- BEZERRA, Paulo. Polifonia. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2016. p. 191-200.
- BÍBLIA SAGRADA. Tradução João Ferreira de Almeida. Edição Revista e Corrigida.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/02/mulheres-na-politica> Acesso em: 10/03/2017.
- BRASIL. Lei das eleições. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm Acesso em: 30/03/2017.
- BRASIL. <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/discursos/discursos-do-presidente-da-republica/discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-cerimonia-de-comemoracao-pelo-dia-internacional-da-mulher-brasil-ia-df> Acesso em 31/03/2017.
- BRASIL. <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e> Acesso em 30/06/2017.
- BRASIL. <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/02/primeira-casa-da-mulher-brasileira-do-pais-e-inaugurada-no-ms> Acesso em: 30/06/2017.
- BRASIL. <http://www.brasil.gov.br/saude/2015/12/lei-garante-cirurgia-reparadora-a-mulher-vitima-de-violencia> Acesso em: 30/06/2017.
- BRASIL. <http://sisfiesportal.mec.gov.br/?pagina=fies> Acesso em 30/06/2017.
- BRASIL. <http://portal.mec.gov.br/pronatec> Acesso em 30/06/2017.

- BRASIL. <http://prouniportal.mec.gov.br/o-programa> Acesso em 30/06/2017.
- BRASIL. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm Acesso em:30/06/2017.
- BRASIL. <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/95552/lei-maria-da-penha-lei-11340-06> Acesso em:30/06/2017.
- BRASIL. <http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/programa-mulher-viver-sem-violencia> Acesso em:30/06/2017.
- BRASIL. <http://www.brasil.gov.br/saude/2015/03/rede-cegonha-oferece-atendimento-humanizado-para-gestantes> Acesso em:30/06/2017.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2008.
- CORACINI, Maria José. **Identidade e Discurso**. Campinas, editora UNICAMP, 2003.
- CORACINI, Maria José. **A celebração do outro**. Arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução, Campinas-SP. Mercado de Letras, 2007.
- CORACINI, Maria José. **Nas Malhas do Discurso: Memória, Imaginário e subjetividade**. Campinas. Ed. Pontes, 2011.
- FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 1998.
- FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Contexto, 2016.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- FREITAS, Silvane Aparecida. Ideologia: um dos pilares do pensamento bakhtiniano. **Guavira Letras**, v. 3, p. 100-108, 2006.
- FREITAS, Silvane Aparecida. Representações sociais, memória e identidades: a produção de sentidos do discurso do idoso. **Confluência (Rio de Janeiro)**, v. 49, p. 20-30, 2012. Disponível em: <http://lp.bibliopolis.info/confluencia/pdf/327.pdf> Acesso em 20/04/2017.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução por Laura Fraga de Almeida Sampaio. 12. ed. São Paulo: Loyola, 2014.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização, introdução e revisão técnica Roberto Machado. 3ªed. Rio de Janeiro: Editora Paz & Terra, 2015.
- GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. **A análise do discurso: conceitos e aplicações**. 1995, Alfa, São Paulo, 39: 13-21,1995).
- GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. **Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos**. São Carlos: Clara Luz, 2004.
- GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. Bakhtin, Foucault, Pêcheux. In: **Bakhtin: outros conceitos-chave**. Org. Beth Brait. São Paulo: Contexto, 2016. p.33-52.
- GUERRA, Vânia Maria Lescano. Sujeito, discurso e ideologia na análise do discurso. **Práticas Discursivas – crenças, estratégias e estilos**. São Carlos, Pedro & João editores, 2008, p.45-61.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª ed. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. Rio de Janeiro, editora DP&A, 2011.

- HOUAISS, Antônio. **Minidicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- LISPECTOR, Clarice. **A descoberta do mundo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso e suas fronteiras**. Campinas, SP: Pontes, 1997.
- MAINGUENEAU, Dominique. A análise do discurso e suas fronteiras. **Matraga**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 20, p. 13- 27, jan/jun. 2007.
- MAINGUENEAU, Dominique. CHARAUDEAU, Patrick. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo, editora Contexto, 2016.
- MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso** – (Re) ler Michel Pêcheux Hoje. Tradução Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 1993. pg.17-119
- MUSSALIM, Fernanda. BENTES, Ana C. (Org.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. 2. Edição. São Paulo, Cortez, 2001.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 4. ed. Campinas: Pontes, 1996.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. São Paulo: Pontes, 2015a.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas: Unicamp, 2015b.
- PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1990.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. [trad.]. Eni. P. Orlandi [*et all*], v.2, 1995.
- PÊCHEUX, Michel. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Pontes, 1997.
- PEDRO, Joana M; SOIHET, Raquel. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.
- PFEIFFER, Cláudia Castellanos. Políticas públicas: educação e linguagem. **Cad. Est. Ling.**, Campinas, 53(2): 149-155, Jul./Dez. 2011
- PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. **Cadernos Pagu**, Campinas: UNICAMP, Núcleo de Estudos e Relações de Gênero, v.4, p.9-28, 1995.
- PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC; 2005
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**. Operários, mulheres e prisioneiros. 1ª edição 1988. Ed. Paz e Terra, 2010.
- PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Ed. Contexto, 2017.
- PINTO, Célia Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política** V. 18, Nº 36: p.15-23 Junho/ 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf> Acesso em:20/04/2017.
- RANCIERI, Jacques. **O mestre ignorante**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- ROUSSEFF, Dilma Vana. Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante a cerimônia de abertura da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília-DF, 12 de dezembro de

2011. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-a-cerimonia-de-abertura-da-3a-conferencia-nacional-de-politicas-para-as-mulheres-brasilia-df> Acesso em 24/06/2017.

ROUSSEFF, Dilma Vana. Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na sessão solene do Congresso Nacional em homenagem ao Dia Internacional da Mulher e entrega do Prêmio Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. Plenário do Senado Federal, 13 de março de 2012. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-sessao-solene-do-congresso-nacional-em-homenagem-ao-dia-internacional-da-mulher-e-entrega-do-premio-diploma-mulher-cidada-bertha-lutz-brasilia-df> Acesso em 24/06/2017.

ROUSSEFF, Dilma Vana. Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de lançamento do programa Mulher: Viver Sem Violência. Palácio do Planalto, 13 de março de 2013a. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-lancamento-do-programa-mulher-viver-sem-violencia> Acesso em: 24/06/2017.

ROUSSEFF, Dilma Vana. Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na sessão solene do Congresso Nacional para entrega do Relatório Final da CPMI da Violência contra a Mulher. Brasília-DF, 27 de agosto de 2013b. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-sessao-solene-do-congresso-nacional-para-entrega-do-relatorio-final-da-cpmi-da-violencia-contra-a-mulher> Acesso em: 24/06/2017.

ROUSSEFF, Dilma Vana. Pronunciamento da Presidenta da República, Dilma Rousseff, por ocasião do Dia Internacional da Mulher. Datado de 08 de março de 2014. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-por-ocasio-do-dia-internacional-da-mulher> Acesso em: 30/06/2017.

ROUSSEFF, Dilma Vana. Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de inauguração da primeira Casa da Mulher Brasileira. Campo Grande- MS, 03 de fevereiro de 2015a. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-inauguracao-da-primeira-casa-da-mulher-brasileira-campo-grande-ms>. Acesso em: 24/06/2017.

ROUSSEFF, Dilma Vana. Discurso da presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de sanção da lei de tipificação do feminicídio. Palácio do Planalto, 09 de março de 2015b. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-sancao-da-lei-de-tipificacao-do-femicidio> Acesso em 24/06/2017.

ROUSSEFF, Dilma Vana. Discurso da presidenta da República, Dilma Rousseff, durante a cerimônia de inauguração da Casa da Mulher Brasileira. Brasília-DF, 02 de junho de 2015c. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-a-cerimonia-de-inauguracao-da-casa-da-mulher-brasileira-brasilia-df> Acesso em: 24/06/2017.

ROUSSEFF, Dilma Vana. Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de assinatura de Portaria Interministerial que institui as diretrizes para a implementação da Lei nº 13.239 que dispõe sobre a realização, pelo Sistema Único de Saúde, de cirurgias reparadoras de sequelas causadas por atos de violência contra a mulher. Palácio do Planalto, 08 de março de 2016. Disponível em:

<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-assinatura-de-portaria-interministerial-que-institui-as-diretrizes-para-a-implementacao-da-lei-no-13-239-que-dispoe-sobre-a-realizacao-pelo-sistema-unico-de-saude-de-cirurgias> Acesso em: 24/06/2017.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes** – Mulher e Capitalismo. 3ª edição 2013, São Paulo. Expressão Popular pg. 53 a159. 528p.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. Trad. De Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1995. 1916 1ª edição.

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA A MULHER. <http://www.spm.gov.br/>

SILVA, Tânia Maria Gomes da S568v Você acha que a gente vai poder com homem? Práticas conjugais entre mulheres das camadas populares / Tese de doutorado. -- Curitiba: [s.n.], 2007. 303 [1] f.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**. São Paulo: Unesp, 1992, p. 77.

SENO, Ana Regina. O ethos no discurso político de Dilma Rousseff: a imagem da mulher na política. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Universidade federal do Espírito Santo, 2014.

SOUZA, Celine. **Políticas Públicas: Questões Temáticas e de Pesquisa**. Caderno CRH 39: 11-24. 2003. Acesso em 30/06/2017.

SOUZA, Celine. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Acesso em 30/06/2017.

SOW, Marilene M. A participação feminina na construção de um parlamento democrático. **E-legis**, Brasília, n. 5, p. 79-94, 2º semestre 2010.

TEDESCHI, Antônio Losandro. **As mulheres e a história**: uma introdução teórica metodológica. Dourados- MS, Ed. UFGD, 2012. 144p.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. <http://www.tse.jus.br/>

VANIN, Iole Macedo e SOUZA, Silvana Oliveira. Mulher e Política: uma voz feminina nos redutos de poder. In: **Mulheres e movimentos: estudos interdisciplinares de gênero** / Ângela Maria Freire de Lima e Souza e Lina Brandão de Aras (Org.). - Salvador: EDUFBA: NEIM, 2014. Pg. 69-93.

VAZ, Gislene de Almeida. A participação da mulher na política brasileira: a lei de cotas. Monografia apresentada para o curso de Especialização em Processo Legislativo. Câmara dos Deputados. 65fl. 2008.

ANEXOS

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante a cerimônia de abertura da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres

Centro de Convenções Ulysses Guimarães – Brasília-DF, 12 de dezembro de 2011

1 Eu queria iniciar cumprimentando cada uma das companheiras mulheres aqui presentes, que
 2 vieram de lugares distantes do país, e queria dizer que, em nome do meu governo, eu quero
 3 também pedir desculpas para as companheiras que estão nas condições que elas estão
 4 denunciando. Eu lamento imensamente, queridas companheiras, que isso tenha acontecido, e o
 5 governo vai assumir todas as medidas necessárias para dar alimentação a vocês. Vou pedir,
 6 encarecidamente, ao companheiro Gilberto Carvalho, que junto com a ministra Iriny, assuma
 7 essa questão.

8 Mas eu queria aqui falar para vocês... Primeiro, cumprimentar aqui os ministros presentes e,
 9 sobretudo, as ministras: a ministra Gleisi Hoffmann, a ministra Tereza Campello, a ministra
 10 Miriam Belchior, a ministra Luiza Bairros. Queria dizer para vocês que, para mim, é muito
 11 importante que este seja um governo com a presença de mulheres, sobretudo de mulheres na
 12 direção principal do governo.

13 Queria cumprimentar também os companheiros ministros José Eduardo Cardozo, Alexandre
 14 Padilha, Afonso Florence, Gilberto Carvalho e Luís Inácio Adams,
 15 Cumprimentar as ex-ministras-chefes da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, a
 16 Nilcéia Freire e a Emília Fernandes,
 17 Cumprimentar também as senhoras e os senhores senadores: a Ana Rita; o companheiro
 18 Wellington, representante do Piauí; a Vanessa Grazziotin, representante do Amazonas; e a
 19 senadora Ivonete Dantas,

20 Queria cumprimentar as deputadas Janete Pietá e Rose De Freitas e, por meio delas, eu
 21 cumprimento todos os deputados e as deputadas aqui presentes,

22 Queria cumprimentar também a Rosana Ramos, coordenadora-geral da 3ª Conferência
 23 Nacional de Políticas para as Mulheres,

24 Queria cumprimentar as senhoras e os senhores representantes de governos e entidades
 25 estrangeiras,

26 Queria também cumprimentar as nossas gestoras municipais e estaduais, representantes da
 27 sociedade civil no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, presentes neste palco,
 28 As senhoras representantes de entidades e movimentos de defesa dos direitos da mulher,
 29 As senhoras secretárias municipais e estaduais dos governos, dos entes da Federação que lutam,
 30 em cada um dos seus estados, pelo direito das mulheres,

31 Queria também cumprimentar as jornalistas e os jornalistas aqui presentes, os profissionais de
 32 imprensa,

33 Por fim, eu queria dirigir um cumprimento especial à cantora Ellen Oléria, que executou o Hino
 34 Nacional e ao grupo Batala, de mulheres do Distrito Federal,

35 E queria agradecer, a cada uma das delegações, as cestas com os presentes que vieram de cada
 36 um dos estados aqui representados. Muito obrigada, de coração.

37 Eu quero dizer para vocês que esta é uma das conferências mais importantes para mim, porque
 38 esta conferência, ela traz aqui, neste momento, em Brasília, uma representação das mulheres
 39 deste nosso país que estão aí lutando, não só pelos direitos de cada uma das mulheres brasileiras,
 40 mas também mostrando a sua capacidade de organização, de participação, e, sobretudo,
 41 representando o empoderamento da mulher.

42 Para mim, primeira mulher Presidente da República, é muito importante estar aqui na 3ª
 43 Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. No meu discurso de posse, eu disse que

44 pretendia – e pretendo – honrar, em cada ato e em cada decisão, cada uma e todas as mulheres
45 brasileiras. E quero dizer a vocês que essa é uma orientação que parte do fundo da minha
46 experiência de vida, e também é um compromisso com cada uma das mulheres deste país, que
47 são mulheres mães, mulheres militantes, mulheres capazes de atuar na cultura, mulheres que
48 dão contribuição na área da saúde, mulheres empregadas domésticas, que ajudam muitas
49 famílias a criarem seus filhos e, muitas vezes, não são reconhecidas. Enfim, as mulheres que
50 vivem e sobrevivem em condições, muitas vezes, difíceis.

51 E eu queria dizer para vocês que esta Conferência, ela representa mais um passo na nossa luta.
52 Nós somos mais da metade da população brasileira e temos uma imensa força. Temos uma
53 imensa força porque também somos aquela parte da população que é capaz de gerar vida e que
54 é responsável pela criação dos homens e das mulheres deste país.

55 Eu tenho o compromisso inabalável – e reafirmo aqui – de aprofundar as políticas de igualdade
56 de gênero em nosso país. Esta, vocês sabem, é uma caminhada de muitos obstáculos e desafios,
57 mas nós estamos avançando e vamos continuar avançando porque não seguimos sozinhas.

58 E aí, eu quero dizer a vocês que, muitas vezes, vocês veem nos jornais ser anunciado que o
59 Ministério – que é a Secretaria de Políticas para as Mulheres – vai, simplesmente, ser fechado
60 ou unido a outro. Não há a menor veracidade. Não há a menor verdade nessas notícias, e não
61 há a menor verdade porque, como eu disse, nós vamos continuar avançando e não vamos
62 avançar sozinhas. Nós vamos avançar com essa Secretaria, essa Secretaria que defende os
63 direitos da mulher, que defende a igualdade de gênero, porque ela é fundamental como
64 instrumento do governo, do meu governo – primeira Presidenta deste país –, como é
65 fundamental o movimento que cada uma de vocês faz no estado de vocês, no município e na
66 cidade de vocês.

67 Nós, só juntas, conseguiremos avançar e superar os obstáculos. As 2.781 delegadas presentes
68 nesta Conferência chegam aqui com força acumulada porque foram 200 mil vozes femininas
69 que foram se mobilizando nas conferências municipais e estaduais, e ampliando a participação
70 em todo o país. E aqui vocês encontram, sim, o meu governo sentado ali – uma representação
71 expressiva do meu governo –, que se encontra com vocês para dizer: “Sim, nós vamos continuar
72 nesta trajetória de luta a favor da igualdade de gênero”.

73 Eu queria aproveitar e saudar uma mulher que lutou com todas as suas forças contra a violência
74 e que representa, de forma simbólica, apesar de uma certa tristeza que nós temos pelo que
75 aconteceu a ela. Ela é uma lutadora e é o nome da lei que criminaliza a violência contra a
76 mulher. Eu queria saudar a nossa companheira Maria da Penha, que está aqui na primeira fila
77 de cadeiras, na sua cadeira de rodas. Companheira, o meu abraço.

78 Ao longo dos últimos anos nós viemos superando obstáculo por obstáculo. Quero dizer a vocês
79 que nós assistimos, em 2011, momentos históricos – históricos e simbólicos – na luta das
80 mulheres pela igualdade e também pelo seu espaço e a sua afirmação. Internacionalmente, eu
81 queria citar a criação da ONU Mulher como um deles. Essa criação da ONU Mulher é muito
82 importante, e na ONU Mulher, a nossa companheira, ex-presidente Michelle Bachelet, está
83 fazendo um trabalho de afirmação, e acredito que ela estará aqui com vocês nos próximos dias.
84 E a ONU Mulher, ela representa, do ponto de vista internacional, o reconhecimento da
85 prioridade da questão de gênero em todo o mundo.

86 Outro momento que eu considero importante foi o momento em que o povo brasileiro me
87 premiou, mas que, sem sombra de dúvida, foram as mulheres deste país, que progressivamente
88 conquistaram os seus espaços, as grandes responsáveis por isso, porque eu me elegi Presidenta
89 deste país e abri a Assembleia Geral da ONU pela primeira vez, representando todas as
90 mulheres do mundo, mas, em especial, as mulheres deste país e deste continente.

91 A importância disso é pelo fato de que milhões de jovens, milhões de meninas em todo o mundo,
92 ao assistirem aquele momento, passam a ter certeza de que nós, mulheres, também podemos

93 dirigir nações, podemos dirigir uma das nações mais importantes do mundo, que é o Brasil, e
94 podemos, por isso também, mudar a história do mundo.

95 Eu acredito que realizar esta 3ª Conferência de Políticas para as Mulheres – e por isso eu estou
96 aqui, neste momento – permitirá que nós encerremos este ano com mais uma grande conquista.
97 Os debates aqui realizados, as visões aqui externadas serão os mais importantes subsídios para
98 o aprimoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. As formulações em torno
99 do tema da autonomia das mulheres, do seu direito ao trabalho, à vida digna, a uma renda
100 compatível com a sua profissão é algo que só engrandece o Estado democrático brasileiro.

101 Nós temos consciência de que, desde o governo do nosso presidente Lula, o Brasil vem fazendo
102 um grande esforço para ampliar a autonomia das mulheres; o Brasil e, em especial, as mulheres
103 brasileiras.

104 Hoje foi um processo muito importante: que o governo reconhecesse o papel estratégico que a
105 mulher ocupa na sociedade e, por isso, o Bolsa Família, o principal instrumento de distribuição
106 de renda deste país, ele é recebido pelas mulheres. É o reconhecimento do governo de que
107 mulher não pega o seu dinheiro e deixa seu filho passar necessidade. Nós sabemos que 93%
108 das famílias beneficiárias do Programa são, basicamente, recebidas por mulheres, no que se
109 refere a essa transferência.

110 A mesma coisa no Minha Casa, Minha Vida: antes, para a mulher ter direito de registrar um
111 imóvel, o cônjuge devia assinar. A partir do Minha Casa, Minha Vida, a mulher assina sozinha,
112 se comprar. Assinamos contratos do Pronaf Mulher. Milhares de mulheres, na zona rural,
113 receberam seus documentos.

114 Lançamos o Rede Cegonha, com a certeza de que é fundamental para o país cuidar das suas
115 mulheres gestantes, das mulheres, na hora do parto, e das mulheres e das crianças após o parto.
116 Lançamos também um programa, que eu acredito ser muito importante, um programa de
117 atenção ao câncer de colo de mama e do colo de útero. Tudo isso na certeza de que a questão
118 da saúde da mulher é uma questão essencial.

119 Mas, eu quero dizer para vocês que um dos meus maiores orgulhos é ter conseguido iniciar, já,
120 a contratação de 1,5 mil creches neste ano, para que nós possamos, em 2014, ter contratado 6
121 mil creches. Já começamos a selecionar as 1,5 mil do ano que vem. Cada uma de nós, que teve
122 de conciliar a vida profissional, a vida política, a vida cultural, a vida como militante de
123 movimentos de mulheres e de movimentos sociais sabe bem a importância que as creches de
124 qualidade têm para seus filhos e para suas filhas, e para que ela possa exercer sua atividade com
125 serenidade, tranquilidade, sabendo que seus filhos estão cuidados e atendidos e protegidos.

126 Nós não descuidamos, um só momento, do enfrentamento firme à violência contra as mulheres.
127 Nós persistimos defendendo a plena aplicação da Lei Maria da Penha. Acredito que, neste país,
128 é fundamental que nós mudemos a cultura que justifica a violência doméstica contra a mulher,
129 a violência de próximos, afetivamente, da mulher sobre ela.

130 Sabemos que o exercício da violência privada é um momento dramático porque mostra para
131 crianças algo que as crianças deviam evitar também, que é o contato com uma forma de
132 violência covarde, é o contato com uma forma de violência que não tem justificativa e, por isso,
133 tem de ser criminalizada, sim.

134 Nós não podemos, de maneira alguma, concordar que mulheres, ainda neste século XXI – que
135 eu tenho certeza de que será o século do empoderamento cada vez maior das mulheres –, que
136 as mulheres não sejam protagonistas, e sim, vítimas. Nós não somos vítimas, nós queremos ser
137 sujeitos da nossa própria história.

138 Por isso, é importante a conquista da representação política das mulheres condizente com o
139 papel central que ocupam na sociedade brasileira. Os resultados que vocês vão obter aqui,
140 contribuindo para que continuemos resgatando a dívida histórica do Brasil com as brasileiras,
141 são, de fato, muito importantes e estratégicos. Nós estamos no caminho certo.

142 Estamos dando aqui um novo e importante passo. Quero dizer para vocês que nós vamos em
 143 frente. E, para encerrar, quero reafirmar que as mulheres brasileiras têm, em sua presidenta,
 144 uma aliada incondicional na construção de um Brasil mais igual, em que as mulheres sejam
 145 cidadãs de primeira classe.
 146 Nós vamos fazer, juntas, a maior revolução pacífica que uma sociedade pode empreender: a
 147 construção de uma sociedade de iguais. Uma sociedade [falha no áudio] podem sonhar e realizar
 148 qualquer sonho, inclusive aquele [falha no áudio] que eu, quando criança, nunca tive porque
 149 nunca me parecia... nem passava, eu acho, pela cabeça de ninguém: o sonho de ser presidentas
 150 da República.
 151 Bom trabalho a todas. Muito obrigada.

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na sessão solene do Congresso Nacional em homenagem ao Dia Internacional da Mulher e entrega do Prêmio Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz
Plenário do Senado Federal, 13 de março de 2012

1 Quería iniciar cumprimentando o vice-presidente da República, Michel Temer,
 2 O senador José Sarney, presidente do Congresso Nacional,
 3 O deputado Marco Maia, presidente da Câmara dos Deputados.
 4 Mas, a partir daí eu vou romper o protocolo.
 5 Vou cumprimentar primeiro as homenageadas aqui presentes, com quem eu tenho a honra de
 6 compartilhar o Prêmio Bertha Lutz. Dirigir a cada uma delas um cumprimento é reconhecer a
 7 importância das mulheres em várias atividades e, sobretudo, ao longo da história do nosso país.
 8 É importante reconhecer essas várias atividades, porque mostra que, no que pese ainda termos
 9 um déficit de representação política na sociedade, nós viemos crescentemente ampliando os
 10 nossos espaços.
 11 Cumprimento a Ana Alice Alcântara da Costa, por todo o seu trabalho na questão de gênero.
 12 Cumprimento a Maria do Carmo Prestes, uma militante que teve como destino acompanhar um
 13 líder das lutas democráticas no Brasil ao longo de uma história difícil, e participando, ao lado
 14 dele, e dando-lhe a condição fundamental que era, não só de apoio político, mas, sobretudo,
 15 também na criação dos seus filhos.
 16 Cumprimento a Rosali Scalabrin e a Eunice Michiles. A Rosali Scalabrin, pelas suas atividades
 17 e pelo seu compromisso com a luta das mulheres na região Norte do país, e a Eunice Michiles,
 18 por ter sido a primeira senadora da República, papel que desempenhou de uma forma
 19 absolutamente desprendida e comprometida com as questões do nosso povo.
 20 São quatro mulheres que, comigo, recebem hoje este prêmio. Então, elas merecem o meu
 21 cumprimento.
 22 Em seguida, eu queria cumprimentar as senhoras senadoras e deputadas presentes a esta
 23 cerimônia.
 24 Quería cumprimentar a Vanessa Grazziotin, primeiro, pelo fato de ela coordenar este prêmio.
 25 Então, nós temos de cumprimentar e agradecer a coordenação, e lembrar que tem uma história
 26 o Prêmio, ele tem uma história.
 27 Essa história também merece ser relembrada no nome da nossa querida
 28 senadora *Serys Slhessarenko*.
 29 Quería, também, junto, ao cumprimentar a Marta Suplicy, vice-presidente do Senado, eu
 30 cumprimento o senador José Sarney, porque é muito importante que seja um homem e uma
 31 mulher no exercício da presidência desta Casa, demonstrando que homens e mulheres atuam
 32 em conjunto, como eu e o vice-presidente Michel Temer, que a Benedita disse que deve cuidar
 33 de mim. Eu também vou cuidar do vice-presidente Temer.

34 Mas, continuando, este país, hoje, tem na Vice-Presidência do Senado uma mulher, a senadora
35 Marta Suplicy, que exerce, junto com o senador José Sarney, uma das funções políticas mais
36 importantes da democracia.

37 Queria cumprimentar também a nossa deputada Rose de Freitas, que, como vice-presidente da
38 Câmara dos Deputados, exerce, junto com o deputado Marco Maia, a direção da Câmara dos
39 Deputados, a nossa câmara de representantes que é simbólica da diversidade do país. E também
40 justamente.... Essa parte eu não sei, Marco Maia. Eu só dou conta eu cuidando do Vice-
41 Presidente, o Vice-Presidente cuidando de mim.

42 Bom, eu considero que é muito importante que haja no Parlamento brasileiro duas vice-
43 presidentes. É muito importante. É muito importante e mostra também que não é só a minha
44 eleição, que eu sei que é relevante para o conjunto das mulheres brasileiras latino-americanas,
45 e vou dizer, sem modéstia, o Brasil foi o primeiro país a ter uma mulher abrindo a Conferência
46 das Nações Unidas.

47 Considero também que a nossa senadora, aliás, a nossa deputada Benedita da Silva representa
48 algo importante no nosso país, que tem uma tradição e que deve preservar e honrar essa tradição
49 de igualdade racial. Nós temos de buscar a igualdade racial. Nós temos de lutar junto com a
50 igualdade de gênero pela igualdade racial. Então, uma deputada do porte da Benedita é, para
51 nós, também simbólica da importância que o Brasil tem na conquista da igualdade de
52 oportunidades.

53 Saúdo as ministras, as dez ministras aqui presentes, cumprimentado a Eleonora Menicucci da
54 Secretaria de Políticas para as Mulheres. Saúdo as dez ministras aqui presentes: Gleisi
55 Hoffmann, Ana de Hollanda, Tereza Campello, Miriam Belchior, Izabella Teixeira, Ideli
56 Salvatti, Luiza Bairros, Helena Chagas e Maria do Rosário.

57 Saúdo também uma mulher ausente pela simbologia que ela tem, que é a Maria das Graças
58 Foster, a primeira presidente de uma empresa de petróleo, não só no Brasil, mas como no
59 mundo.

60 Tudo isso é muito importante, porque eu acredito firmemente que o século XXI é o século das
61 mulheres, e nós, mulheres, devemos representar não apenas e simplesmente as lutas das
62 mulheres por conquista de igualdade de oportunidades, mas nós também temos de celebrar as
63 conquistas que fizemos.

64 Por isso, acho importante também destacar que, ao lado de mulheres tão fortes, eu destaquei
65 isso no Senado e na Câmara, eu cumprimento os ministros, porque nós somos um governo que
66 tem uma equipe conjunta e coesa. Os ministros, homens do governo, defendem também a
67 igualdade de gênero, a igualdade racial, como as mulheres defendem também uma política de
68 igualdade no que se refere a homens e mulheres, igualdade de oportunidades, de inclusão social
69 e de desenvolvimento.

70 Então, cumprimento Celso Amorim, Aloizio Mercadante, Garibaldi Alves, José Elito, aqui
71 presentes, bem como os senhores comandantes das Forças Armadas.

72 Cumprimento a senhora governadora do Rio Grande do Norte, Rosalba Ciarlini, que representa
73 aqui também uma conquista especial das mulheres brasileiras, que é o fato, já referido pelo
74 senador Sarney, de mulheres ascenderem à chefia dos governos estaduais no Brasil.

75 Cumprimento também todas as companheiras aqui presentes, mulheres não parlamentares, bem
76 como cumprimento também os senhores deputados, senhores senadores, todos aqueles que nos
77 honram com a sua presença neste momento.

78 Eu fico muito feliz com este prêmio. Eu me sinto honrada, primeiro, por estar ao lado dessas
79 mulheres valorosas que hoje receberam o Prêmio Mulher-Cidadã Bertha Lutz. Bravas
80 brasileiras, batalhadoras brasileiras, todas elas. Mulheres de luta, mulheres de reflexão,
81 mulheres que exercitaram as suas atividades em prol do Brasil, que tiveram coragem de fugir
82 do conformismo e dedicaram suas vidas à defesa dos direitos das mulheres, da igualdade de
83 gênero e da justiça social.

84 São mulheres que, sobretudo, se dedicaram a fazer do Brasil um país bem melhor. Agradeço o
85 privilégio de ter sido lembrada para a mesma homenagem, que reconhece os extraordinários
86 exemplos de Maria Prestes, eu repito, de Eunice Michiles, de Rosali Scalabrin e Ana Alice
87 Alcântara da Costa.

88 O Prêmio Bertha Lutz é, sem dúvida, o reconhecimento do Senado, e acredito que a senadora
89 Vanessa Grazziotin está de parabéns no protagonismo das mulheres brasileiras na luta pela
90 transformação de gênero e pela transformação do nosso país.

91 Eis duas palavras caras para nós, mulheres, que nos mobilizamos: igualdade de oportunidades,
92 igualdade de gênero, igualdade social, igualdade de etnias, igualdade de raça e protagonismo.
93 Nós sabemos que a conquista de igualdades iguais e do direito de exercer papéis relevantes na
94 sociedade sempre custou a nós, mulheres, enormes sacrifícios, desde o início da história do
95 Brasil, e ainda hoje. E nós vimos hoje muito bem, eu diria até de forma literária, relatada pelo
96 senador Sarney essa luta.

97 Mas, felizmente, igualdade de oportunidades e protagonismo são as palavras-chave deste novo
98 milênio, não apenas para as mulheres, mas para toda a sociedade brasileira.

99 Igualdade de oportunidade é a mais importante das metas do meu governo, assim como foi do
100 governo do presidente Lula. O que nós queremos no Brasil é igualdade de oportunidades para
101 todos os brasileirinhos e brasileirinhas, que, muitas vezes, não têm acesso às mesmas condições.
102 Nós sabemos que as pessoas são diferentes, mas elas não podem ser e não devem ter
103 oportunidades desiguais.

104 Eu tenho certeza de que, em torno disso, todos os brasileiros e as brasileiras se agregam. E eu
105 acredito que igualdade de oportunidade e igualdade de condição, de gênero, de raça, de, enfim,
106 todos os tipos deve ser a obsessão deste país.

107 E eu acho que, em seu nome, nós devemos saber que nós só seremos, de fato, eu sempre repito
108 isso, uma nação desenvolvida se isso ocorrer. Nós não seremos uma nação desenvolvida se, ao
109 invés de a gente ver a redução da pobreza, a gente conviver com ampliação da pobreza, como
110 vem acontecendo, infelizmente, nos países desenvolvidos.

111 Como Presidenta da República e como mulher, eu me dedico a ajudar o meu país a avançar na
112 conquista da igualdade entre mulheres e homens, de todas as cores e raças, entre brasileiros e
113 brasileiras, das diferentes regiões do país e, fundamentalmente, entre pobres e ricos.

114 Dedico o meu trabalho cotidiano a valorizar a riqueza da diversidade e, ao mesmo tempo, a
115 combater a injustiça das diferenças impostas pela discriminação, pela força ou pela ideologia.
116 Sei que temos ainda muito que avançar, mas também, a cada etapa da luta, é sempre importante
117 que a gente saiba que tem que avançar, mas a gente tenha consciência também do que já
118 conquistamos. Permitam-me citar alguns resultados da redução da desigualdade de renda, que
119 o nosso governo, não é, vice-presidente Temer, tem muito orgulho.

120 O estudo recente da Fundação Getúlio Vargas mostra que o Brasil acaba de atingir o menor
121 nível de desigualdade de sua história. Avançamos mais nos últimos nove anos do que em muitas
122 décadas anteriores. Certamente, teremos muito a celebrar, pois somente no ano passado a
123 pobreza diminuiu mais de 7,9% no Brasil, e nós podemos nos orgulhar, porque isso foi feito
124 contra a tendência internacional de ampliação da pobreza. Todos os estudos dos órgãos
125 multilaterais, entre eles, por exemplo, o Fundo Monetário, mostram uma ampliação da
126 desigualdade, seja dentro dos desenvolvidos, seja dentro dos emergentes. Somos, estamos entre
127 alguns dos emergentes que teve a sua desigualdade reduzida.

128 Esta evolução tem uma explicação, e nós todos sabemos já qual é. É um modelo de
129 desenvolvimento baseado no crescimento econômico, sim; na aceleração do crescimento
130 econômico, sim; mas na distribuição de renda e na inclusão social. Esse crescimento econômico
131 só será honrado por nós se também a ele acrescentarmos redução da desigualdade de gênero,
132 da desigualdade de raça e da desigualdade regional.

133 Eu tenho certeza que nós vamos continuar trabalhando para fazer do Brasil um país mais justo,
134 mais equânime, repleto de oportunidade para todos.

135 Na semana passada, no pronunciamento que fiz ao povo brasileiro no Dia Internacional da
136 Mulher, eu afirmei o meu orgulho em comandar um governo que é responsável pelo maior
137 número de programas de apoio à mulher da história deste país. Todos os programas sociais do
138 governo têm o pressuposto de que a mulher é, cada vez mais, uma protagonista de sua própria
139 vida e de sua própria história, além disso, de ser uma das maiores responsáveis pelo suporte à
140 família. Por isso, 93% dos cartões do Bolsa Família foram emitidos em nome das mulheres, que
141 sempre se mostraram mais zelosas no cuidado da família e do orçamento doméstico pela própria
142 forma como a organização social ocorre. Também em reconhecimento a esse protagonismo,
143 47% dos contratos da primeira fase do Minha Casa, Minha Vida foram assinados por mulheres.
144 Mas queremos, a partir de agora, garantir também a escritura das moradias destinadas às
145 famílias de baixa renda, garantir que essa titularidade esteja em nome da mulher para que, em
146 caso de separação do casal, a propriedade do imóvel fique automaticamente com ela,
147 tradicionalmente a responsável pelas crianças, a não ser que o homem detenha a guarda dos
148 filhos. Caso o homem detenha a guarda dos filhos, a titularidade é dele, e isso é um
149 compromisso, é uma posição de fortalecimento da criança neste país, porque nós temos de ter
150 clareza de que um país é medido também pela sua capacidade de proteger as crianças. Daí a
151 importância também de proteger a mulher gestante, a mulher em toda a sua trajetória até esse
152 momento especial, que é dar a vida e manter a vida. Por isso, nós lançamos também o Rede
153 Cegonha, para garantir às mulheres cuidados de qualidade durante toda a gravidez.

154 Por isso também nós temos de buscar a redução dos índices de mortalidade materna e de
155 mortalidade infantil. Com a Rede Cegonha, o que nós queremos é justamente assegurar que
156 esse seja um processo que, cada vez mais, garanta-se à mulher brasileira, à mulher gestante e
157 nutriz condições especiais e proteção especial sim. Daí porque ampliamos também no Bolsa
158 Família a participação do benefício para a mulher gestante e para mulher nutriz.

159 Nós também temos clareza da importância de combater todas as doenças referentes à mulher,
160 principalmente o câncer de mama e de colo de útero. E, em consonância com a nossa convicção
161 de que uma sociedade civilizada não pode assistir parada, inerte, petrificada a violência contra
162 a mulher, temos ampliado e fortalecido a rede de serviço de atendimento à mulher em situação
163 de violência.

164 Aliás, eu considero que esse é um dos maiores objetivos da questão de gênero no Brasil. Nós
165 temos de criar condições para que a violência contra a mulher seja reduzida, seja, no futuro,
166 eliminada. Até porque, nós todas sabemos que uma família onde tem violência não é um bom
167 lugar para se criar cidadãos brasileiros integrais. Por isso, eu acredito que essa não é uma
168 questão só da Secretaria das Mulheres, do movimento das mulheres, e esse é um objetivo que
169 só será, de fato, efetivado se nós contarmos com o apoio dos homens.

170 E aí, eu aproveito para cumprimentar o Supremo Tribunal Federal pela sua histórica decisão de
171 estabelecer que o homem que agredir uma mulher será processado mesmo que, por medo, ela
172 não procure a polícia para prestar queixa, e mesmo que intimidada ela tente desistir da ação.

173 E eu tenho certeza de uma outra questão. É fundamental que as mulheres tenham também
174 condições apropriadas para entrar no mercado de trabalho, algo essencial para um país que hoje,
175 praticamente, está com as menores taxas de desemprego de sua história e, talvez, uma das
176 menores taxas de desemprego que se constata nos demais países do mundo. A importância do
177 trabalho feminino tanto no que se refere a trabalho igual e salário igual, como também no que
178 se refere ao fato de as mulheres, para trabalhar, precisarem de deixar seus filhos em segurança,
179 protegidos do assédio e da criminalidade.

180 No momento em que nós estamos vivendo, é fundamental que nós, e aqui eu estou falando
181 também para duas Casas – para a Câmara e para o Senado, mesmo sendo aqui no Senado - da
182 importância de haver um compromisso nacional de prefeitos e governadores, no sentido de a

183 gente construir 6 mil creches e pré-escolas, e oferecer educação em tempo integral. Não só
184 creches e pré-escolas, mas educação em tempo integral.

185 Eu fiz meu último programa, que chama Café com a Presidenta, que eu faço toda segunda-feira,
186 com a Presidenta. Neste último Café, eu comemorei uma coisa que eu acho importante. Era
187 nosso objetivo chegar até 2014 com 30 mil escolas públicas em tempo integral, e nós
188 chegaremos no final deste ano. Portanto, até o final de [20]14, serão 60 mil escolas em tempo
189 integral. Não há nenhum país no mundo que chegou à condição de desenvolvido sem garantir
190 educação em tempo integral, não há.

191 E educação em tempo integral, é óbvio, vai ter capoeira, vai ter futebol, vai ter informática, mas
192 não é isso a educação em tempo integral. A educação em tempo integral é reforço de português
193 e reforço de matemática e ciências. Nós queremos brasileiros com uma qualidade na educação
194 muito relevante. Isso interessa às mulheres, porque isso significa melhoria do tecido social
195 brasileiro, melhoria da capacidade de cada homem e de cada mulher neste país e, portanto, dos
196 adultos do futuro.

197 Eu quero dizer que tudo isso que nós estamos fazendo e que envolve o interesse das mulheres
198 – eu estou citando algumas áreas apenas – é algo que não é política compensatória, é política
199 focada no desenvolvimento do nosso país, focada na igualdade de gênero, na igualdade de
200 oportunidades para brasileiros e brasileiras.

201 Por isso, queridos homens e mulheres brasileiros aqui presentes, cidadãos, parlamentares,
202 integrantes dos ministérios, como eu disse no pronunciamento do 8 de março, eu sei que a
203 minha chegada à Presidência teve um significado simbólico importante, que a senadora Marta
204 Suplicy, inclusive, reiterou, que se expressa até no simbólico das crianças, e que reforça o papel
205 da mulher na sociedade brasileira.

206 Eu sinto-me representando as 97 milhões de brasileiras que cotidianamente, no seu trabalho e
207 na sua família, são decisivas para o processo de transformação do Brasil. E por isso, como
208 presidente da República, eu não posso receber esse Prêmio sem dizer que todas elas merecem
209 esse Prêmio. Porque, na verdade, a Presidência da República é fruto de dois processos: a
210 sensibilidade política e social. A sensibilidade em relação ao país mais profundo do nosso ex-
211 presidente Luiz Inácio Lula da Silva. E também das conquistas dessas 97 milhões de brasileiras,
212 que abriram esse espaço, que ocupam hoje lugares estratégicos na sociedade. O senador Sarney
213 estava me falando da surpresa dele ao saber que 50% dos funcionários – quanto, senador? – 52
214 [%] dos funcionários do Banco do Brasil são mulheres. Nós sabemos também que há uma
215 crescente presença das mulheres quando se trata da formação de universitários no Brasil. Nós
216 sabemos que também, junto com essas, há milhares de mulheres sem voz e que sofrem de
217 extrema pobreza.

218 Então, nós temos esses dois lados: mulheres em extrema pobreza, porque o objetivo do
219 programa Brasil sem Miséria está focado no fato que nós sabemos por dados inclusive do
220 Censo, a presença massiva de mulheres na condição dos brasileiros mais carentes deste país.
221 Mas, ao mesmo tempo, nós sabemos também que essa sociedade complexa, que é a brasileira,
222 tem uma presença crescente das mulheres, que estão lutando por suas oportunidades.

223 Eu sou fruto desses dois lados. Eu sou fruto, e por isso, quando eu estive na ONU, eu disse, eu
224 vou citar textualmente, porque eu disse o seguinte: “Eu sinto-me aqui representando todas as
225 mulheres. As mulheres anônimas: aquelas que passam fome e não podem dar de comer a seus
226 filhos, aquelas que padecem doenças e não podem se tratar, aquelas que sofrem violência e são
227 discriminadas no emprego, na sociedade e na vida familiar, aquelas cujo trabalho no lar criaram
228 e criam as gerações futuras. Junto minha voz às vozes das mulheres que ousaram lutar, que
229 ousaram participar da política e da vida profissional e conquistaram espaço de poder que me
230 permite estar aqui hoje”.

231 Da mesma forma, essas duas grandes confluências das mulheres lutando para ter seu lugar de
232 reconhecimento e de valorização na sociedade e as mulheres ainda anônimas que lutam por isso

233 devem ser as mulheres a quem eu agradeço este Prêmio, porque foram elas que me conduziram
 234 até aqui.
 235 Muito obrigada!

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de lançamento do programa Mulher: Viver Sem Violência

Palácio do Planalto, 13 de março de 2013

1 Eu queria começar cumprimentando aqui e, tenho certeza, homenageando e saudando em nome
 2 de todas as mulheres aqui presentes e de todos os homens também, a nossa querida Maria da
 3 Penha.
 4 Eu queria cumprimentar o vice-presidente da República, Michel Temer; o senador Renan
 5 Calheiros, presidente do Senado Federal; o deputado Henrique Eduardo Alves, presidente da
 6 Câmara dos Deputados; o ministro Joaquim Barbosa, presidente do Supremo Tribunal Federal
 7 e do Conselho Nacional de Justiça; as senhoras e os senhores chefes de Missões Diplomáticas
 8 acreditados junto ao meu governo; cumprimentar os ministros e as ministras de Estado,
 9 cumprimentando Eleonora Menicucci, da Secretaria de Políticas para as Mulheres; a ministra
 10 Gleisi Hoffmann, da Casa Civil; a ministra Tereza Campello, do Desenvolvimento Social e
 11 Combate à fome; a ministra Miriam Belchior, do Planejamento, Orçamento e Gestão; a ministra
 12 do Meio Ambiente, Izabella Teixeira; a ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Ideli
 13 Salvatti; a ministra Helena Chagas, da Secretaria de Comunicação Social; em nome delas eu
 14 cumprimento todos os ministros aqui presentes.
 15 Queria cumprimentar a deputada Iriny Lopes, aqui presente, ex-ministra da Secretaria de
 16 Políticas para as Mulheres. Em nome dela cumprimento todas as ex-ministras da Secretaria para
 17 as Mulheres que nos ajudaram a construir esse processo de valorização, defesa e afirmação da
 18 mulher brasileira.
 19 Queria cumprimentar o senhor procurador-geral da República, presidente do Conselho
 20 Nacional do Ministério Público, senhor Roberto Gurgel; queria cumprimentar as senhoras e os
 21 senhores governadores: Marconi Perillo, de Goiás; Omar Aziz, do Amazonas; Renato
 22 Casagrande, do Espírito Santo; Ricardo Coutinho, da Paraíba; Rosalba Ciarlini, do Rio Grande
 23 do Norte; cumprimentar as senhoras senadoras Ana Rita, Angela Portela, Lídice da Mata, Lúcia
 24 Vânia e Vanessa Grazziotin; cumprimentar os senhores senadores aqui presentes: José
 25 Pimentel, líder do governo no Congresso; Humberto Costa e Romero Jucá.
 26 Queria cumprimentar as senhoras deputadas federais:
 27 Alice Portugal; Aline Corrêa, Antônia Lúcia, Benedita da Silva, Bruna Furlan, Carmen Zanotto,
 28 Cida Borghetti, Dalva Figueiredo, Elcione Barbalho, Erika Kokay, Fátima Bezerra, Flávia
 29 Moraes, Gorete Pereira, Iara Bernardi, Jandira Feghali, Janete Pietá, Jaqueline Roriz, Jô Moraes,
 30 Keiko Ota, Liliam Sá, Luci Choinacki, Magda Mofatto, Margarida Salomão, Marina Santanna,
 31 Marinha Raupp, Nilda Gondim, Perpétua Almeida e sua flor, Rosane Ferreira, Rose de Freitas,
 32 Rosinha da Adefal, Sandra Rosado, Sueli Vidigal. Vai chegar o momento, que eu tenho certeza,
 33 vão ter tantas deputadas que será praticamente impossível nominar todas.
 34 Queria cumprimentar também os deputados federais presentes: Arlindo Chignalia, líder do
 35 governo na Câmara dos Deputados; Francisco Floriano, Lincoln Portela, Nilmário Miranda e
 36 Paulão.
 37 Queria cumprimentar os senhores prefeitos que nos honram nessa cerimônia: prefeito de São
 38 Paulo, Fernando Haddad; prefeito de Campo Grande, Alcides Bernal; prefeito de Santana do
 39 Livramento, *Glauber* Gularte Lima; prefeito de Jaguarão, Cláudio Martins.

40 Queria dirigir um cumprimento especial à senhora Marta Maria de Brito Alves Freire,
41 presidente do Conselho Nacional dos Defensores Públicos Gerais; queria cumprimentar a nossa
42 querida Clara Charf, coordenadora do Movimento Mulheres pela Paz; cumprimentar a Júlia
43 Nogueira, secretária de Políticas de Igualdade Racial da CUT, por intermédio de quem
44 cumprimento todas as lideranças e dirigentes sindicais aqui presentes.
45 Dirijo do fundo do coração uma saudação uma saudação especial às entidades vencedoras e às
46 mulheres que as representam, vencedoras do Prêmio “Mulheres Rurais que produzem um Brasil
47 Sustentável”.

48 Queria cumprimentar também o nosso governador Agnelo que – me desculpa, Agnelo - às vezes
49 o pessoal do Cerimonial esquece o nome...

50 Queria cumprimentar as senhoras representantes do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
51 e gestoras dos organismos de organismos de políticas para as mulheres. Cumprimentar as
52 senhoras jornalistas, e nossos senhores jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas.
53 Minhas queridas amigas aqui presentes. Meus queridos amigos.

54 Eu quero iniciar homenageando uma mulher lutadora, Márcia Santana, secretária de Políticas
55 Para Mulheres do Rio Grande do Sul que nos deixou nessa madrugada.

56 Queria dizer a vocês que me alegro muito hoje. Me alegrando porque nós não temos sido
57 questionados por uma verdade que andamos afirmando, porque numa democracia muitas vezes
58 se questiona todas as afirmações, mas eu tenho certeza que até agora essa não foi questionada:
59 que nós somos o governo com o maior volume de políticas públicas em favor da mulher em
60 nossa história.

61 E eu digo isso porque na minha posse eu disse que ia defender e priorizar em todas as políticas
62 o povo brasileiro e honrar as mulheres.

63 Hoje é mais um dia em que nós afirmamos esse compromisso, porque honrar as mulheres
64 significa ter consciência da sua situação em nosso país e defender as mesmas oportunidades e
65 uma política antidiscriminação.

66 Agora, com o programa Mulher: Viver sem Violência, que aprofunda toda luta que foi
67 desenvolvida nesses últimos anos, começando pela Lei Maria da Penha, que nos honra com sua
68 presença hoje e passando pela reafirmação da própria lei, no sentido de que não será mais um
69 caso de convivência a violência contra a mulher. Será penalizada. Terá processo. Resultará em
70 ato e delito. Então, hoje, aqui, com o programa Mulher: Viver sem Violência estamos dando
71 mais um passo. Sabemos que é preciso fazer muito mais e sempre para combater a violência
72 contra a mulher.

73 Nós queremos que o país se aproxime, cada vez mais e de forma cada vez mais rápida, do dia
74 em que o nosso país, a nossa sociedade e os governos tenham tolerância zero com a violência
75 praticada contra a mulher. Nós queremos que, na verdade, este país seja um país com tolerância
76 abaixo de zero. Porque esse crime envergonha a humanidade, esse crime envergonha as
77 famílias, esse crime envergonha homens e mulheres da nossa sociedade.

78 Ter tolerância zero significa combater e erradicar todas as formas de violência, todas, desde
79 aquelas que são as mais abjetas como a violência doméstica, o estupro, o assassinato ou tráfico
80 sexual, a exploração sexual sob todas as formas. Até outras com conteúdo mais disfarçados,
81 porém igualmente dolorosos e igualmente inadmissíveis, como a discriminação no trabalho, no
82 salário, a educação discriminatória, a falta de oportunidades, e, sobretudo, a baixa estima
83 decorrente da violência.

84 É contra todos estes tipos de violência que temos lutado e vamos continuar lutando. Sabemos
85 que o combate à violência tem de estar casado com medidas fortes de coerção, de repressão, de
86 cumprimento da lei, e com reforço da autonomia das mulheres. Combate à violência, de um
87 lado, e autonomia, do outro, são faces, reforçar a autonomia são faces da moeda principal que
88 nós mulheres temos de reivindicar para nós que é uma atitude digna, cidadã, diante da vida.

89 Por isso, eu sei que nenhum governo, no mundo, sozinho, é capaz de dar conta dessa luta.
90 Quanto mais nós percebemos que um governo sozinho não é capaz de dar conta da luta, mais
91 nos esforçamos para fazer a parte do governo. Isso não significa não fazer a parte do governo,
92 significa que o governo tem de fazer a sua parte e tem de estimular as próprias mulheres, lutar
93 ao lado delas e com a sociedade em favor da causa, da luta contra o preconceito, a discriminação
94 e a violência contra a mulher.

95 Nós temos consciência que, além disso, esta é uma luta de todas as mulheres, de todos os homens,
96 uma luta que une gerações – crianças, jovens, adultos e idosos –, e é uma luta também da
97 humanidade. Porque a violência contra a mulher, ela é uma das origens da violência na
98 sociedade. Uma família constituída sob a violência contra a mãe, e que geralmente de uma
99 forma ou de outra envolve os filhos, repassa esses valores de violência, de desrespeito,
100 discriminação para as gerações futuras.

101 Por isso, queridas e queridos companheiros e amigos presentes, nosso programa Mulher: Viver
102 Sem Violência, tem de ter também um forte componente cultural, ele tem de mudar valores.
103 Por isso nós precisamos de todos nessa luta.

104 Nós conseguimos nesse projeto apresentado pela ministra Eleonora Menicucci, somar com a
105 mesma força e com a mesma intensidade a proteção de um lar e a disposição de luta das
106 mulheres, que são características muito femininas. Por isso que eu vejo assim a casa da mulher
107 brasileira. É uma casa de abrigo e de apoio, mas ela é uma casa de luta, ela é uma casa que une
108 esses dois aspectos. E ela é um dos eixos do programa que nós estamos hoje lançando.

109 Também – e eu acho isso muito importante, vocês viram isso – procuramos na beleza
110 arquitetônica do projeto, na leveza das suas linhas e nas suas instalações, fruto da genialidade
111 do grande arquiteto João Filgueiras Lima, o Lelé, que contribuiu conosco de forma gratuita para
112 esse projeto, uma prova de que é possível criar prédios públicos de qualidade, mais baratos
113 porque são pré-moldados. Que dignifiquem e aumentem também a autoestima da cidadã e dos
114 cidadãos comuns quando são atendidos.

115 Queremos que essas 27 primeiras unidades que vamos construir – nossa meta, a gente tem
116 sempre de ter meta e prazo, até o final de 2014, nas capitais e no Distrito Federal, nas capitais
117 dos estados brasileiros e no DF – sejam poderosos pontos de referência para as mulheres
118 atingidas no corpo e na alma. Ali, como a ministra Eleonora mostrou, as mulheres vão receber
119 proteção, orientação e formação. Sempre com essa visão dessa dualidade que tem de estar
120 casada: combate à violência e afirmação da autonomia. Ali elas receberão, portanto, proteção,
121 orientação e formação. Ali elas terão assistência psicológica, social, jurídica e financeira. Ali
122 elas verão a face humana dos vários poderes da República trabalhando por meio dos seus
123 representantes para ajudá-las a melhorar de vida.

124 E aqui eu saúdo o Judiciário, na pessoa do ministro Joaquim Barbosa, saúdo o Ministério
125 Público, na pessoa do procurador Gurgel, e saúdo também a defensoria na nossa querida
126 defensora que me deve um paninho. Saúdo também – a ministra Eleonora já explicou – a
127 parceria que necessariamente vai se colocar entre o governo federal, o estadual e o municipal,
128 principalmente, no que se refere também à Delegacia das Mulheres. E aqui eu queria fazer uma
129 observação: era secretário da Justiça do estado de São Paulo o meu vice-presidente Michel
130 Temer quando a primeira Delegacia da Mulher foi por ele formada no estado de São Paulo.
131 Acho importante registrar isso porque a Delegacia da Mulher é um elemento essencial nessa
132 junção de órgãos que vão fazer a defesa da mulher deste país.

133 Quero dizer também que o governo federal se dispõe a construir o espaço e mantê-lo.
134 Obviamente, pedimos a cooperação dos demais órgãos no sentido de aportar seu conhecimento
135 e seus funcionários. O programa Mulher: Viver Sem Violência, ele tem um aspecto que eu
136 considero muito importante. Primeiro, é o fortalecimento do disque 180 que – como a Eleonora
137 mostrou – é uma das portas de entrada para a proteção, para a mulher buscar a proteção contra
138 a violência. E ao buscar apoio, a mulher, vítima da violência, ela tem de encontrar um

139 atendimento humanizado e qualificado. E tem-se também de produzir provas dessa violência.
140 Por isso, esses atos que nós assinamos, em relação à humanização e à produção de provas, é
141 também um avanço essencial no sentido de não compactuarmos com aquele trauma que a
142 mulher tem quando ela denuncia a violência, aqueles olhares desconfiados que nós não achamos
143 que podem ser admitidos, de um lado, e de outro, a impunidade que é decorrência da ausência
144 de provas. Por isso, humanização e provas e combate à impunidade são elementos essenciais.
145 Nós também iremos preparar, como vocês viram, hospitais para a coleta e guarda das provas,
146 dos vestígios da violência sexual e equipar e adequar os Institutos de Medicina Legal também
147 para tanto. Vamos, ao longo do tempo, também, equipar as equipes de saúde da Segurança
148 Pública para o atendimento humanizado a essas meninas, jovens e mulheres vítimas da
149 violência.

150 Outra ação que eu acho importante registrar aqui também são os Núcleos de Defesa da Mulher
151 nas nossas principais fronteiras e ampliação desses núcleos. Nós sabemos que o tráfico sexual,
152 ou o uso por máfias organizadas de mulheres carentes vulneráveis é algo que ocorre,
153 principalmente o uso de mulheres no tráfico de entorpecentes. Essa realidade atroz não está
154 apenas na literatura, no cinema, nas novelas ou na tevê. Essas histórias tristes preenchem o
155 cotidiano e temos que lutar para que elas acabem.

156 Minhas queridas amigas e meus amigos, esse programa “Mulher: Viver sem Violência” tem
157 muito de um método de gestão que nós usamos no governo: trata-se de potencializar os
158 resultados por meio de ações fortemente focadas em setores críticos e vulneráveis. Dou um
159 exemplo: nós conseguimos retirar 22 milhões de brasileiros e brasileiras da extrema pobreza
160 porque começamos focando numa parcela absolutamente desprotegida, que eram crianças e
161 jovens, por isso conseguimos, ao focar nossas ações, retirar esses milhões de brasileiros.

162 Nós estamos dando ênfase ao combate à violência de todas as formas na sociedade, mas
163 focamos em um segmento extremamente vulnerável da nossa população quando se trata de
164 violência, e esse segmento são as mulheres, os 50% de mulheres, ou 51%, melhor dizendo, de
165 mulheres que constituem a população brasileira.

166 Eu quero dizer que este programa, ele não esquece vários subprogramas e vários programas que
167 vão a ele estar articulados. Eu queria, primeiro, reconhecer a relevância da criação do ministério
168 das mulheres, a Secretaria para Assuntos da Mulher, criada no governo do presidente Lula, e
169 que se desenvolveu e se transformou num ponto central de articulação das políticas para as
170 mulheres.

171 Mas eu queria citar outros exemplos de políticas que, porque levaram em conta a mulher,
172 melhoraram a nossa forma de execução dessas políticas e que reforçam a autonomia das
173 mulheres. Por exemplo, o Bolsa Família. O Bolsa Família é o programa central no nosso plano
174 do Brasil Sem Miséria, e ele é vitorioso porque ele tem uma base de sustentação forte. Quem
175 sustenta o programa Brasil Sem Miséria e, dentro dele, o Bolsa Família? As 93% das titulares
176 mulheres que recebem esse cartão.

177 É o reconhecimento do país que na nossa cultura, na nossa sociedade, a mulher tem um papel
178 fundamental na estrutura familiar. Nós sabemos que a mulher não deixa de alimentar seus
179 filhos, mesmo que tenha de tirar de si mesma. Por isso, 93% dos que recebem o Bolsa Família,
180 em nome das famílias brasileiras, são mulheres. Isso significa que nós reconhecemos a
181 importância das mulheres como esteio das famílias. Nós quem? O presidente Lula e agora o
182 meu governo. Acreditamos que uma rede de proteção às crianças e aos jovens, ela é uma rede
183 melhor quando construída a partir das mães. O Minha Casa, Minha Vida é outro programa que
184 também foi um passo importante porque esse programa reconheceu que as mulheres que têm a
185 guarda de seus filhos têm prioridade para registrar o seu imóvel, no seu nome, porque isso
186 significa proteger também as crianças e os jovens desse país. 47% das moradias, tanto do Minha
187 Casa, Minha Vida 1, agora mais ainda do Minha Casa, Minha Vida 2, são mulheres as titulares
188 da propriedade das moradias.

189 Com o Rede Cegonha, criado também agora a partir de 2011, nós enfatizamos a proteção à
190 criança e à mulher. A mulher, do pré-natal passando pelo parto e o atendimento também à
191 criança, logo após o nascimento. Nós, nesse programa, investimos R\$ 3,6 bilhões para ações
192 tanto para gestantes quanto para os bebês. Também estamos avançando no tratamento dos
193 programas de prevenção do câncer de mama e de colo de útero. O Brasil realizou, no ano de
194 2012, mais de 4,4 milhões de mamografias e 10,9 milhões de exames cito-patológicos. Sabemos
195 que ainda há muito espaço para avançar e muita qualidade para melhorar no atendimento à
196 saúde.

197 Na educação, nós temos números que eu considero expressivos. Na educação infantil, nós
198 aprovamos a construção de 3.135 creches e pré-escolas em mais de 1.760 municípios. Em 2013,
199 nós vamos construir mais 1.500 creches e pré-escolas em todo o país. O programa Brasil
200 Carinhoso, na sua parte – não estou falando aqui da parte de renda – mas o programa Brasil
201 Carinhoso permitiu que nós destinássemos para as creches de crianças do Bolsa Família um
202 valor para manutenção de mais 50% do Fundeb. E nós ampliamos em 66% o valor repassado
203 para alimentação escolar na educação infantil. Toda mãe que trabalha sabe a importância das
204 creches, mas as creches e as pré-escolas são importantes para as mães não só porque elas
205 trabalham, são importantes para as mães porque nós sabemos que a criança, quanto mais nova,
206 mais estimulada com jogos, com acesso a livros infantis, a brincadeiras, a uma série de
207 estímulos, elas tornam-se crianças com mais capacidade de aprendizado. Então, não é só por
208 conta de ter um lugar para deixar seus filhos, mas é por conta de ter o melhor lugar possível
209 para deixar seus filhos.

210 Queria também dizer para vocês que nós apostamos muito no microempreendedorismo. As
211 mulheres são, se você fizer uma conta do pequeno e do microempreendedor, a grande maioria
212 vai ser mulher. Mulher, nós sabemos, é um ser muito criativo, um ser com capacidade de resistir.
213 Por isso, o governo tem uma ênfase especial nessa questão do micro-crédito, da capacitação
214 profissional, da produção de alimentos, da agroindústria na agricultura familiar e também nas
215 empresas, nas pequenas empresas, nos pequenos empreendimentos. Nós sabemos, por exemplo,
216 que na área da agricultura familiar, o Programa de Aquisição de Alimentos, ele permitiu um
217 crescimento da participação das mulheres nos últimos tempos de 24% para 34%. Mais de 113
218 mil mulheres foram beneficiadas com assistência técnica e extensão rural.

219 A Eleonora mostrou, há aumento da documentação das mulheres. Todos esses elementos são
220 elementos que reforçam autonomia e cidadania. Estudar, trabalhar, ser empreendedora,
221 produtora rural, pequena agricultora, todas essas são atividades para reforçar autonomia e a
222 presença cidadã da mulher na nossa sociedade.

223 Eu disse, para finalizar, eu disse no meu pronunciamento no Dia Internacional da Mulher que
224 a luta pela igualdade de gênero não é apenas uma questão ética ou humanística. É uma questão
225 ética e humanística, mas não é apenas isso. Trata-se de uma questão estratégica para o país,
226 estratégica para o nosso país. Nenhum país moderno, nenhuma nação desenvolvida, pode se dar
227 ao luxo de desprezar a energia e o talento femininos, sob o risco de deformar o seu presente e
228 comprometer o seu futuro.

229 Eu disse também, naquela oportunidade, que o Brasil era um dos poucos países emergentes que
230 tinha reduzido a sua desigualdade. E um país que reduziu a sua desigualdade também não pode
231 se dar ao luxo de deixar que se configure a desigualdade entre homens e mulheres. Nós temos
232 a responsabilidade de diminuir, com maior rapidez ainda, a desigualdade entre homens e
233 mulheres. O Brasil, como um dos poucos países do mundo que nesses anos de crise aumentou
234 sem parar o emprego, tem mais que obrigação de garantir melhores oportunidades e salários
235 mais justos para as mulheres; que esse país que defendeu os interesses dos mais pobres da nossa
236 sociedade tem de ser um defensor intransigente dos direitos humanos das mulheres.

237 Mais que palavras, nós temos de agir, daí a importância da Casa da Mulher Brasileira. Como
238 eu disse, uma casa de luta e uma casa de abrigo e apoio. E isso significa que todas as mulheres

239 têm de ter assegurado o direito de viver sem medo, precisam de ter assegurado o direito de
 240 escrever sua própria história, cada uma de nós mulheres, com autonomia, com dignidade e com
 241 igualdade de oportunidades. É assim que deve fazer um governo, sobretudo um governo
 242 liderado por uma mulher em um país cuja maior parte da população é constituída de mulheres.
 243 Uma vez, uma companheira dos movimentos sociais, quando eu dizia que é um país com a sua
 244 maioria da população constituída por mulheres, essa companheira disse para mim “e não tem
 245 problema com a outra metade, porque a outra metade são nossos filhos, então está tudo em casa.
 246 ” Então eu uso essa frase da companheira, “nós somos a maioria e a outra metade são nossos
 247 filhos, portanto, está tudo em família”. E eles são obrigados a nos ajudar nesse processo, eles
 248 são grandes parceiros nossos e nos devem toda a quantidade de carinho, amor, atenção e
 249 cuidado que as mães desse país deram a cada um deles.
 250 Nós somos um país de mulheres que querem construir, ao lado dos homens, um país cada vez
 251 melhor e mais humano. Mulheres que sabem que o caminho para esse Brasil mais desenvolvido
 252 e mais justo passa pela intransigente defesa da igualdade contra a violência entre homens e
 253 mulheres.
 254 Muito obrigada.

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na sessão solene do Congresso Nacional para entrega do Relatório Final da CPMI da Violência contra a Mulher

Senado Federal – Brasília-DF, 27 de agosto de 2013

1 Eu queria cumprimentar o senador Renan Calheiros, presidente do Congresso Nacional, e o
 2 deputado Henrique Eduardo Alves, presidente da Câmara dos Deputados.
 3 Queria cumprimentar os senhores deputados e as senhoras deputadas, e dizer que, para mim, é
 4 uma grande honra estar aqui presente na 18ª sessão conjunta do Congresso Nacional sobre uma
 5 das questões extremamente relevantes para a democracia e para a cultura, para a educação, para
 6 a civilidade no nosso país, que é a questão da violência contra a mulher.
 7 Cumprimento também aqui as senhoras e os senhores ministros de Estado que me acompanham
 8 nesta cerimônia, cumprimentando primeiro a ministra Eleonora Menicucci, da Secretaria de
 9 Políticas para as Mulheres.
 10 Cumprimento a ministra da Cultura, Marta Suplicy, a senadora Marta Suplicy.
 11 Cumprimento a Tereza Campello, ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
 12 Cumprimento a ministro do Planejamento, Miriam Belchior.
 13 Cumprimento a ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Ideli Salvatti.
 14 A ministra Luiza Bairros, da Secretaria de Políticas e Promoção da Igualdade Racial.
 15 A ministra, deputada Maria do Rosário, Secretária... secretária dos Direitos Humanos.
 16 Cumprimento também os ministros aqui presentes: Aloizio Mercadante, da Educação;
 17 Garibaldi Alves, senador, da Previdência Social; ministro Gastão Vieira, deputado, ministro do
 18 Turismo; o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams.
 19 Saúdo a deputada Jô Moraes, presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da
 20 Violência contra a Mulher, e saúdo a senadora Ana Rita, relatora da Comissão Parlamentar
 21 Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher.
 22 Queria também saudar a senadora Vanessa Grazziotin, procuradora especial da mulher no
 23 Senado Federal, e a deputada Elcione Barbalho, procuradora da mulher na Câmara dos
 24 Deputados.
 25 A essas quatro deputadas e senadoras eu queria manifestar o grande orgulho que nós, mulheres,
 26 temos do desempenho delas à frente dessa Comissão. Orgulho pelo fato de que mulheres
 27 combatentes mudam o mundo, mas orgulho também pelo fato de que nós amadurecemos para
 28 chegar ao ponto de sermos capazes de termos propostas, avaliações e análises muito
 29 fundamentadas.

30 Queria cumprimentar também cada um dos senadores e deputados federais aqui presentes.
31 Cumprimentar as senhoras e os senhores jornalistas, as senhoras e os senhores fotógrafos e
32 cinegrafistas.

33 Repito que para mim é uma honra estar na 18ª sessão conjunta sobre uma questão tão relevante
34 para a construção de um Brasil civilizado e desenvolvido. A violência, nós sabemos, é um mal
35 que a sociedade precisa combater cotidianamente em todas as áreas em que ela se manifesta.
36 Ela é um mal porque ela tem a capacidade de comprometer, de contaminar as relações entre as
37 pessoas. E nós sabemos que uma das coisas mais importantes, que nos interessa centralmente -
38 nós, os poderes constituídos do país - se trata da relação que nós podemos criar dentro do nosso
39 país; relações civilizadas, não violentas e respeitadas entre as pessoas.

40 Nós devemos ser intransigentes e obstinados no enfrentamento de qualquer forma de violência.
41 E devemos reconhecer que há formas de violência que são mais abjetas porque são mais
42 destrutivas que as outras, entre essas, sem dúvida nenhuma, a violência contra a mulher é uma
43 delas. Porque faz da mulher vítima do crime pelo simples fato de ela ser mulher, mas também,
44 porque contamina a relação familiar e institui dentro das relações familiares uma vez que a
45 violência contra a mulher, principalmente, vem de parte daqueles que lhes são mais próximos
46 e institui uma relação que é muito pouco educativa e não se constitui em paradigma de
47 comportamentos que sejam adequados a um país que nós queremos: democrático,
48 desenvolvido, respeitador dos direitos humanos.

49 Esse é um crime – o crime contra a mulher – que deve envergonhar tanto os homens quanto as
50 mulheres. Seu enfrentamento é uma luta de todos nós, das mulheres, sobretudo, mas também
51 dos homens. Porque essa é uma luta que une famílias, gerações e que deve mover governo e
52 sociedade. Tolerância zero com a violência contra a mulher é o compromisso básico de qualquer
53 sociedade, e nós devemos almejar isso para o Brasil. Esse é um padrão de comportamento e de
54 atitude que nos honra como brasileiros.

55 É isso que lutamos e é para isso que nós estamos hoje aqui nesta 18ª sessão conjunta do
56 Congresso, da Câmara e do Senado, portanto, do Congresso, e isso mostra também uma grande
57 evolução de todos nós.

58 Eu queria, mais uma vez, reiterar meus imensos agradecimentos, meus cumprimentos pela
59 qualidade que hoje eu assisto aqui, pela qualidade dos relatórios, pela qualidade das atitudes e,
60 sobretudo, por essa ação conjunta de mulheres e de homens.

61 As mais de mil páginas deste Relatório, fruto de 18 meses de trabalho do Congresso Nacional,
62 elas contam histórias trágicas, que devemos repudiar, que nos emocionam, que nos afetam e
63 que têm de nos levar a agir com toda nossa determinação para que elas não se repitam, coibi-
64 las.

65 Trazem também um diagnóstico e um elenco de propostas, o que é muito importante, trazem
66 propostas para os próximos passos que devemos dar para que as mulheres brasileiras vítimas
67 de violência encontrem, na estrutura do Estado, o apoio e a proteção que precisam e que
68 merecem.

69 Admiro, respeito as mulheres que foram as líderes na elaboração deste Relatório, deputadas e
70 senadoras. Assumo com todos vocês, desde já, o compromisso de utilizar os subsídios concretos
71 contidos neste Relatório para aprimorar políticas que temos implementado e para combater, de
72 forma efetiva, a violência contra as mulheres.

73 Reitero a disposição do meu governo em atuar junto com todos os poderes da República, com
74 todas as demais instâncias da Federação, com todos os movimentos sociais para o
75 aprimoramento da legislação no fortalecimento do aparato de repressão à violência contra a
76 mulher, na ampliação e na humanização da estrutura de acolhimento, na estrutura de proteção
77 à mulher vítima da violência.

78 Nós sabemos que acolher e proteger são um dos maiores mecanismos do Estado brasileiro – e
79 aí eu estou falando Estado no sentido de Executivo, do Congresso e também do Judiciário –,

80 são um dos maiores mecanismos de luta contra a violência porque o acolhimento e a proteção
81 significam algo fundamental que é o amparo à vítima da violência, é reconhecer a vítima como
82 vítima e não olhar a vítima como suspeita, como aconteceu durante muito tempo em nosso país.
83 Agora, nós também devemos reconhecer que é certo que o Brasil avançou muito na luta contra
84 todos os tipos de violência contra a mulher, avançou muito, mas ainda há muito que fazer.
85 Eu queria destacar a importância fundamental da Lei Maria da Penha, cujo sétimo ano de
86 vigência nós celebramos hoje. A Lei Maria da Penha, sem dúvida, senhoras e senhores
87 deputados e senadores, um marco nessa trajetória de luta contra a violência contra a mulher, é
88 fruto de uma longa luta e é fruto de uma luta levada a cabo por mulheres no cotidiano do nosso
89 país e, por isso, essa lei criou bases para penalizar os agressores e permitiu que crimes contra a
90 mulher passassem a ser tratados como crimes, e não mais pudessem estar abrigados sob a
91 vergonhosa alcunha de crimes de amor.

92 A Central de Atendimento à Mulher, o Ligue 180, e a ampla rede de serviços de atendimento
93 às mulheres em situação de violência são duas outras conquistas construídas nesses sete meses...
94 nesses últimos sete anos. Nesse período, o Ligue 180 realizou 3 milhões e 300 mil atendimentos,
95 inclusive para brasileiras residentes no exterior.

96 A rede de proteção do Estado brasileiro à mulher conta hoje com 1.200 serviços, entre eles as
97 delegacias da mulher, juizados, varas e promotorias e defensorias especializadas no
98 atendimento à mulher e casas de abrigo.

99 Eu lembro da primeira Delegacia da Mulher criada no Brasil, e hoje nós contamos com um
100 serviço em rede bastante efetivo, com a participação também do Executivo... dos estados, dos
101 municípios e também dos órgãos do Judiciário.

102 Também gostaria de destacar o atendimento das mulheres, o atendimento e também as
103 consultorias dadas às mulheres e as casas de abrigo. Em março deste ano nós lançamos um
104 programa chamado “Mulher – Viver sem Violência”. Esse programa, ele é centrado na criação
105 da Casa da Mulher Brasileira. A importância desse programa é perceber que essa articulação
106 entre todas as esferas, juizados de menores, todas as esferas sem exceção, permite uma ação
107 muito mais efetiva, muito mais concreta. Nós pretendemos construir 27 Casas da Mulher em
108 cada uma das unidades da federação. E temos a ambição de chegar a inaugurar algumas dessas
109 casas no dia 8 de março do ano que vem. É uma meta da ministra Eleonora e com isso nós
110 queremos implantar, de fato, essa articulação que vai dar um salto na forma pela qual nós
111 enfrentamos a violência contra a mulher. Porque nós concentramos num espaço único todos os
112 serviços para acolher, proteger, acolher comunidade, proteger com eficiência a mulher vítima
113 da violência.

114 Com esse programa que passa e que tem... aliás que passa, não, que tem a contribuição, a
115 parceria do Judiciário e dos governos estaduais e municipais, nós vamos aumentar nossa
116 capacidade de coerção, nossa capacidade de repressão e de cumprimento da lei no que se
117 refere à proteção da mulher e o combate à violência.

118 Nós acreditamos que a atenção integral à mulher vítima de violência requer que o estado, o
119 estado brasileiro, coíba a agressão e puna de forma clara o agressor. Que não haja impunidade.
120 A condição para que nós tenhamos eficácia no combate à violência é: não à impunidade. Uma
121 coisa e outra são irmãs siamesas; sem impunidade diminui a violência. Esse é um dos objetivos
122 centrais da Casa da Mulher. É isso que nós queremos que ocorra lá, que haja, de fato, o
123 acolhimento e o efetivo combate a cada uma das formas de violência que atinge a mulher.
124 Requer também que a mulher vítima de violência, ela disponha de orientação, formação e
125 acesso a todas as formas de políticas e a todas as informações que lhe permitam construir
126 também uma nova etapa na sua vida, sem medo e com autonomia e direitos.

127 A certeza de que nós precisamos dispor de muitas e boas políticas em favor das mulheres tem
128 orientado o meu governo e também o governo do presidente Lula desde 2003. Nós, porque
129 reconhecemos o papel crescente das mulheres como chefes de família e responsáveis pela

130 formação de nossas crianças, de nossos jovens, nós, porque reconhecemos isso é que as
131 tornamos titulares preferenciais de dois programas. Um, o Bolsa Família, pela importância que
132 a mulher tem na estruturação da família, e outro, o Minha Casa Minha Vida, pelo fato de que a
133 casa é um espaço privilegiado de construção das relações familiares, das relações
134 intergeracionais e, sobretudo, da proteção da criança, porque uma família protegida da violência
135 protege a sua criança.

136 Também foi por termos certeza que atenção de qualidade à saúde da mulher é fundamental que
137 implementamos programas de prevenção e tratamento ao câncer de mama e câncer de colo de
138 útero, os dois cânceres que mais atingem o maior número de mulheres.

139 E também nós criamos uma outra afirmação... aí, uma afirmação em relação à vida, porque a
140 Jô tem razão. Tem várias palavras femininas, Jô, mas a palavra mais forte é vida, a vida é
141 feminina, e aí a Rede Cegonha tem esse papel, o papel de assegurar que essa vida feminina seja
142 protegida como forma de assistência integral à saúde da mulher, à saúde da mulher e, portanto,
143 também à da criança.

144 Essa é uma das questões que eu acredito que implicará, necessariamente, numa maior evolução
145 do nosso país, e o Mais Médicos vai estar focado nesse objetivo. O que é atenção básica, senão
146 essa atenção à vida também, e aí não é doença, é a proteção à saúde, é diferente.

147 Sabendo também que o cuidado dos filhos não pode ser uma restrição a trabalho, nós estamos
148 ampliando significativamente a oferta de vagas em creches e pré-escolas, mas aí também é um
149 duplo sentido a favor da mulher. Primeiro é por isso, por local de trabalho, mas, em segundo
150 lugar, é porque a nós, mulheres, interessa a raiz da desigualdade, a raiz da desigualdade que
151 compromete, desde a mais tenra idade, as oportunidades de cada uma das crianças, dos
152 brasileirinhos e das brasileiras.

153 Então, o fato de você ter creche e ter uma política em que você pretende dar igualdade de
154 oportunidade às crianças, que nós sabemos, que adquirem as suas capacidades cognitivas de
155 aprendizado justamente nessa fase, permite que nós também construamos sociedades muito
156 mais democráticas, sociedades, de fato, desenvolvidas.

157 Nós também estamos investindo na educação em tempo integral, na educação em dois turnos,
158 porque isso também modifica as condições de oportunidades, de acesso ao conhecimento que
159 é a base, a fundamental base da sociedade do futuro, e será também a base pela qual as
160 sociedades vão se organizar.

161 Eu falo desses exemplos de políticas em favor de mulheres, de todas as mulheres, para reafirmar
162 que meu governo é defensor intransigente da igualdade de direitos entre homens e mulheres.
163 Mais que uma bandeira, essa igualdade é uma necessidade estratégica do país, e ela honra
164 homens e mulheres, ela honra e ela cria entre as nossas relações interpessoais no Brasil um
165 padrão de qualidade, um padrão de civilidade que só pode ser compatível com um país que tem
166 intrinsecamente dentro da sua formação essa diversidade de etnias, essa diversidade cultural. E
167 também tem essa capacidade de viver com a diferença de forma extremamente democrática. E
168 essa igualdade, nós sabemos, se concretizará com uma condição, ela se concretizará em toda
169 sua integralidade quando homens e mulheres juntos tiverem tolerância zero com a violência.
170 Quando as crianças desde pequenas souberem que não se faz isso, porque isso é contra si
171 mesmo, é como se você tivesse se auto-atacando, se auto-infringindo violência.

172 Essa sessão especial em que comemoramos os sete anos da Lei Maria da Penha e o relatório
173 dessa CPMI mostram para toda a sociedade que esse compromisso nos une, mas sobretudo, eu
174 queria dizer que esse relatório da CPMI honra esses sete anos, mostra que nós demos passos e
175 nós avançamos. Eu fico muito feliz, me orgulha muito e acredito que todas as mulheres
176 brasileiras, hoje, estão muito orgulhosas do Congresso Nacional por conta desse relatório da
177 CPMI e nós seguiremos as orientações e as sugestões.

178 Muito obrigada.

Pronunciamento da Presidenta da República, Dilma Rousseff, por ocasião do Dia Internacional da Mulher

08 de março de 2014

1 Meus queridos brasileiros e, muito especialmente, minhas queridas brasileiras.
2 Hoje, Dia Internacional da Mulher, podemos dizer que o Brasil tem muito a comemorar e muito
3 a fazer.
4 As mulheres são a maior força emergente no mundo, e o Brasil está contribuindo, de forma
5 decisiva, para que essa força se amplie e se torne cada vez mais presente. Das 20 maiores
6 economias mundiais somos, proporcionalmente, a que tem mais mulheres empreendedoras.
7 Mulheres que abrem seus próprios negócios e enfrentam, com coragem e competência, as
8 dificuldades para crescer e prosperar.
9 Nos últimos onze anos, das 36 milhões de pessoas que saíram da extrema pobreza, mais da
10 metade são mulheres. Igualmente são mulheres, mais da metade das 42 milhões de pessoas que
11 alcançaram a classe média.
12 O Brasil criou, nos últimos três anos, 4 milhões e 500 mil empregos. Mais da metade desses
13 empregos, com carteira assinada, foram conquistados pelas mulheres. Por este e outros motivos,
14 podemos dizer que a mulher é a nova força que move o Brasil. Mas temos que admitir que o
15 Brasil precisa ainda dar mais força às suas mulheres.
16 Minhas queridas amigas, tudo que vocês conseguiram até hoje foi fruto do esforço e da coragem
17 de cada uma de vocês. Foi fruto igualmente do apoio de suas famílias. Sabemos também que se
18 abre um novo mundo de oportunidades, quando a força da mulher encontra apoio nas políticas
19 do governo.
20 Cada casa brasileira, e cada empresa deste país, mostram o que cada mulher é capaz de fazer
21 por sua família e pelo progresso do Brasil. Somos um país líder no empreendedorismo feminino
22 porque a mulher brasileira tem a sensibilidade de perceber que, abrindo um negócio próprio,
23 ela pode administrar melhor sua vida e a de sua família.
24 Mas isso ocorre, também, porque o Brasil criou novas linhas de crédito para as mulheres e,
25 neste item, somos, hoje, destaque no mundo. Vejam o caso do programa Crescer, que é
26 destinado a financiar pequenos empreendedores e oferece dinheiro barato e sem burocracia para
27 a pessoa montar ou ampliar seu próprio negócio. Um dinheiro que pode ser usado como capital
28 de giro ou na compra de máquinas e equipamentos.
29 Pois bem: de 2011 para cá, mais de 60% de todas as operações foram feitas por mulheres. Esta
30 é uma prova contundente de como a mulher brasileira é guerreira e empreendedora, como sabe
31 buscar o que quer.
32 No caso do Pronatec, que é o maior programa de formação profissional da história do Brasil,
33 seis em cada dez alunos são mulheres de todas as faixas de idade. São cursos gratuitos, bancados
34 pelo governo federal, e oferecidos no “Sistema S” e nas redes federal e estaduais de educação
35 profissional.
36 Unimos também o Pronatec ao Brasil Sem Miséria e, de quase um milhão de matrículas, mais
37 de 650 mil foram feitas por mulheres. São mulheres que saem definitivamente da pobreza,
38 aprendendo uma profissão.
39 Também mais da metade das bolsas do ProUni e dos financiamentos do FIES têm sido
40 concedidos a mulheres. Essa nova realidade explica porque as mulheres já são proprietárias de
41 44% das franquias do país. Explica também o grande crescimento da participação das mulheres
42 na força de trabalho. Enquanto no início da década de 80 apenas 26% das mulheres trabalhava,

43 hoje, 50% delas estão ocupadas. Os números são muito bons, mas precisam melhorar muito
44 mais.

45 Minhas amigas e meus amigos, o Brasil também se destaca, no mundo, no apoio às mulheres
46 socialmente vulneráveis. Este é um segmento que meu governo vê com especial atenção, pois,
47 quanto mais pobre a família, mais a mulher tem um papel central na estruturação do núcleo
48 familiar.

49 Por isso, 93% dos cartões do Bolsa Família têm a mulher como titular, e das 1 milhão e 600 mil
50 casas já entregues pelo Minha Casa, Minha Vida, 52% estão no nome de mulheres.

51 No acesso à terra também é assim: 72% das propriedades da reforma agrária são de mulheres.
52 Ao mesmo tempo, o governo tem oferecido mais crédito e assistência técnica para as
53 trabalhadoras rurais. São mais mulheres produzindo alimentos, tomando decisões e
54 conquistando autonomia. Fortalecemos, assim, o papel da mulher na família, na sociedade
55 urbana e no mundo rural.

56 Essas novas oportunidades garantem maior autonomia e independência às mulheres e são
57 decisivas para romper o ciclo de violência em que muitas delas ainda vivem. No entanto,
58 precisamos avançar e criar novos instrumentos.

59 O programa *Mulher, viver sem violência* integra vários serviços em defesa da mulher. Nas 26
60 casas da mulher brasileira que estamos implantando vamos acolher e proteger as mulheres,
61 colocando vários serviços em um mesmo lugar. O lema dessas casas é coibir a violência e dar
62 oportunidade às mulheres.

63 Minhas amigas e meus amigos,
64 Como a primeira mulher a ocupar a presidência do país, vejo com imensa alegria vários
65 programas criados nos últimos anos. Vejo também que muitas barreiras ainda precisam ser
66 rompidas para diminuir a desigualdade entre os gêneros e garantir mais direito – mais
67 autonomia – às brasileiras de todas as classes sociais.

68 É preciso garantir salário igual para trabalho igual feito por mulheres e homens. É preciso
69 combater sem tréguas a violência que recai sobre as mulheres. É preciso diminuir ainda mais a
70 burocracia e os impostos para que as empresas, lideradas por mulheres, sejam ainda mais
71 numerosas. É preciso que muito mais mulheres ocupem o topo das decisões das empresas e das
72 entidades representativas de toda natureza.

73 Vejo que é preciso garantir mais creches para cortar a desigualdade pela raiz, dando às crianças
74 pobres as mesmas oportunidades de crianças de classe média, mas também para facilitar o
75 acesso de suas mães ao trabalho.

76 Falo disso com a legitimidade da presidenta que ampliou as oportunidades para as mulheres e
77 que, mesmo assim, sabe que é preciso fazer muito mais.

78 Este é o século das oportunidades. Este é o século do Brasil. E este é, sem dúvida, o século das
79 mulheres! A mulher é a nova força que move o Brasil.

80 Com esta força e esta energia vamos construir um futuro cada vez melhor para as nossas
81 famílias.

82 Viva o Dia Internacional da Mulher!
83 Viva o Brasil!
84 Viva a mulher brasileira!
85 Obrigada. E boa noite.

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de inauguração da primeira Casa da Mulher Brasileira - Campo Grande/MS

Campo Grande- MS, 03 de fevereiro de 2015

1 Bom dia a todos e a todas,
2 Eu quero começar a minha saudação homenageando e cumprimentando uma pessoa que está
3 aqui presente, que é a Maria da Penha. A Maria da Penha é uma mulher que honra a todas nós
4 mulheres porque, vítima da violência, transformou uma violência indigna, uma violência que
5 compromete os princípios fundamentais da civilização, que é o respeito entre homens e
6 mulheres, transformou essa agressão numa proposta de vida, de lutar contra a violência de todas
7 as mulheres. Mostrou, assim, essa generosidade fundamental que tem de ter dentro de cada um
8 de nós para que possamos construir uma sociedade baseada em princípios mais éticos, em
9 princípios morais, de respeito e de consideração uns pelos outros. Por isso, eu quero saudar a
10 Maria da Penha homenageando a todas as mulheres brasileiras e aí, em especial, as mulheres
11 sul-mato-grossenses que lutam e sofrem ainda a violência.

12 Queria cumprimentar o prefeito Reinaldo Azambuja...o governador, desculpem, o governador.
13 Isso é que dá a gente estar lendo sem óculos. Queria cumprimentar o governador Reinaldo
14 Azambuja, e queria cumprimentar e homenagear a primeira-dama, a Fátima Azambuja, como
15 uma mulher que está fazendo seu trabalho também ao lado do governador. Ela demonstrou,
16 inclusive, um grande conhecimento da questão da mulher ao longo da minha passagem aqui por
17 Mato Grosso do Sul.

18 Queria dirigir um cumprimento especial a uma mulher importante no nosso país, porque ela é
19 ministra do Supremo Tribunal Federal: a nossa Carmem Lúcia, que é vice-presidente do
20 Supremo Tribunal Federal. Dentre os poderes, hoje, ela é a mulher, mas não é só a mulher, é
21 uma das ministras e ministros do Supremo Tribunal Federal mais importantes do nosso país.
22 Por isso, eu quero saudá-la e saudar o seu comprometimento com a luta das mulheres, viu, dona
23 Carmem Lúcia. Também.

24 Queria cumprimentar duas vice-governadoras, a governadora Rose Modesto aqui do Mato
25 Grosso do Sul. E queria saudar uma visitante que a gente tem que saudar também com muita
26 força, como a nossa vice-governadora da Paraíba, a Ana Lúcia Feliciano.

27 Queria também saudar o prefeito de Campo Grande, Gilmar Olarte
28 Saudar a coordenadora da Casa da Mulher Brasileira em Campo Grande, a Heloísa Castro
29 Berro.

30 Queria saudar a Marina Nunes Viana, representante do movimento de mulheres do Mato Grosso
31 do Sul.

32 Quero dizer uma coisa para vocês, nessa parte dessa saudação, tudo que nós estamos fazendo
33 aqui mostra que um desafio dessa proporção por atingir um pouco mais da metade da população
34 brasileira, que é a luta contra a violência que atinge a mulher, ela precisa de que nós tenhamos
35 uma ação conjunta, uma ação conjugada e isso explica porque nós estamos aqui com os três
36 níveis da federação: a União, o estado e o município; numa atitude comum de enfrentamento a
37 essa violência e também uma cooperação entre poderes. Aqui nós temos a nossa ministra do
38 Supremo Tribunal Federal e vários representantes do Judiciário do estado.

39 Eu queria dizer isso porque acredito que é muito importante que nós tenhamos essa atitude de
40 cooperação. Não serão só os governos, não serão só os Poderes da República, será toda a
41 sociedade que tem de se engajar nessa luta contra a violência que atinge as mulheres. Estou
42 aqui também acompanhada das mulheres, da maioria das mulheres que integram o meu
43 ministério. E aí eu quero saudar a pessoa que é responsável, dentro do meu governo, pela
44 Política de Promoção da Mulher, que é a ministra Eleonora Menicucci da Secretaria de Políticas
45 para as Mulheres. A criação desse ministério é importante porque mostra o compromisso do
46 governo federal - muito obrigada - nesta questão é que é essencial, a questão do combate à
47 violência.

48 Queria cumprimentar a ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Kátia Abreu; a
49 ministra Tereza Campello, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; a ministra Izabella

50 Teixeira, do Meio Ambiente; a ministra Nilma Lino Gomes, da Secretaria de Políticas de
51 Promoção da Igualdade Racial; a ministra Ideli Salvatti, da Secretaria de Direitos Humanos.
52 E cumprimentar um ministro, que é o ministro Thomas Traumann, da Secretaria de
53 Comunicação Social. Hoje ele é absoluta minoria aqui.
54 Cumprimento também o deputado Júnior Mochi, presidente da Assembleia Legislativa do Mato
55 Grosso do Sul.
56 O desembargador João Maria Los, presidente do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul e
57 nosso grande parceiro nesta empreitada.
58 E aí queria saudar os deputados federais que também, junto com as deputadas, foram cruciais
59 para que nós aprovássemos, por exemplo, um dos principais instrumentos que nós temos de
60 combate à [violência contra a] mulher, que é a Lei Maria da Penha.
61 Cumprimentar o Dagoberto Nogueira, a Elcione Barbalho, a Jô Moraes, a Rosinha da Adefal e
62 o Vander Loubet
63 Cumprimentar o presidente da Câmara de Vereadores, Mário César da Fonseca.
64 O procurador-geral adjunto de Justiça, Paulo Sérgio Passos.
65 O defensor público-geral, Paulo André Defante.
66 Cumprimentar os prefeitos Ludimar Novais, de Ponta Porã, e Paulo Duarte, de Corumbá. Ao
67 cumprimentá-los saúdo todos os prefeitos do estado do Mato Grosso do Sul.
68 Quero cumprimentar também todas as mulheres, as mulheres que integram a equipe da ministra
69 Eleonora: a Oroslinda Goulart, secretária para as Políticas para as Mulheres; a Aparecida
70 Gonçalves, Cida; a secretária de enfrentamento à violência,
71 As gestoras estaduais e municipais para as políticas para as mulheres, todos os parceiros do
72 Programa Mulher Viver sem Violência, todas as representantes do Conselho de Direitos da
73 Mulher.
74 Queria cumprimentar também o maestro da banda da guarda municipal, Oséias Evangelista, e
75 da banda municipal, o maestro Ulisses da Conceição.
76 Cumprimentar a todos os integrantes da banda aqui que nos deram esse espetáculo, numa coisa
77 que para nós é muito importante que é o nosso hino nacional.
78 Queria também cumprimentar as senhoras jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas.
79 Eu tive um dia muito importante hoje com a inauguração dessa primeira Casa da Mulher
80 Brasileira. Fico muito feliz de estarmos aqui e sei que os índices de violência em Mato Grosso
81 do Sul são muito fortes. Sei que os índices de violência e também o índice de estupro é muito
82 expressivo aqui em Mato Grosso do Sul. Agora eu considero que tem uma grande vantagem
83 nessa inauguração: é que eu tenho certeza que aqui nós vamos ter a possibilidade de demonstrar
84 para o resto do Brasil que essa Casa da Mulher Brasileira de Mato Grosso do Sul vai ser um
85 exemplo de funcionamento, um exemplo de acolhimento, um exemplo de apoio, um exemplo
86 pelo qual Mato Grosso do Sul não será mais reconhecido como lugar de violência e de campeão
87 das piores práticas contra a mulher, que é o estupro, e também dos homicídios. Mas, ainda, eu
88 tenho certeza que nós aqui vamos pegar o touro à unha, nós todas e todos os nossos
89 companheiros, parceiros também. E aqui nós vamos construir esse espaço que hoje se abre a
90 toda população desse estado do Mato Grosso do Sul: um espaço de abrigo, um espaço de apoio
91 à mulher, um espaço onde as mulheres vítimas da violência vão ter um atendimento que é aquele
92 que elas precisam; o atendimento humano que interessa a cada pessoa numa situação de
93 fragilidade como se encontra uma pessoa vítima de violência, qualquer pessoa. Qualquer
94 homem ou mulher vítima de violência fica fragilizado, a mulher ainda mais, porque a violência,
95 na proporção que ocorre com a mulher se deve apenas ao fato de ela ser mulher e isto é algo
96 que nós, aqui, nessa Casa da Mulher Brasileira, que é um passo na aplicação da Lei Maria da
97 Penha - por isso a importância da luta da Maria da Penha - aqui hoje nós concretizamos um dos
98 principais instrumentos que vão estar em cada estado, esse instrumento vai estar em cada estado.
99 Serão 27 Casas da Mulher Brasileira e nessas casas o que nós queremos é viabilizar o ataque

100 conjunto de todos os órgãos do estado brasileiro, de todos os órgãos da federação, das polícias,
101 da Defensoria Pública, do Ministério Público, de todos os órgãos responsáveis juntos atuando
102 de forma unificada para garantir que, de fato, o estado brasileiro, não importa que governo,
103 tenha tolerância zero em relação à violência que se abate sobre a mulher.
104 Nós vamos oferecer nessas casas também, orientação para emprego, garantia de oportunidades,
105 garantia de que a mulher tenha reforço na sua autonomia, aumento das suas oportunidades,
106 garantia de acesso a emprego e a melhor renda. Nós vamos garantir, e é uma questão que achei
107 fundamental em todas as áreas, na procuradoria, nas polícias, em todas as áreas atuando
108 conjuntamente aqui na defensoria, nós temos assistentes sociais e psicólogas. Por quê? Porque
109 é o reforço também da autoestima para que a mulher escolha um novo caminho, ela vai escolher
110 um novo caminho. Mas ela vai escolher um novo caminho que é o caminho de rejeitar a
111 violência que se abate sobre si mesma se ela tiver apoio também dos órgãos públicos, dos
112 poderes e da sociedade. Daí a importância, também, de agilizar o processo de denúncia, o
113 processo de acolhimento para evitar sofrimento e para evitar uma das piores consequências da
114 violência, porque os dados infelizmente demonstram que a maior parte da violência que se abate
115 contra a mulher decorre de ações de pessoas próximas a ela: parentes ou ex-maridos, ex-
116 namorados, ex-noivos ou namorados, maridos e noivos. E por isso é muito importante a gente
117 perceber que a violência se dá dentro de um espaço que não pode ser um espaço de violência,
118 porque atinge crianças e adolescentes. E aí, nós sabemos a força do exemplo. Nós sabemos não
119 só o nível de mágoa, o nível de ofensa, o nível de atingimento que certas atitudes têm sobre a
120 criança e o adolescente. Nós queremos uma sociedade que seja uma sociedade democrática,
121 uma sociedade que preze valores humanos. Daí porque nós temos de assegurar que haja um
122 exemplo adequado dentro dos lares. O combate à violência contra a mulher também significa
123 reconhecer o papel da mulher dentro de qualquer unidade familiar, a importância da mulher
124 como fator de construção de uma sociedade justa, de uma sociedade fraterna, de uma sociedade
125 mais igual, de uma sociedade que não discrimine quem quer que seja. Faz parte integrante dessa
126 formação ter esse tratamento em relação à mulher, dado a sua importância na nossa sociedade
127 e, principalmente, considerando que é dever nosso, dever de todos nós, assegurar que a mulher
128 viva sem medo, que a mulher tenha direito de construir a sua vida sem medo e sem ofensa.
129 Queria dizer também que nós temos atuado de forma muito efetiva nessa questão contra a
130 violência. Uma - e eu acredito que a principal delas, pelo efeito que ela trará - é essa Casa da
131 Mulher Brasileira. Acredito também que o Disque 180 foi também um instrumento importante,
132 porque o Disque 180 aproximou a mulher da denúncia. E o que nós queremos garantir é a
133 proteção da mulher até para denunciar, nós queremos garantir que ela não tenha nenhuma
134 ameaça se denunciar. E, também, além do 180, eu quero chamar a atenção para o fortalecimento
135 do atendimento às mulheres nas fronteiras secas do nosso país. Nós, hoje, temos três centros
136 funcionando: em Foz, no Paraná, em Pacaraima, em Rondônia e no Oiapoque, no Amapá.
137 Outros sete vão ser construídos este ano, para intensificar o combate ao tráfico e à exploração
138 sexual. Quero falar também em todos os ônibus que são uma espécie de atendimento ambulante
139 à mulher e de combate à violência. Mas, além disso, nós temos ações que visam reforçar a
140 autonomia da mulher. Eu quero destacar a primeira ação: o Bolsa Família. No Bolsa Família,
141 hoje, 93% das pessoas que recebem o Bolsa Família são mulheres, o que reforça a autonomia
142 das mulheres e que foi importante para empoderar as mulheres mais pobres do nosso país.
143 O Minha Casa, Minha Vida, no Minha Casa, Minha Vida, nós já fizemos, no Minha Casa,
144 Minha Vida, nós já entregamos em torno de quase 2 milhões de moradias. Tem 1,750 milhão
145 sendo construídas e nós vamos contratar mais 3 milhões de moradias até o final de 2018.
146 Pois bem, é algo importantíssimo a casa. Porque a casa é onde você estrutura a família, você
147 cria seus laços afetivos, protege as crianças, recebem os amigos, enfim. Muitos namoram,
148 casam, noivam. Todas aquelas atividades da vida privada que são essenciais para a gente viver.
149 Pois nós, no caso das famílias de mais baixa renda, que é a maioria das famílias do Minha Casa,

150 Minha Vida, nós temos, até agora, 89% das moradias tendo as mulheres como proprietárias
151 porque nós damos prioridade à titularidade da mulher, principalmente porque o Minha Casa,
152 Minha Vida tem esse objetivo de reforçar a estrutura familiar.

153 No meu primeiro mandato, nós contratamos a construção de seis mil creches em parceria com
154 os municípios, com os municípios do país. E duas mil creches já foram prontas e estão
155 entregues. As restantes estão em processo de construção. E, ao mesmo tempo nós... para as
156 crianças, e isso é fundamental porque, de fato, as creches e a educação infantil, ela tem por
157 objetivo atacar a raiz da desigualdade, garantir que todos os brasileirinhos e todas as
158 brasileiras tenham acesso a uma educação de qualidade. Não importa que sejam filhos de
159 quem sejam, o que importa é que o padrão de qualidade da educação tem de ser o mesmo para
160 que a Mariazinha ou o Joãozinho, de qualquer classe social do nosso país, tenha as mesmas
161 oportunidades de se desenvolver. Daí a importância da creche. É para a criança da pré-escola,
162 é para a criança. Mas é também para a mulher porque a mulher precisa de trabalhar e ter onde,
163 um local correto, um local em que ela se sinta satisfeita e segura de deixar seus filhos é um
164 incentivo à possibilidade de trabalho. Daí porque eu considero a creche e a escola infantil algo
165 muito importante para as mulheres.

166 Queria falar, já que eu falei em trabalhar, eu quero destacar uma coisa: 47% das mulheres, hoje,
167 chefiam os pequenos negócios desse país - 47% das mulheres. O que é um número muito
168 importante porque mostra a decisão da mulher de correr atrás da sua oportunidade, do seu
169 negócio de virar empresária. E é interessante que 62% de todos aqueles que acessaram o
170 Crescer, que é um crédito só para pequenos negócios, são mulheres, e que também nesta faixa
171 tem os menores níveis de inadimplência. O que mostra uma coisa que também nós sabemos:
172 mulher é muito responsável, muito responsável.

173 Nesse quadro de violência, está ali a mulher brigando pelo seu espaço, está ali a mulher não se
174 conformando com a violência. Daí porque é importante que o estado, os Poderes da República,
175 o Executivo, o Supremo, os governos da União, dos estado e municípios trabalhem juntos. Por
176 quê? Porque têm dados também que mostram que a mulher não se conformou, não. Por
177 exemplo: as brasileiras, elas estão estudando mais e se preparando melhor para o mercado de
178 trabalho. Por exemplo, no Pronatec, que é aquele programa que nós temos de formação técnica,
179 no Pronatec, é importante dizer que 53%, aliás, desculpe, no Pronatec é mais, é 58%, são
180 mulheres. São mulheres que fazem um curso de especialização no Senai, no Senac, no Senat ou
181 nos Institutos Federais de Educação Tecnológica, são mulheres, quase 60%. Além disso, 53
182 bolsas do Prouni são ocupadas por mulheres, 59% dos contratos do Fies, que é o financiamento
183 à educação superior. Isso mostra o seguinte: que as mulheres estão fazendo por si. Elas não se
184 conformam em ser vítimas da violência. Nós não estamos falando aqui de mulheres passivas,
185 de mulheres que se conformam com uma situação. Nós estamos falando de mulheres que lutam.
186 E se elas lutam, é dever do estado garantir proteção a elas.

187 Eu queria dizer para vocês que nós também temos de avançar cada vez mais. A ministra
188 Carmem Lúcia tem sugestões a respeito em leis que criminalizem a violência contra a mulher
189 e esse é um instrumento essencial. A Lei Maria da Penha e a Maria da Penha são pioneiras nessa
190 questão do combate. Agora, como tudo na vida, a nossa homenagem à Maria da Penha é
191 aprofundar essa legislação, é levá-la além. E aí a gente conta com a contribuição das deputadas
192 federais, as senadoras e contamos também - aliás, as senadoras não estão aqui porque está sendo
193 formada a Mesa do Senado - e a gente conta também com todo o apoio aqui da nossa ministra
194 Carmem Lúcia.

195 O poeta Manoel de Barros, sul-mato-grossense de residência, mas vocês sabem que ele se dizia
196 pantaneiro do coração e de corpo e alma. Ele disse num dos seus belos poemas - e aqui eu estou
197 acabando a minha fala - que a palavra parede não seja símbolo de obstáculos da liberdade. Hoje
198 nós estamos vendo essas paredes. Eu tenho certeza que um poeta, ele tem a capacidade de
199 revelar de uma forma emocional, uma forma que todos nós entendemos. Ele tem essa

200 capacidade. E ele, o Manoel de Barros, ele fez isso com muita argúcia: a parede pode ser um
 201 local de superação, um local de abertura para a liberdade. Que essa Casa da Mulher, que essa
 202 Casa da Mulher mato-grossense-do-sul seja uma casa onde nós vamos ter aqui um dos
 203 instrumentos maiores de liberdade. Tolerância zero contra o agressor. Tolerância zero contra a
 204 violência.
 205 Obrigada.

Discurso da presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de sanção da lei de tipificação do feminicídio

Palácio do Planalto, 09 de março de 2015

1 Queria dirigir primeiro um cumprimento a todas as mulheres aqui presentes e também às
 2 meninas, ali representadas pela Lelé.
 3 Cumprimento também aos nossos companheiros que participam apoiando essa luta.
 4 Queria começar dirigindo um cumprimento especial a todas as mulheres que lutam pela
 5 igualdade de gênero no Brasil, a todas as camponesas aqui presentes... às atletas, as atletas que
 6 nos honram com a sua presença: a Sara Menezes; a Laiana Coman; a Erika Miranda, do Judô;
 7 a Duda Amorim, eleita a melhor jogadora de handebol do mundo em 2014; a Shirlene Santos;
 8 a Terezinha Guilhermina, do atletismo paraolímpico; a Natália Mayara, do tênis paraolímpico;
 9 a Mariléia dos Santos, a Michael Jackson do futebol; a Leila Barros, do vôlei e secretária de
 10 Esporte do Distrito Federal. Vocês são o retrato da garra e da competência da mulher em lutar,
 11 teimar e superar dificuldades. Essa garra e essa capacidade de luta, a gente encontra em todas
 12 as mulheres, as mulheres anônimas que não estão aqui presentes, mas que vocês representam
 13 no que há de mais guerreiro, de mais forte em cada uma.
 14 Quero cumprimentar também as senhoras e os senhores chefes de missões diplomáticas
 15 acreditados junto ao meu governo,
 16 Cumprimentar os ministros de Estado, cumprimentando aqui as mulheres ministras presentes:
 17 a Eleonora Menicucci, da secretaria de Política para as Mulheres; a Tereza Campelo do
 18 Desenvolvimento Social e Combate à Fome; a Izabella Teixeira, do Meio Ambiente; a Nilma
 19 Lino Gomes, da secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a Ideli Salvatti, da
 20 secretaria de Direitos Humanos.
 21 Queria dirigir um cumprimento todo especial à ministra vice-presidente do Supremo Tribunal
 22 Federal, Cármen Lúcia. A Cármen Lúcia está liderando um movimento, um mutirão
 23 fundamental na área da Justiça. E aí eu quero cumprimentar também todas as desembargadoras
 24 e juízas aqui presentes. O movimento Justiça [pela] Paz em Casa, que é liderado pela aqui pela
 25 nossa Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal, é um movimento que só traz garantia para
 26 as mulheres, que o Estado brasileiro está ao lado delas.
 27 E aí, eu queria começar cumprimentando o legislativo, as nossas parlamentares. Primeiro as
 28 senadoras, quero cumprimentar as que estão aqui presente e também as que eventualmente não
 29 puderam vir. A Regina Souza, a Vanessa Grazziotin. Cumprimentar também um senador, o
 30 Telmário Mota, mas destacar o meu cumprimento a todas as senadoras que participaram desse
 31 movimento e que são responsáveis pelo fato dessa legislação hoje se tornar uma realidade.
 32 Queria cumprimentar também a Maria do Rosário, ex-ministra da secretaria dos Direitos
 33 Humanos, a Jô Moraes, coordenadora da bancada feminina na Câmara dos Deputados, porque
 34 é muito importante que as mulheres tenham uma bancada.
 35 Queria cumprimentar também a Érika Kokay, a Dâmina Pereira, a Margarida Salomão, a
 36 Marinha Haupp, a Moema Gramacho, a Rosângela Gomes, e cumprimentar também os nossos
 37 companheiros deputados que votaram no projeto.

38 Cumprimentando o Afonso Florence, o Angelin, o Assis Carvalho, o Leo de Brito, e o Sibá
39 Machado e todos os outros que votaram e não estão aqui presentes.
40 Queria também cumprimentar a presidente do Superior Tribunal Militar, Elizabeth Guimarães
41 Teixeira Rocha.
42 Queria cumprimentar as ministras do STJ, Laurita Hilário Vaz, vice-presidente, a Suzete
43 Magalães, a Maria Teresa Moura.
44 Queria também cumprimentar e agradecer a presença da Ela Wiecko, vice-procuradora geral
45 da República, por intermédio de quem, cumprimento os integrantes do Ministério Público
46 presentes, e queria sobretudo, saudar Ela Wiecko o seu compromisso sistemático com a defesa
47 das mulheres.
48 Cumprimento também a Sheila Sabari, representante do Conselho Nacional dos Direitos da
49 Mulher.
50 Quero cumprimentar ainda as reitoras de universidades e institutos federais e as gestoras
51 públicas de políticas para as mulheres.
52 Cumprimentar as senhoras jornalistas. Eu acho que não tem nenhuma fotógrafa e nenhuma
53 cinegrafista, mas fica o compromisso, também, para os jornalistas, os fotógrafos e os
54 cinegrafistas, mas em especial, para as senhoras jornalistas.
55 Eu acredito que é um momento muito importante na afirmação da luta que coloca como foco a
56 violência contra a mulher. Nós sabemos que 15 mulheres são mortas por dia no Brasil e isso, é
57 importante registrar, eu vi várias análises na imprensa nos últimos dias, apenas pelo fato de
58 serem mulher. Essa morte pelo fato de ser mulher, ela torna a questão de gênero no Brasil, a
59 questão de gênero e da questão do gênero feminino no Brasil, uma questão específica e especial
60 junto com outras categorias, como a questão de morte por ser negro, de discriminação por ser
61 negro, como também toda a violência contra a população LGBT.
62 Então nós, hoje, estamos afirmando aqui a importância de se combater a violência, tanto pela
63 intolerância, quanto pelo preconceito. No Brasil, é importante sinalizar que, por ano, 500 mil
64 mulheres são vítimas de estupro e estimamos que apenas 10% dos casos chegam à polícia
65 porque as pessoas que sofrem, as mulheres que sofrem, muitas vezes têm medo e vergonha de
66 denunciar. Por isso, a presença aqui de juízas, desembargadoras, ministras de tribunais
67 superiores, nessa mobilização liderada pela Cármen Lúcia, ao mesmo tempo, a lei aprovada no
68 Congresso, sancionada pelo Executivo, e todas as políticas que o Executivo também levou de
69 Casa da Mulher Brasileira, que é o local de resistência à violência, são fundamentais porque
70 mostram uma ação que torna a questão da violência uma questão de Estado brasileiro.
71 Os números nos chocam. E esses números mostram brasileiras submetidas a uma violência
72 inaceitável, que ocorre em todas as classes sociais, nas ruas, nos locais de trabalho, nas escolas
73 e, sobretudo, dentro de casa - e que nós temos a obrigação de combater. Uma violência que,
74 como eu disse, tem origem na intolerância e no preconceito, que naturalizam toda opressão, e
75 na cultura machista, que torna normal a agressão contra a mulher pelo fato de ela ser mulher.
76 O Brasil é uma terra generosa. Uma terra que não deve mais... não deve aceitar jamais, também,
77 ser a terra da intolerância e do preconceito. A intolerância e o preconceito são as sementes dos
78 piores males, dos piores sentimentos, das piores ideologias. Suscitam, inclusive, guerras. A
79 intolerância e o preconceito é a semente do racismo, da xenofobia e do autoritarismo. Mata o
80 amor, a fraternidade e mata também - é bom sempre nos lembramos -, a democracia. O
81 machismo faz parte dessa matriz, dessa matriz de intolerância, preconceito que, muitas vezes,
82 para não dizer que necessariamente, resulta em violência. O machismo é um mal a ser
83 combatido porque ele discrimina, ele humilha, ele maltrata, agride e, no limite, como eu disse,
84 mata. O machismo não se perpetua sozinho, contudo. Na origem da violência contra a mulher
85 estão também sentimentos, como eu já disse, muito ruins. Além da intolerância e do
86 preconceito, a covardia, e o fato de que se instaura o império do mais forte. Sobretudo, outra
87 questão muito grave: a impunidade. Daí a importância dessa lei. Daí a importância dessa lei

88 transformar em crime hediondo a violência que resulta em assassinato pelo fato de ser mulher,
89 tanto doméstica como não-doméstica.

90 Por isso, essa lei que eu assinei, tipificando o feminicídio, é um ato histórico. É um ato histórico
91 para todas nós, mulheres. A partir de agora, o crime, o chamado homicídio, até então chamado
92 de homicídio, quando cometido contra as mulheres apenas por sua condição feminina, passa a
93 ser enquadrado como um assassinato qualificado, o feminicídio, o que aumenta a pena a ser
94 aplicada nesses casos. E o fato de ser qualificado como hediondo vai tornar e imporá a seus
95 autores pena de prisão sem atenuantes. Essa nova lei é um grande avanço e sua plena
96 implementação exigirá mudanças de procedimentos nos órgãos de segurança pública e no
97 sistema de justiça. Tal como ocorreu na Lei Maria da Penha, que vocês devem lembrar: houve
98 muita resistência à questão da Lei da Maria da Penha. Eu estou certa que nós vamos ser capazes
99 de superar com tranquilidade todas essas resistências e, portanto, qualquer desafio que aparecer
100 pela frente.

101 Queridas mulheres aqui presentes, senhores,

102 Existem brasileiros - e nós sabemos - enxergam como exagero essa lei. Consideram excessivas
103 leis que punem os racistas porque acham que não há racismo no Brasil; não veem razão para
104 leis que punam a violência contra a população LGBT, porque acham que a homofobia não é
105 um problema relevante; discordam de leis que punem a violência doméstica porque acham que
106 isso é assunto a ser resolvido entre esposas e maridos. Essa visão do mundo, ela não é real e
107 nós não a aceitamos.

108 Infelizmente, infelizmente ainda existe racismo no Brasil, assim como existe uma herança
109 secular de interdição do poder aos negros, que continuam ainda alijados ou minoritários nas
110 universidades, nas empresas e nos postos de comando. Infelizmente existe violência contra a
111 população LGBT no Brasil, fruto do preconceito que se manifestam por meio de humilhações,
112 agressões físicas e assassinatos. A intolerância e o preconceito podem não apenas dividir uma
113 família, podem não apenas dividi-la e em alguns casos feri-la com a morte, porque o crime na
114 esfera doméstica ele atinge e contamina a todos, inclusive, as crianças. Podem até, como nós
115 vemos no mundo, dividir países, podem tornar irmãos inimigos e levá-los a conflitos cruéis.

116 Infelizmente, ainda há muita violência contra a mulher no Brasil, na maioria dos casos cometida
117 dentro de casa e diante de filhos e até diante de pais e mães. Por essa razão nós devemos aqui,
118 e eu proponho que todas nós do Executivo, do Legislativo, do Judiciário, dos movimentos
119 sociais, todas as mulheres, desmintam claramente um ditado, um velho ditado, desmintam
120 categoricamente esse velho ditado, muito popular que diz o seguinte: em briga de marido e
121 mulher, nós achamos que se mete a colher, sim, principalmente se resultar em assassinato.

122 Meter a colher nesse caso, não é invadir a privacidade, é garantir padrões morais, padrões éticos
123 e democráticos. Então, o que nós defendemos é que, quem souber de casos de violência, deve
124 denunciar. Parentes, amigos, vizinhos não devem se omitir, um telefonema ao ligue 180, à
125 polícia, o recurso a Casa da Mulher Brasileira que vai existir nos 27 estados, pode salvar a vida
126 de uma mulher, pode impedir que a desgraça recaia sobre uma família e atinja as crianças e os
127 adolescentes e os idosos.

128 A polícia deve agir, a justiça deve ser severa, o Executivo deve tomar sua posição, tomar
129 medidas de defender. E o Estado brasileiro deve meter, sim, a colher. A sociedade brasileira,
130 idem. Deve meter a colher.

131 Temos ações práticas de prevenção, de repressão, de proteção e de apoio às mulheres vítimas
132 de violência. Temos, hoje, uma rede de proteção constituída de casas-abrigos, delegacias e
133 centros especializados, judiciários... juizados, desculpem, e núcleos de defensoria pública e do
134 Ministério Público, que conta com 1.357 equipamentos. Nós temos o Ligue 180. Levamos a
135 proteção às mulheres, nas regiões de fronteira, nas florestas, nas comunidades ribeirinhas. Nós
136 avançamos, mas o desafio ainda é grande.

137 No mês passado nós inauguramos, lá em Campo Grande, a Casa da Mulher Brasileira, que já,
138 no primeiro mês de funcionamento, teve um excelente desempenho, mostrando que essas 26
139 outras casas terão um papel fundamental na garantia que todas nós juntas seremos capazes de
140 enfrentar essa questão tão grave, que é a da violência. Além disso, eu quero dizer que nós
141 combatemos a violência contra a mulher porque achamos que a mulher tem direito a uma vida
142 plena, tem direito a se realizar, tem direito à sua integridade física desde a infância, mas,
143 sobretudo, também tem direito a lutar por ter uma educação de qualidade, uma saúde de
144 qualidade, ter espaço de realização. Ter direito a não ser subjugada, ter direito de trabalhar e
145 ganhar o mesmo que os homens, ter direito de ser avaliada por sua capacidade, por sua
146 competência e não receber retornos diferenciados pelo fato de ser mulher.

147 E aí eu queria dizer o seguinte: que nós, quando tratamos a mulher como protagonista, o que
148 nós queremos é dar poder a ela. Por isso, no Bolsa Família, é preferencialmente a mulher que
149 recebe o cartão do Bolsa Família. Por isso, no Minha Casa, Minha Vida a mulher tem
150 preferência também por ter a propriedade no seu nome, porque isso é poder. Poder, sabe para
151 quê? Nos dois casos, para garantir sua família, para atender as crianças, que a gente sabe, todo
152 mundo aqui. Aliás, uma vez uma companheira me disse que essa questão de homem e mulher
153 não tinha problema algum, porque as mulheres eram a maioria, mas a outra parte, a outra parte
154 da maioria, era integrada por homens, todos eles provenientes de uma mulher, e, por isso, ficava
155 tudo em casa: mulher com mulher. Porque os homens podem ter filhas e mulheres, esposas,
156 mas tem necessariamente - aí não é pode, tem, necessariamente - uma mãe.

157 Então, a Lei Maria da Penha é uma defesa que nós construímos junto com... todas nós
158 construímos, junto com políticas que empoderam as mulheres. Eu tenho uma outra... tenho
159 muito orgulho de um outro número, o fato que a maioria das empreendedoras são mulheres, das
160 pequenas, das micro e pequenas empreendedoras. O fato de que 73% das cisternas que nós
161 instalamos no Nordeste, nós instalamos 1 milhão, então são 730 mil cisternas, foram instaladas
162 para as mulheres porque elas eram as líderes na sua propriedade.

163 Além disso, uma coisa que é muito importante é a questão da formação profissional. No
164 Pronatec os dados são muito importantes. Um pouco mais da metade, 58,4[%] dos 8 milhões
165 de pessoas que usaram, se formaram no Pronatec, são mulheres. A importância também das
166 mulheres nas bolsas do Prouni: são 52%. E nos contratos do Fies são 58%.

167 Com isso nós queremos... o que é parte da obrigação do Executivo é ampliar o poder das
168 mulheres, reconhecê-las como cidadãs, da mesma forma que temos feito com a população negra
169 no Brasil, combatendo também a violência que recai contra a juventude negra pelo fato de ser
170 negra.

171 Eu sou presidenta de um país de homens e mulheres, mães e pais, filhos e filhas, avós e avós, e
172 sempre me dirijo a todos, sem exceção. Mas hoje me dirigi às mulheres porque é muito
173 importante transformar a situação das mulheres no Brasil porque, ao fazê-lo, nós estamos
174 transformando para muito melhor a vida de toda a sociedade, de toda a nossa grande nação.

175 E aí, eu faço um apelo: não aceitem a violência dentro ou fora de casa como algo inevitável;
176 não permitam que a força física ou o machismo destruam sua dignidade e até mesmo sua vida.

177 Denuncie. Use os recursos a seu alcance e saiba que você vai ter ao seu lado o Estado brasileiro.

178 Eu quero que nos próximos quatro anos nós possamos não dar só e pura e simplesmente, como
179 demos, passos efetivos na questão do combate à violência contra a mulher, mas que nós todos
180 possamos garantir uma plena situação de realização para as mulheres. Temos de caminhar nessa
181 direção.

182 Para concluir, eu queria dirigir uma homenagem à Rosângela Maria Rigo, a Maria de Lourdes
183 Rodrigues, companheiras da secretaria de Políticas para as Mulheres que, junto com a Célia
184 Scanfella, deixaram a todas nós tragicamente na semana anterior ao Carnaval, o ano... esse ano.

185 E eu quero dirigir a elas a homenagem porque eu tenho certeza que elas contribuíram muito

186 para as políticas que as mulheres tiveram ao longo do tempo. Por isso, eu acho que todas vocês
 187 concordariam comigo se eu dedicasse a elas, *in memoriam*, essa vitória da Lei do Feminicídio.
 188 Muito obrigada.

Discurso da presidenta da República, Dilma Rousseff, durante a cerimônia de inauguração da Casa da Mulher Brasileira - Brasília/DF

Brasília-DF, 02 de junho de 2015

1 Boa tarde a todos, sobretudo boa tarde a todas as mulheres que estão aqui neste recinto.
 2 Eu queria cumprimentar, quebrando o protocolo, primeiro a Maria da Penha. Cumprimento a
 3 Maria da Penha sobretudo, saudando aquelas mulheres que mesmo tendo sido vítimas de
 4 violência, se levantaram e lutaram contra essa condição.
 5 Cumprimento a todas as mulheres anônimas, que resistem e que agora têm um ponto de apoio
 6 de fato, para poderem continuar sua trajetória de vida.
 7 Cumprimento o nosso querido governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg e a Márcia
 8 Rollemberg. E saúdo, em especial, uma senhora que é exemplo da mãe brasileira, a senhora
 9 Teresa Rollemberg, mãe do governador, que teve 15 filhos. E que nós sabemos que lutou para
 10 criá-los e eu disse para ela: esse menino é um bom menino.
 11 Cumprimento os senhores e as senhoras ministras de Estado aqui presentes: Eleonora
 12 Menicucci, da Secretaria de Políticas para as Mulheres; Marcelo Cardona, ministro interino de
 13 Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Arthur Chioro, ministro da Saúde, Izabella
 14 Teixeira, ministra do Meio Ambiente; Pepe Vargas, ministro-chefe da Secretaria de Direitos
 15 Humanos.
 16 Cumprimento as ex-ministras da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Emília Fernandes e
 17 a Irini Lopes,
 18 Cumprimento, também, a ex-senadora e ex-ministra Ideli Salvatti, ex-ministra da Secretaria de
 19 Direitos Humanos,
 20 Cumprimento, também, o ex-ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves, aqui presente,
 21 senador Garibaldi Alves,
 22 Cumprimento a desembargadora Carmelita Brasil, vice-presidente do Tribunal de Justiça do
 23 Distrito Federal,
 24 Cumprimento a doutora Helia Vieco, vice-procuradora-geral da República,
 25 Cumprimento o doutor Leonardo Roscoe Bessa, procurador-geral de Justiça do Distrito
 26 Federal,
 27 Cumprimento o doutor Ricardo Batista Souza, defensor público do Distrito Federal,
 28 Cumprimento os senadores aqui presentes: Vanessa Grazziotin, procuradora especial da mulher
 29 do Distrito Federal, Ângela Portela, Fátima Bezerra.
 30 Cumprimento novamente o senador Garibaldi Alves,
 31 Cumprimento a ex-ministra Gleisi Hoffmann, chefe da Casa Civil e senadora.
 32 Cumprimento Hélio José,
 33 Cumprimento Regina Souza,
 34 Cumprimento senador Telmário Mota,
 35 Cumprimento aqui todos os deputados federais ao cumprimentar a deputada Benedita da Silva;
 36 a Carmen Zanotto; a Christiane de Souza Yared; a Conceição Sampaio; a Dulce Miranda; Erika
 37 Kokay; Flávia Moraes; Josi Nunes, Maria do Rosário; Marinha Raupp; Moema Gramacho;
 38 Zenaide Maia; Keiko Ota.
 39 Cumprimento a senhora Marise Nogueira, secretária de Políticas para as Mulheres aqui do
 40 Distrito Federal,

41 Cumprimento também, as senhoras Arlene Cruz e Milena Calazans, coordenadoras da Casa da
42 Mulher Brasileira de Brasília,
43 Cumprimento a presidente da Caixa, Miriam Belchior,
44 Cumprimento o vice-presidente de Infraestrutura e Serviços do Banco do Brasil, César Borges,
45 Cumprimento a secretária do Patrimônio da União, Cassandra Maroni,
46 A secretária nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, Aparecida Gonçalves,
47 Cumprimento todas as gestoras estaduais de políticas para as mulheres,
48 Cumprimento todos os parceiros do Programa Mulher Viver sem Violência e representantes do
49 Conselho Nacional de Direitos da Mulher aqui presentes,
50 Cumprimento os senhores jornalistas, os senhores fotógrafos e cinegrafistas,
51 Nós sabemos que o nosso país passou por várias fases históricas. Algumas delas deixaram
52 marcas profundas, como é o caso, por exemplo, da escravidão, que marcou o país e que, sem
53 sombra de dúvida, na questão da política de igualdade racial nós temos sempre de levar em
54 consideração, para lutar contra o preconceito, contra a discriminação.
55 Mas o nosso país também tem um traço característico que marcou profundamente a nossa
56 sociedade. Eu me refiro, aqui, ao patriarcalismo, à redução da mulher a uma condição de
57 diferente e desigual, a uma condição de submissão, a uma condição de opressão, sujeita à
58 violência de toda sorte. Essa é uma questão que estava naquele então, restrita à vida privada,
59 mas, na verdade, ela era base da vida pública, uma vez que as mulheres sequer eram
60 consideradas cidadãs, sequer tinham direito de voto, estavam afastadas das cortes, não
61 integravam os governos e, muito menos, os órgãos de justiça e de polícia do país.
62 Essa base do patriarcalismo, ela produziu efeitos sobre a sociedade brasileira, que hoje
63 sistematicamente, nós todos, homens e mulheres, cidadãos desse país, conscientes da
64 importância da vida para a vida democrática de igualdade de gênero, ou seja, diferentes porém
65 iguais, esse processo que tem em homens e mulheres determinados, mas eu quero aqui me
66 referir, sobretudo, às mulheres, que têm levado a uma luta constante esse processo encontra
67 aqui o momento especial, quando aqui se instaura a Casa da Mulher Brasileira, e a Casa da
68 Mulher Brasileira significa proteção, abrigo e apoio. Proteção contra a violência, abrigo contra
69 a opressão e a agressão e apoio para recomeçar a vida, como ato fundamental de cidadania. É
70 isso que se trata aqui hoje quando olhamos para a Casa da Mulher Brasileira. E foi isso que nós
71 todos aqui temos de ter consciência que se trata de uma iniciativa, que em que pese a
72 participação decisiva do governo federal, ela só ganha força, ganha realidade, porque é uma
73 parceria feita com o Distrito Federal, aqui no caso, e os estados e os demais 26 estados da
74 Federação.
75 Por isso, eu começo agradecendo ao governador. Essa parceria, ela depende - e aí, o governador
76 tem razão, ela depende da integração dos poderes e depende da integração, também, dos
77 diferentes entes da Federação. Aqui, nós estamos vendo um exemplo efetivo da eficácia, quando
78 todos juntos nos unimos em prol de uma causa. Aqui, em prol do combate à violência contra a
79 mulher. E nesse processo a sociedade tem um papel efetivo. Os movimentos sociais, todas
80 aquelas mulheres que participam desse combate, porque veem nele um momento de afirmação
81 da mulher.
82 As portas dessa Casa vão ficar abertas 24 horas por dia, sete dias por semana. Nós sabemos que
83 a violência não tem hora para acontecer, mas geralmente acontece nas chamadas “horas mais
84 escuras”. Por isso, essa Casa tem de estar iluminada, para poder assegurar proteção, abrigo e
85 apoio para recomeçar a vida. Neste ambiente, as mulheres vítimas de violência terão as
86 condições, terão os instrumentos, mas, sobretudo, terão o incentivo para transformar as suas
87 vidas e recomeçar de novo. Receberão apoio, receberão assistência, receberão orientação de
88 uma equipe multidisciplinar que integra todos os órgãos que, no país, combatem a violência
89 contra a mulher, integra o Ministério Público, integra os órgãos do Judiciário, integram as

90 polícias, integram os governos estadual, federal e municipal. E, sobretudo, integram políticas
91 sociais também, que vão possibilitar que ela tenha esse caminho de futuro.

92 A Casa da Mulher é, sem sombra de dúvida, uma iniciativa pioneira. Nós garantimos, em um
93 único lugar, o acesso a todos serviços, e isso é o princípio da reforma do Estado no Brasil: tratar
94 o cidadão com um só que ele é; tratar a cidadã como uma só. Nós buscamos, aqui, romper com
95 o sofrimento das mulheres, aquele sofrimento calado, aquele sofrimento em que, fragilizadas
96 pela agressão, as mulheres têm de ter onde recorrer, onde se sentir protegidas e não podem
97 andar de um lado para o outro, em busca de proteção e apoio.

98 Dois números mostram a importância da Casa da Mulher para a aplicação da Lei Maria da
99 Penha. O fato de que, entre 2009 e 2011, quinze mulheres foram assassinadas por dia no Brasil.
100 E o segundo fato, que, em 2014, o Ligue 180 realizou uma média diária de 145 atendimentos
101 relativos à violência contra a mulher. E isso são números que ainda podem estar subestimados.
102 Nós estamos construindo e entregando a Casa da Mulher Brasileira nas 27 capitais do País, e
103 aqui na capital da República. Já inauguramos a de Campo Grande. Qual é o sentido da Casa da
104 Mulher em todas as capitais? É que ela seja, nas capitais, o foco, a direção, a partir da qual
105 outras iniciativas podem e devem ser tomadas. Mas aqui é possível encontrar de forma
106 concentrada toda a força do Estado e da sociedade brasileira para reprimir a violência contra a
107 mulher. Cada mulher desrespeitada, humilhada, agredida, é parte de uma família. E como parte
108 de uma família - e nós sabemos que, no Brasil, é a parte fundamental da família, porque tem
109 um papel social em relação aos filhos, às crianças, e aos adolescentes. Significa que quando ela
110 é agredida, a família é agredida, as crianças são agredidas, os jovens são agredidos, todos são
111 agredidos.

112 Por isso, os governos não podem fechar os olhos à realidade da violência contra a mulher. Ela
113 é a violência primária, a violência básica, aquela que se não combatida, se transforma em um
114 exemplo deplorável para as crianças, os jovens, enfim, para o futuro do país.

115 Por isso, é tão importante o que foi a Lei Maria da Penha. A Lei Maria da Penha que recebe
116 esse nome pelo reconhecimento a essa mulher valorosa, Maria da Penha, que lutou contra a
117 violência e seu agressor. A Lei Maria da Penha sinteticamente transforma em crime a violência
118 contra a mulher pelo fato dela ser mulher.

119 Em linha com as determinações da Lei Maria da Penha, nós no governo federal, constituímos
120 uma rede nacional de proteção à mulher em situação de violência. Essa rede conta com casas-
121 abrigo, delegacias, centros especializados, juizados, núcleos de Defensoria Pública e do
122 Ministério Público em um total de 1.534 equipamentos. Conta com a vontade política e a
123 determinação de governadores, como é o caso do governador Rollemberg. Conta com o Ligue
124 180, que recebe denúncias que, por meio de ligações gratuitas, assegura respaldo para as
125 mulheres que nos procuram. Aqui, no Brasil, e recebendo ligações, também, de mulheres
126 brasileiras em outros países.

127 Estamos instalando centros de atendimento nas fronteiras secas do país, para combater as redes
128 internacionais de tráfico e exploração sexual de mulheres. Ônibus e barcos são essenciais
129 porque elevam essa proteção, a informação, o fato de não estarem sozinhas as mulheres nos
130 mais recônditos lugares do país. Na zona rural, na floresta, em todas as áreas ribeirinhas, para
131 todas as populações e para todas as comunidades.

132 Em março deste ano sancionei uma lei aprovada pelo Congresso Nacional, a lei que tipifica o
133 feminicídio e que mostra que, a violência e o assassinato contra a mulher pelo fato dela ser
134 mulher, passa a ser julgado como crime hediondo que é. Meu governo age de forma muito
135 efetiva, forte, contra a violência que atinge as brasileiras. Porque não só pelo fato da presidenta
136 - eu sou a primeira mulher presidente do país - mas porque nós, mulheres, e todos os homens
137 de bem desse país nos opomos à injustiça, à covardia e ao desrespeito aos direitos das mulheres.
138 Não podemos fugir ao dever de agir; nem o governo, nem os governos nem a sociedade.
139 Nenhum de nós tem o direito de se omitir nesse caso.

140 Por isso nós devemos abandonar a indiferença. É imperativo denunciar desrespeito, a
141 intolerância e o machismo que, sob a proteção do espaço privado do lar, discrimina a família e
142 compromete a sociedade como um todo. Tolerância zero com a violência contra as mulheres
143 exige ação do Estado. E é isso que a Casa da Mulher Brasileira se dispõe a fazer e representar.
144 A partir de hoje, as mulheres do Distrito Federal passam a contar com um apoio mais eficiente
145 para superar o impacto da violência sofrida. O governador escolheu bem, escolheu essa
146 localização central, como ele mesmo me disse, perto da rodoviária, permitindo que as mulheres
147 possam aqui chegar; se necessário, as mulheres tenham aqui um aconchego, uma proteção
148 contra a violência.

149 Minhas amigas aqui presentes,

150 Minhas amigas mulheres,

151 Meus amigos,

152 Meu governo tem uma dupla missão em relação às brasileiras: prevenir e combater a violência
153 cometida contra elas. Mas tem também uma outra finalidade, um outro objetivo, que é criar as
154 condições para que as mulheres conquistem, cada vez mais, autonomia econômica e poder de
155 dirigir as suas vidas e de participar na sociedade. As mulheres têm que ser sujeitos e
156 protagonistas da sua própria vida.

157 Por isso, nas nossas políticas sociais as mulheres são titulares de 93% dos cartões do Bolsa
158 Família, para que tenham mais poder de decisão sobre os gastos que são feitos com este
159 benefício. Nós também conferimos preferência à mulher, a toda mulher do Minha Casa, Minha
160 Vida, principalmente da parte do Minha Casa, Minha Vida que é aquela que beneficia a mulher
161 mais destituída de posses, que é a primeira fase [faixa 1]. E, como tal, hoje, essas mulheres, que
162 são, na maioria dos casos ou chefes de família ou dividem com seus maridos a chefia, hoje elas,
163 em 87% das moradias, na faixa do programa que beneficia as famílias de menor renda, têm a
164 moradia em seu nome. Isso significa empoderamento da mulher.

165 Ao mesmo tempo, porque o país necessita de educação de qualidade para garantir a
166 sustentabilidade do nosso combate à desigualdade social - que levou 44 milhões de pessoas à
167 classe média -, nós precisamos de educação de qualidade da creche à pós-graduação. E aí,
168 falando em creche, eu quero falar primeiro, a creche é para algo que é fundamental para
169 mulheres. A creche, em primeiro lugar, beneficia crianças, ataca a raiz da violência que é a
170 desigualdade ao acesso à educação desde a mais tenra idade. Nós queremos que os
171 brasileirinhos e as brasileirinhas das famílias mais pobres, tenham uma qualidade de educação
172 similar àquela que todos os brasileiros de classe média querem para seus filhos. Nós também
173 garantimos igualdade de acesso à formação profissional, ao ensino superior para as mulheres.
174 E aí, é interessante notar que as mulheres ocupam 58% das matrículas do Pronatec e 52% das
175 bolsas do ProUni, e 58% dos contratos do Fies.

176 As mulheres brasileiras, sem dúvida, lutam dia após dia por melhores condições de vida. São
177 batalhadoras incansáveis, que como a dona Teresa, constroem a sua família, lutam por elas. As
178 mulheres jamais abandonam seus filhos. Constroem, com muita dedicação, um presente e um
179 futuro melhores para elas, para seus maridos e para seus filhos. Merecem todo respeito, todo
180 apoio, que nós temos de traduzir em políticas.

181 Por isso, a Casa da Mulher vai acolher, proteger e libertar, emancipando as mulheres
182 brasileiras que dela precisarem. As mulheres vítimas de violência no Distrito Federal ou em
183 qualquer lugar deste nosso imenso Brasil têm o meu apoio, o apoio do meu governo, eu tenho
184 certeza, aqui no caso do Distrito Federal, do governador, o apoio do Ministério Público, o apoio
185 do Judiciário, o apoio da sociedade, no combate à violência e para que elas tomem, nas suas
186 mãos, as rédeas do seu destino.

187 Muito obrigada.

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de assinatura de Portaria Interministerial que institui as diretrizes para a implementação da Lei nº 13.239 que dispõe sobre a realização, pelo Sistema Único de Saúde, de cirurgias reparadoras de sequelas causadas por atos de violência contra a mulher - Palácio do Planalto

Palácio do Planalto, 08 de março de 2016

1 Cumprimento a todos presentes: ao ministro da Saúde, Marcelo Castro; a Nilma Lino Gomes,
2 ministra das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos; a ministra Tereza
3 Campello, ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; a ministra Izabella Teixeira,
4 do Meio Ambiente; a Eleonora Menicucci, secretária especial de Políticas para as Mulheres.
5 Cumprimento, também, a presidente da Caixa Econômica Federal, Miriam Belchior,
6 Cumprimento o presidente do Conselho Nacional de Saúde, Ronald Ferreira dos Santos,
7 Cumprimento o doutor Ognev Meireles Cosac, representante da Sociedade Brasileira de
8 Cirurgia Plástica,
9 Cumprimento os representantes dos movimentos sociais de mulheres: Eline Jonas, da União
10 Brasileira de Mulheres; Ester Dantas de Moura, da Marcha Mundial das Mulheres; Fernanda
11 Rosas, da Articulação de Mulheres Brasileiras e do Fórum de Mulheres do Distrito Federal e
12 Entorno,
13 Cumprimento as senhoras e os senhores jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas.
14 Quando eu tomei posse, em 2011, no meu primeiro mandato, eu afirmei que um dos meus
15 objetivos era garantir que todas as mulheres brasileiras sentissem orgulho e alegria de ser
16 mulher.
17 Desde então, nós, na nossa ação, temos traduzido este compromisso com as mulheres através
18 da adoção de políticas para ampliar a autonomia das mulheres, gerar mais oportunidades e,
19 sobretudo, combater o preconceito. E, nesse item, um dos mais fortes preconceitos é a violência
20 que recai sobre a mulher, pelo fato dela ser mulher.
21 Nós assumimos, então, o compromisso de violência zero contra as mulheres, lutar para que as
22 mulheres não sejam objeto de violência, seja doméstica, seja fora de casa, é uma das prioridades
23 do nosso governo. Como é, também, uma prioridade do governo a luta contra toda forma de
24 preconceito. É completamente inaceitável que uma pessoa, pelo fato de suas características,
25 seja submetida a atos de violência de qualquer espécie. Especialmente por ser mulher.
26 Nós, para de fato combater e não deixar isso apenas no discurso, nós expandimos, de uma forma
27 muito efetiva, a rede de proteção à mulher, principalmente assegurando apoio e assegurando
28 condições de sobrevivência para aquelas mulheres que fossem vítimas de violência e que
29 precisassem de um apoio do Estado, para poder recomeçar a sua vida. Mas não apenas isso,
30 para punir também os responsáveis.
31 Nós implantamos, em cada momento do governo, um conjunto de serviços. E isso desembocou
32 numa proposta, que é a Casa da Mulher Brasileira, que nós pretendemos implantar em cada
33 uma das capitais, dos 26 estados e do Distrito Federal. A Casa da Mulher Brasileira tem um
34 sentido, ela unifica no mesmo espaço, garantindo, portanto, um grau de concentração muito
35 forte de serviços. Ela concentra todos os serviços de apoio, atenção, proteção e suporte à mulher
36 vítima de violência. E, também, inserção na sociedade através de treinamentos, de projetos
37 específicos na área do trabalho.
38 Nós também expandimos o Ligue 180. Porque *[foi]* através do Ligue 180 que nós passamos a
39 receber, a partir de um determinado momento, denúncias dessa ação extremamente reprovável
40 contra as mulheres. O passo principal foi dado antes, com a Lei Maria da Penha. Mas a gente
41 acrescentou, à Lei Maria da Penha, a Lei do Feminicídio, transformando em crime hediondo o
42 assassinato de mulheres pela sua condição feminina.

43 A lei que nós estamos, através de portaria interministerial, regulando hoje e aqui assinada, ela
44 torna obrigatória - a lei é a Lei 13.239, do ano passado. A portaria que nós estamos
45 regulamentando, ela torna obrigatória a realização, pelo SUS, de cirurgia reparadoras das
46 sequelas advindas de violência contra as mulheres.

47 É certo que o caráter absolutamente universal do SUS trazia, dentro dele, um direito implícito
48 de todas as mulheres a ter acesso ao atendimento. Mas nós achamos importante, e inclusive
49 colocamos isso numa legislação, tornar obrigação do Estado incluir o dever de informar as
50 mulheres sobre seus direitos e proceder especificamente a essas cirurgias reparadoras.

51 A portaria estabelece os procedimentos para o funcionamento da rede de cirurgia plástica
52 reparadora para mulheres vítimas de violência, no âmbito do Sistema Único de Saúde.

53 E, aqui, eu quero fazer um agradecimento. Um agradecimento à Sociedade Brasileira de
54 Cirurgia Plástica. Porque esse agradecimento decorre do envolvimento, nesta ação
55 fundamental, desta associação de cirurgiões plásticos, para que nós possamos garantir os
56 direitos das mulheres no Brasil.

57 É uma reivindicação, sem dúvida nenhuma, histórica dos movimentos feministas. É uma
58 reivindicação histórica que, hoje nós estamos cumprindo, esse desejo das mulheres. Porque se
59 trata de uma espécie de resgate da autoestima da mulher, vítima de violência, não ficar com
60 uma sequela irreparável, que decorre de uma ação - que nós todos repudiamos, que é hoje crime.
61 E, que, portanto, nada mais justo que a mulher tenha sua condição integral reparada. De forma
62 que seu corpo não fique marcado, nem deformado, por uma violência completamente
63 injustificada.

64 Então, Tolerância Zero em relação à violência contra as mulheres é, para nós, um compromisso
65 que eu diria, inabalável. Até o final do meu governo, em 2018, eu vou continuar estabelecendo
66 políticas e viabilizando as medidas, para que o pesadelo da violência, que se abate sobre
67 mulheres - e que torna, inclusive, as famílias comprometidas. Porque é um péssimo exemplo
68 dentro de uma família quando a violência doméstica recai sobre a mulher. É um péssimo
69 exemplo para as crianças, é um péssimo exemplo. E é, de uma certa forma, um fator de
70 corrupção interna da família. E para que essas mulheres, que são vítimas da covardia, do
71 preconceito e da discriminação, encontrem também o apoio que elas precisam no Estado
72 brasileiro.

73 Hoje é dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher. E, nesse dia, nós escolhemos, sobretudo,
74 essa ação, porque ela é simbólica de todo um processo que nós temos de combater. E que se
75 expressa no preconceito que muitas vezes a mulher, a menina jovem, enfim, mulher de todas as
76 idades sofre.

77 E eu queria reafirmar, aqui, a absoluta disposição do meu governo, das ministras e dos
78 ministros, de lutar todos os dias para fazer do Brasil um país que tem na igualdade, na tolerância
79 e no respeito a homens - mas também, sobretudo, às mulheres - um dos pilares da nossa
80 sociedade e da nossa cultura.

81 Nós somos um país que tem a reputação de ser um país tolerante. Um país que não foi afeito
82 nem a guerras nem a conflitos armados. Mas um país tolerante. E no momento em que nós
83 vivemos, mais uma vez, é necessário que a gente repita a importância da tolerância. A tolerância
84 e a pacificação numa sociedade é algo muito importante. Não haver a violência, sob a forma
85 que ela eventualmente possa assumir, mas ter um quadro de paz é fundamental, principalmente
86 para os governos. Governos precisam de paz, para que nós possamos ter condições de enfrentar
87 a crise e de retomar o crescimento.

88 Hoje o Brasil passa por uma fase em que fica claro que não é possível que a gente não veja que
89 um dos componentes que atrasa a retomada do crescimento é a sistemática crise política em que
90 o Brasil, de forma episódica, vem sendo submetido. Episódica por quê? Porque ela vai e vem,
91 porque ela se acentua e depois, recua.

92 Na verdade, nós estamos vendo, já, sinais que a economia pode se recuperar. Um desses sinais
93 é a redução da inflação, que beneficia todo mundo, e as mulheres em especial. Nós temos, hoje,
94 um quadro, uma perspectiva de ter uma inflação cada vez menor. Nós já vimos que podemos -
95 porque temos hoje um câmbio que facilita - termos uma ampliação das exportações. E,
96 tradicionalmente, o Brasil sempre se recuperou através de um processo que amplia as
97 exportações. Mas nós precisamos recuperar o nosso mercado interno. As mulheres precisam
98 disso.

99 E por isso, nesse momento e nesse dia, que é um dia, sobretudo, de luta contra o preconceito,
100 de luta contra a intolerância, nada melhor do que um apelo ao diálogo, à compreensão e à
101 unidade do nosso País.

102 E eu queria finalizar a minha fala dizendo que as mulheres são mulheres guerreiras no nosso
103 País. Aliás, eu acho que as mulheres elas têm essa característica no mundo, mas as brasileiras
104 são mulheres guerreiras. Mulheres que lutam de sol a sol por suas famílias, por seus filhos, pela
105 sua afirmação, pela sua realização profissional. E, sobretudo, pela capacidade das mulheres de
106 se dedicar à sociedade, de ter essa imensa generosidade na construção de uma sociedade.

107 Por isso, eu queria finalizar dizendo que nesse 8 de março nós homenageamos as milhões de
108 mulheres anônimas no nosso País, que no dia a dia dão a sua contribuição para a construção da
109 nossa nacionalidade e da nossa cidadania. Porque, cada vez mais, numa sociedade como a
110 nossa, as mulheres serão chamadas para participar, para ter posições e para representar o
111 conjunto de seus interesses.

112 Então, eu queria agradecer a presença aqui de todas as mulheres, homenageá-las. E agradecer
113 também aos nossos parceiros homens, que dão apoio a uma luta que é uma luta cidadã. Então,
114 essa é minha palavra, minha homenagem às milhões de mulheres brasileiras anônimas que
115 fazem deste País um país maior.

116 Muito obrigada.